

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANGÉLICA KARINA DILLENBURG HORII

REDES ILEGAIS: O CONTRABANDO DE AGROTÓXICOS NA
FRONTEIRA PARANÁ (BRASIL)-PARAGUAI

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANGÉLICA KARINA DILLENBURG HORII

REDES ILEGAIS: O CONTRABANDO DE AGROTÓXICOS NA
FRONTEIRA PARANÁ (BRASIL)-PARAGUAI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de M. C. Rondon como condição obrigatória para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2014



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Nível de Mestrado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2014, às 14h00min, na Sala do Tribunal do Júri da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em Geografia constituída pelos professores Dr. Tarcisio Vanderlinde (Orientador) (UNIOESTE), Dra. Lia Dorotea Pfluck (UNIOESTE) e Dr. Jones Dari Goettert (UFGD), para avaliarem o trabalho "*Redes Ilegais: O Contrabando de Agrotóxicos na Fronteira Paraná(Brasil)-Paraguai*", apresentado pela pós-graduanda **Angelica Karina Dillenburg Horii** para a obtenção do título de "Mestra em Geografia" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Após arguição a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Tarcisio Vanderlinde, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 29 de agosto de 2014.

Tarcisio Vanderlinde
Orientador

Lia Dorotea Pfluck
Membro

Jones Dari Goettert
Membro

Angelica Karina Dillenburg Horii
Pós-Graduanda

Dedico este trabalho a Deus, a meu esposo Fernando e a nosso filho Leonardo que está a caminho, a meus pais Marta e Lauri e minha irmã Patrícia, e a meus 16 cães que estiveram ao meu lado em minhas tardes de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que através de sua misericórdia me capacitou e preparou para esse momento, concedendo-me todas as condições para que concluísse este trabalho.

Ao meu esposo Fernando, que esteve ao meu lado em todos os momentos; momentos de alegrias e dificuldades, mas sempre me dando forças para continuar.

Aos meus pais Lauri e Marta e minha irmã Patrícia, que se orgulham da minha capacidade e do meu esforço em buscar novos desafios, e se alegram com as minhas conquistas.

Ao meu professor e orientador Tarcísio Vanderlinde, que, através de suas contribuições e incentivo, me incutiu o espírito pesquisador e abriu novos caminhos e horizontes.

Ao professor Marcos Hidemi de Lima, pela sua valiosa leitura e correção do trabalho, com sugestões e incentivo para futuras pesquisas.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação pelas aulas proporcionadas, cooperando ao enriquecimento deste trabalho.

Aos professores das Bancas de Qualificação e Defesa, que foram imprescindíveis para a conclusão desta dissertação.

*Já cheguei até aqui, eu não posso desistir
devo achar forças pra andar;
As lutas vieram, mas também passaram
vendavais tentaram me derrubar.
Mas busquei a Cristo, meu fiel amigo
que esteve comigo todo dia;
Mesmo que chorando, mesmo que sofrendo
já estava certo que a vitória ganharia no amanhã.*

*Já chegamos até aqui, não podemos desistir
vamos achar forças pra andar;
As lutas vieram, mas também passaram
vendavais tentaram nos derrubar.
Nada nos faltou, tudo Deus proveu
nos deu coroa pra guardar;
E fez tudo novo com amor glorioso
e nos deu vitórias ontem, hoje e nos dará no amanhã.*

VITÓRIAS, Igreja Cristã Maranata

RESUMO

A dissertação buscou mapear o contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, fazendo uso de pesquisas científicas, órgãos institucionais oficiais e fontes jornalísticas locais, regionais, estaduais e nacionais entre os anos de 2010 a 2012, como meio para a coleta dos dados e informações relevantes à temática. A investigação do trabalho observa a problemática existente em área de fronteira com a proliferação das redes ilegais, pois estas têm promovido novas relações no espaço mundial, com a promoção de novos territórios e territorialidades. A fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai possui em seu recorte espaço-temporal a especificidade inerente a essas áreas, dotada de complexidades e relações transfronteiriças entre os territórios, que são importantes na discussão do conhecimento geográfico atual. O uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras do Brasil, colocando-o ao patamar de maior consumidor mundial, incita a investigação e a promoção de pesquisas direcionadas às complicações sociais, econômicas e ambientais decorrentes da situação, pois essas mercadorias têm criado um novo paradoxo na sociedade vigente, colocando em questionamento o atual estágio do capitalismo global.

Palavras-Chave: Fronteiras, Territórios, Redes, Contrabando de Agrotóxicos.

ABSTRACT

The dissertation search to map the smuggling of pesticides in the Paraná (Brazil)-Paraguay border, making use of scientific research, official institutional bodies, journalistic sources, and local, regional, state and national between the years of 2010 to 2012, as a means to collect relevant data and thematic information. The research of work observes the problems existing in the border area with the proliferation of illegal networks, because they have promoted new relationships in the global space, with the promotion of new territories and territorialities. The Paraná (Brazil)-Paraguay border have in your cutout space-temporal subjectivity inherent in those areas, endowed with complexities and cross-border relations between territories, which are important in the discussion of the current geographical knowledge. The indiscriminate use of pesticides on crops in Brazil, placing it to the level of world's biggest consumer, encourages research and promote research directed social, economic and environmental complications, because these goods has created a new paradox in current society, by placing into question the current state of global capitalism.

Keywords: Borders, Territories, Networks, Smuggling of Pesticides.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1. Demarcação do território indígena na Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina).....	51
GRÁFICO 2. Apreensões de agrotóxicos contrabandeados.....	91
GRÁFICO 3. Total do consumo de agrotóxicos e ilícitos no Brasil.....	92
GRÁFICO 4. Média do consumo de agrotóxicos por hectare/litros (2010).....	94
GRÁFICO 5. Resultado das análises de alimentos – Paraná (2010).....	140
GRÁFICO 6. Resultado da análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos – Paraná (2010).....	141
IMAGEM 1. Apreensão em Foz do Iguaçu de herbicidas ilegais de origem paraguaia.....	98
IMAGEM 2. Mata ciliar e Lago de Itaipu dificultam a fiscalização às margens da fronteira Oeste Paranaense que faz divisa com o Paraguai.....	100
IMAGEM 3. Saveiro com placas de Cuiabá é apreendida em Cascavel com 400 kg de agrotóxicos ilegais.....	101
IMAGEM 4. Alunos estão deixando as escolas para tornar-se reis do contrabando.....	105
IMAGEM 5. Portos clandestinos criados nas margens do Lago de Itaipu na fronteira Oeste Paranaense para a entrada de mercadorias ilegais provenientes do Paraguai.....	107
IMAGEM 6. Clareiras abertas na mata ciliar às margens do Lago de Itaipu para a passagem de mercadorias contrabandeadas.....	109
MAPA 1. Municípios Paranaenses na Faixa de Fronteira (2013).....	42
MAPA 2. Interações na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai.....	47
MAPA 3. Municípios Paranaenses Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	71
MAPA 4. Brasil: utilização de agrotóxicos por municípios (2006).....	93
MAPA 5. Rota do contrabando de agrotóxicos até a fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai.....	115
MAPA 6. Destino do contrabando de agrotóxicos da fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai.....	116
MAPA 7. Mandados e apreensão de contrabando de agrotóxicos no Paraná (2010-2012).....	118
MAPA 8. Pontos clandestinos dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	123
MAPA 9. Brasil: intoxicação por agrotóxico de uso agrícola (1999-2009).....	134

MAPA 10. Brasil: intoxicação por agrotóxico de uso agrícola – por circunstância (1999-2009).....	135
MAPA 11. Brasil: mortes por agrotóxicos de uso agrícola – por circunstância (1999-2009).....	136
MAPA 12. Poluição por agrotóxicos na captação de água.....	147
MAPA 13. Controle sobre o manejo de embalagens vazias de agrotóxicos.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Municípios na Faixa de Fronteira Oeste e Sudoeste Paranaense (2013).....	41
Tabela 2. Evolução da composição da população do Oeste do Paraná, por área urbana e rural (1970-2000).....	65
Tabela 3. Número de propriedades rurais do Oeste do Paraná. Participação percentual por faixa do total da área produtiva da região.....	66
Tabela 4. Número de propriedades e áreas invadidas pelo Lago de Itaipu no território do Paraná (Brasil).....	70
Tabela 5. Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e respectivas populações e área alagada.....	71
Tabela 6. Operações da Segurança Pública para reprimir o contrabando de agrotóxicos na Faixa de Fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai.....	120
Tabela 7. Agrotóxicos apreendidos na Faixa de Fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai e suas relações com os produtos autorizados no Brasil.....	121
Tabela 8. Agrotóxicos mais visados para as culturas temporárias no Brasil. Períodos de comercialização, transporte e aplicação (2005).....	122
Tabela 9. Evolução da produção mundial de grãos e do uso de fertilizantes (1950-2000 em milhões de toneladas).....	133
Tabela 10. Quantidade de amostras realizadas e resultados insatisfatórios por cultura (2010).....	140
Tabela 11. Porcentagem de amostras insatisfatórias por alimento e por período – Paraná (2001-2010).....	141
Tabela 12. Resíduos de agrotóxicos presentes nos alimentos, segundo Ingredientes Ativos Detectados – Paraná (2010).....	143
Tabela 13. Problemas de saúde relacionados a agrotóxicos ainda utilizados no Brasil e banidos ou em reavaliação em vários países do mundo.....	144
Tabela 14. Consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil (2002-2011).....	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
- ANDAV - Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
- ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- DEPOM - Delegacia Especial da Polícia Marítima
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- IBAMA - Ministério da Agricultura, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MVR – Maior Valor de Referência
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- PARA - Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
- PCC – Primeiro Comando da Capital
- PDFF - Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
- PF – Polícia Federal
- PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
- SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
- SIAGRO - Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos do Estado do Paraná
- SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola
- UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A DIALÉTICA DA FRONTEIRA E A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: ARRANJOS E PROCESSOS ESPAÇOS-TEMPORAIS	19
1.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	19
1.2 TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER: UM CONCEITO MULTIFACETADO.....	19
1.3 A COMPLEXIDADE DA FRONTEIRA ENQUANTO ÁREA DE INTEGRAÇÃO E CONFLITO.....	28
1.4 CONTEXTUALIZANDO A FRONTEIRA JURÍDICO-POLÍTICO BRASILEIRA E AS INTERAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANÁ (BRASIL)-PARAGUAI.....	39
2 COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA OESTE PARANAENSE: CONFLITOS E RESISTÊNCIA	49
2.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	49
2.2 “COLONIZANDO” O OESTE PARANAENSE: A ALTERIDADE OFUSCADA POR INTERESSES GEOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS.....	50
2.3 CONFLITOS NO CAMPO: A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E O ÊXODO RURAL NA FRONTEIRA.....	61
2.4 ITAIPU E O MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO: NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A FORMAÇÃO DOS BRASIGUAIOS.....	69
3 A REDE DO CONTRABANDO DE AGROTÓXICOS NA FRONTEIRA PARANÁ (BRASIL)-PARAGUAI	79
3.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	79
3.2 GLOBALIZAÇÃO, REDES E ATIVIDADES ILÍCITAS NO MERCADO MUNDIAL.....	79
3.3 MAPEAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO.....	90
3.4 A ROTA DO CONTRABANDO DE AGROTÓXICOS NA FRONTEIRA PARANÁ (BRASIL)-PARAGUAI.....	114
4 SEGURANÇA ALIMENTAR	130
4.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	130
4.2 REVOLUÇÃO VERDE E O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL.....	130

4.3 LEIS QUE BALIZAM A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO MEIO RURAL...	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
REFERÊNCIAS JORNALÍSTICAS	171

INTRODUÇÃO

Essa dissertação surgiu com o intuito de entender a dinâmica das redes de contrabando de agrotóxicos em área de fronteira entre o Paraná (Brasil)-Paraguai. A região Oeste Paranaense é reconhecida como um dos celeiros do Brasil, com vastas áreas agricultáveis. Contudo, os agrotóxicos tem sido utilizados largamente sobre essas lavouras, gerando uma discussão permanente sobre seus benefícios e malefícios. No entanto, em razão de o Oeste Paranaense encontrar-se em área de fronteira com o Paraguai, e o país vizinho comercializar estes produtos bem abaixo dos preços no Brasil, a prática de compra dos produtos considerados ilegais tem aumentado, mesmo que não sejam considerados “seguros”, colocando em risco maior a contaminação e intoxicação de populações que trabalham nessas áreas, bem como o produto final, que não fica restrito apenas à região, mas acaba sendo comercializado no âmbito nacional e também mundial, através dos mercados de exportação.

A história mostra que as atividades ilícitas são práticas comuns no cotidiano das sociedades há vários séculos. Conhecidas popularmente como práticas de contrabando, sempre estiveram atreladas a vantagens econômicas em ambos os lados da fronteira, e para a sua compreensão, precisamos analisar a formação dos territórios e fronteiras nacionais, bem como seu espaço jurídico-político, leis e normas que regem cada país de acordo com seus interesses. Outro fator que não se pode desconsiderar, são as políticas econômicas que avançam sobre as nações, resultando em práticas capitalistas contraditórias que tem forjado uma nova ordem, um novo ideal de sociedade, no qual o dinheiro tem estabelecido as relações.

A fronteira tem sido um dos pontos de apoio à proliferação dessas práticas. A dificuldade de controle e o sistema instalado pelo capitalismo mundial no enfraquecimento dessas barreiras, com redes em diversos pontos no globo em um processo dinâmico e fluído, têm direcionado o movimento atual das fronteiras: a porosidade, facilitando o transporte de pessoas, mercadorias e coisas.

A globalização, para Milton Santos (2000), cria novos mecanismos na acumulação de capital. De um lado presencia-se o fetiche da aldeia global, no qual todos os Estados-nações estariam interligados através da técnica, ciência e informação e, do outro lado, a verdadeira face da globalização, a perversa. A perversidade que acarreta na exclusão da maioria da população mundial, que tem encontrado inúmeras dificuldades e barreiras para a sua reprodução e sobrevivência. Mas essa mesma globalização, sobretudo econômica, é

porosa, e procura diversos meios para o seu desenvolvimento incontrolável (MÉSZÁROS, 1995). Utilizam-se práticas consideradas ilegais para que as atividades financeiras tenham lucros expressivos, buscando incessantemente novos mercados, sejam eles lícitos ou não.

O território conhecido no passado como um espaço físico limitado, no qual o Estado exercia a sua soberania, hoje tem apresentado outras características. O próprio conceito de território torna-se mais amplo e difuso, não apenas centrado na ideia do Estado-nação, mas também produto da formação de grupos e redes que originam áreas de controle, sobrepondo-se e articulando-se ao mesmo tempo sobre determinado espaço.

Assim, as categorias de análise que sempre permearam o ensino da ciência geográfica podem ser compreendidas através da análise das atividades ilícitas. A fronteira, o território, as territorialidades e as redes são categorias inseridas nesse processo, fruto do desdobramento da globalização sobre os mais variados pontos do mundo. Simplista seria se não fossem tomados como fundamentos essas categorias de análise para a pesquisa.

Portanto, o objeto de estudo da dissertação buscou não somente observar as práticas ilícitas em território de fronteira, mas também abordou conceitos importantes da ciência geográfica, verificando a evolução dessas categorias de análise em uma visão ampla e teórica, e também inserindo-as no objeto da pesquisa, pois os territórios e as redes são importantes conceitos para o aprofundamento e a compreensão das atividades ilegais.

A proliferação das atividades ilícitas torna-se uma prática multiescalar, fruto do capitalismo perverso que busca os mais diversos meios para a sua reprodução. Manchetes em jornais e revistas sobre o assunto tornaram-se parte do cotidiano e, em muitos casos, a população tem aceitado essa condição, tornando-se prática comum na sociedade.

Portanto, para que essa pesquisa fosse realizada, buscando compreender o funcionamento das redes ilegais de agrotóxicos, foi necessário como fundamento uma condição metodológica para a coleta e análise de dados. Assim, o uso de fontes jornalísticas serviu como principal meio de informação, pois essa prática considerada ilícita no Brasil acaba por dificultar o levantamento de outras referências, o que poderia trazer riscos à atividade da própria pesquisadora. As fontes jornalísticas são considerados ótimos recursos como meios de informação, pois tratam sobre os mais variados assuntos, existindo um código ético que permeia os editoriais desses meios.

O desenvolvimento dessa dissertação buscou apreender a multiplicidade da fronteira, não apenas em seu sentido jurídico legal, mas principalmente o econômico e o simbólico/cultural; a complexidade das várias fronteiras, os daqueles que buscam meios de sobrevivência diante da exclusão no mercado formal e as consequências provenientes da

utilização dos agrotóxicos no meio rural. Acima de tudo, a pesquisa teve como principal foco a rede do contrabando de agrotóxicos, suas áreas de produção, mercados, circuitos de integração e circulação dessas mercadorias, observando a integração das redes no mercado mundial. A pesquisa não buscou realizar um julgamento sobre as atividades consideradas ilegais no Brasil, mas observar como elas se proliferam através das fronteiras e se inserem no mercado nacional pela porosidade inerente a essas áreas.

Para entender a complexidade da fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, foi necessário realizar um levantamento sobre o processo histórico de formação da fronteira Oeste Paranaense, onde as relações transfronteiriças sempre se fizeram presentes. Antes da chegada dos colonizadores europeus, essas terras encontravam-se sobre a posse dos índios Guarani, que se estendiam por extensas áreas que atualmente correspondem aos Estados-nações de Brasil, Paraguai e Argentina. Até hoje, as linhas que delimitam esses territórios não são vistas como limites de separação para os Guarani, que as observam como um único espaço de reprodução comunitário. Com a chegada dos colonizadores descendentes de europeus, o processo de retaliação e fragmentação do território Guarani tem início, mas sempre as relações transfronteiriças se fazem presentes, não só pelos ameríndios, mas por relações familiares que foram se estabelecendo no processo de construção e consolidação histórico-política de cada nação.

A partir da construção espaço-temporal da fronteira Oeste Paranaense, no qual parte o objeto de estudo, é que pode-se compreender as relações hoje visíveis nessa fronteira. A disseminação das atividades consideradas ilícitas no lado brasileiro faz parte desse processo, como resultado de ações realizadas no passado, que acabaram por criar novas estruturas econômicas na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. As vantagens econômicas no país vizinho têm conquistado mercados para compras de variadas mercadorias, multiplicando grupos especializados na passagem e entrega dos produtos para o lado brasileiro, resultando em conflitos na área de fronteira e interior do Brasil por considerá-las ilegais.

Outro fator no qual o objeto de estudo encontra-se integrado refere-se ao massivo uso de agrotóxicos em áreas agrícolas. Pesquisas direcionadas à temática apontam elevados índices de doenças originárias de químicos introduzidos nas lavouras. Ainda outro fator considerado grave é que pesquisas realizadas no Brasil com a coleta de resíduos de agrotóxicos presentes em hortifrutigranjeiros que são comprados diariamente por consumidores em todo o país, apontam para uma realidade cruel, em que a competitividade e o lucro têm colocado as populações em alto risco de contaminação e intoxicação, comprometendo a saúde humana.

Assim, essa dissertação em seu primeiro capítulo trabalhou com conceitos importantes para a análise da ciência geográfica, como Fronteira, Território e Territorialidades, categorias significativas para o aprofundamento do objeto de estudo e da própria linha de pesquisa ao qual esta dissertação encontra-se inserida: Dinâmica territorial e conflitos sociais em espaço de fronteira. A ênfase nas categorias encontra-se ligada ao seu processo evolutivo-histórico, sendo que primeiramente estiveram consagradas ao espaço jurídico-político de um Estado-nação ou mesmo em reinos de séculos anteriores, e hoje são atribuídos diversos significados conforme a percepção do pesquisador em relação ao seu foco de estudo. No final do capítulo, apresentou-se uma descrição da área de fronteira Oeste Paranaense, buscando localizá-la geograficamente além de observar as interações com o país vizinho.

No segundo capítulo tratou-se de contextualizar a formação do território na fronteira Oeste Paranaense, realizando um levantamento histórico de ocupação dessa porção do espaço, no qual, conforme acima mencionado, esteve sob domínio dos índios Guarani, passando pelos espanhóis e portugueses, e atualmente constituindo território do Brasil. Diversas políticas de ocupação foram integradas ao Oeste Paranaense para nacionalizar a fronteira, e “ocupá-la efetivamente” de acordo com os projetos governamentais. Nessa afirmação buscou-se aprofundar o assunto, dividindo o capítulo em três etapas que se encontram integradas aos projetos que promoveram mudanças na fronteira Oeste Paranaense: a colonização de descendentes de europeus, a modernização agrícola e a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Com essa temporalidade, pode-se abordar a complexidade da fronteira e compreender o resultado atual das diversas territorialidades que se constituem e se reproduzem na região.

Como ápice do desenvolvimento da dissertação, no terceiro capítulo esboçou-se a rede do contrabando de agrotóxicos que tem emergido sobre o território brasileiro. A análise levou em consideração a categoria rede, que a todo instante foi (re)afirmada com as colocações descritas sobre o objeto de estudo. Para a busca de dados sobre esse tipo de contrabando, utilizou-se, como condição metodológica, fontes jornalísticas, pois sabe-se o grau de dificuldade em estabelecer informações precisas sobre esse tipo de atividade, considerada ilegal no Brasil. Assim, foram selecionados seis jornais brasileiros buscando efetivar um bom resultado de análise. As fontes escolhidas retratam matérias sobre o assunto, selecionadas de acordo com a sua área de abrangência: nível local (*O Presente, Jornal do Oeste e Gazeta do Iguacu*), regional (*O Paraná*), estadual (*Gazeta do Povo*) e nacional (*Folha de São Paulo*), utilizando informações dos últimos três anos que descrevessem o contrabando

de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, totalizando 75 matérias. Ademais, algumas pesquisas na área corroboraram para uma maior credibilidade dos fatos, bem como fontes oficiais de órgãos institucionais que trabalham sobre o assunto. A partir desses dados, pode-se produzir mapas com a rota do contrabando de agrotóxicos, e gerar referências que dessem conta de uma maior compreensão da proliferação dessas redes em área de fronteira.

Como último capítulo, buscou-se trabalhar a problemática que envolve o uso massivo de agrotóxicos e suas consequências para a saúde humana. Valorizou-se alguns relatórios governamentais e pesquisas na área, que abordam o tema e suas consequências ao organismo humano. Também fez-se o uso de leis que trabalham a temática dessa dissertação, afirmando a preocupação da sociedade não só em nível nacional mas também mundial, sobre o controle rigoroso ao uso dessas substâncias e sua toxicidade aos seres humanos e meio natural.

Concluiu-se a dissertação instigando o aprofundamento do tema para futuras análises direcionados à problemática. Fica o desejo da continuidade desse início de pesquisa, por assim dizer, pois o foco do estudo abre leque para muitas possibilidades de investigação, uma vez que reflete as complexidades que se encontram presentes em áreas de fronteira, como a do Paraná (Brasil)-Paraguai.

1 A DIALÉTICA DA FRONTEIRA E A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: ARRANJOS E PROCESSOS ESPAÇOS-TEMPORAIS

1.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A abordagem do tema “redes ilegais” envolve um emaranhado de conceitos e categorias trazidas ao bojo da ciência geográfica durante os últimos séculos. Hoje com uma nova conotação, elas continuam presentes em meio ao arcabouço estrutural criado pela globalização, sendo utilizada nos mais diversos discursos científicos. A presença delas continua primordial para o entendimento da fase vivenciada. Além disso, conceitos como Fronteira, Território e Territorialidades necessitam ser trabalhados e aprofundados, para que o desdobramento resultante da análise possa esclarecer quaisquer dúvidas a respeito da relevância que possuem como produtoras do espaço na sociedade capitalista. Assim, iniciou-se o primeiro capítulo com um aprofundamento teórico das três categorias acima citadas, como necessárias ao entendimento do objeto de estudo sobre as redes ilegais de agrotóxicos em área de fronteira, concluindo com uma análise da fronteira política e geográfica escolhida para a pesquisa, Paraná (Brasil)-Paraguai, e suas interações no espaço transfronteiriço.

1.2 TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER: UM CONCEITO MULTIFACETADO

Ao tratar a categoria Território, está-se acostumado a pensá-lo em um contexto apenas político, como as áreas que fazem divisas com países, estados e municípios limítrofes. No entanto, o conceito vai muito além do que sugere inicialmente. Pode-se observá-lo de diversos ângulos, tanto político, como cultural ou econômico. As relações existentes entre o próprio indivíduo dentro da sociedade estão permeadas por diversas linhas e fronteiras. Assim, não só pensando pela ótica racional do conceito, mas também através das especificidades aos quais se encontra inerente, é que se pode contextualizá-lo dentro de suas múltiplas diversidades.

Na Geografia, o termo território foi primeiramente utilizado por Friedrich Ratzel na escola alemã, ligando o conceito a uma Geografia Política. Para ele, esta seria a expressão legal e moral do Estado conjuntamente com o solo e o povo, no qual a sociedade estaria

organizada exercendo sua territorialidade por uma identidade específica. Seus sucessores no século XX também observaram esse conceito a partir do Estado, apresentando-o como o único detentor do poder.

A partir da década de 1950, novos grupos de pesquisadores, em um contexto mais geral de renovação da Geografia, buscam uma nova abordagem aos paradigmas então impostos. Surge, assim, Claude Raffestin, que se dedica especialmente ao território e afirma que a Geografia só pode ser verdadeira quando se utiliza do poder. Renova-se essa abordagem geográfica de território, formado por relações de poder multidimensionais, em que as territorialidades são frutos dessas relações. O território, para Raffestin (1993), é formado a partir do espaço, sendo resultado de uma ação que conduz a sua apropriação a partir de qualquer nível e, assim, o espaço é territorializado. É o lugar onde se projeta o trabalho, revelando ações marcadas pelo poder.

Para o geógrafo, estudar o sistema territorial é partir da análise de uma produção que já está elaborada, realizada. Sabe-se que a mesma está susceptível a mudanças, com conteúdo móvel, mas também possui um conteúdo fixo que pode ser analisado, e para isso, é necessário uma linguagem. Parte-se assim do sistema territorial de Raffestin (1993), que divide o território em três subconjuntos estruturais: a tessitura, o ponto e a rede. Começamos pela tessitura, que implica uma noção de limite. Todo território faz uma referência implícita à noção de limite ou fronteira, que mesmo não sendo traçado, mostra a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Através de uma hierarquia, são formados vários níveis para o desenvolvimento de funções, que serão realizados em cada uma dessas malhas. De acordo com essas funções, eles podem ser centralizados ou descentralizados. Assim, a tessitura permite observar a área de exercício dos poderes ou a área de sua capacidade. Os Estados possuem tessituras mais estáveis dos que os grupos organizacionais, que se adaptam continuamente às mudanças estruturais e conjunturais. Essas malhas não são homogêneas nem uniformes, pois possuem pontos ou nodosidades territoriais que configuram seus espaços.

No segundo subconjunto, temos os pontos. Estes são locais de poder ou de referência, cuja posição faz parte da hierarquia da tessitura. Os pontos simbolizam a posição dos atores, que procuram agir para manter as relações, assegurando funções, controlando, influenciando, e assim criando redes entre si. E como último subconjunto encontra-se a rede, que é o sistema de linhas que desenham tramas. Esta pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. Ela mostra a imagem do poder ou dos atores dominantes. Portanto, a esse conjunto, tessitura, nó e rede, temos o sistema territorial que conduz todas as relações em

porções do espaço. “O sistema é tanto um meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização. É portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Pode-se concluir, então, que o sistema territorial é produto e meio de produção.

A tessitura, nó e rede são encontradas em todas as práticas espaciais. Do Estado ao indivíduo, todos produzem o território. São estratégias de produção que se chocam entre os diversos atores, resultando em diferentes campos de poder.

De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Sack (1986) direciona seus estudos de território dentro da concepção da globalização. Ele afirma que a fluidez, a velocidade das mercadorias, pessoas, informação e capital, transpassam as fronteiras, mostrando que os limites dos territórios não são imutáveis, mas têm mudado de acordo com as estratégias e recursos de controle em determinada parcela do espaço. Nesse sentido, o território tem se fortalecido pela noção de território-rede-lugar, pois este tornou-se multiescalar e multitemporal, em que novas territorialidades e identidades são construídos e reconstruídos a cada instante em diferentes lugares, em um processo contínuo e descontínuo, criando novos significados e arranjos territoriais em um único movimento, complexo e heterogêneo.

Turra Neto (2000) ao tratar sobre o conceito de Território, faz uso dos trabalhos realizados por Raffestin (1993) e Haesbaert (1994). Ele afirma que Raffestin observa o espaço como categoria considerada anterior ao território, no qual a sua formação ocorreu através da apropriação de um sujeito concreto ou simbolicamente sobre o espaço, territorializando-o. Essa relação do sujeito com o território é formada a partir de uma relação social de comunicação, que traz implícita a dimensão do poder, em relação a sua subjetividade com o lugar e com o outro. As práticas espaciais, passíveis de criar territórios, são formadas através de relações, as redes, e por meio da tessitura, malha e nós, formam o sistema territorial de Raffestin; com a circulação e a comunicação, a rede irá desenvolver o controle do e no espaço (SAQUET, 2000), observando algumas preposições ao qual a rede está articulada: distância, acessibilidade, importância social, necessidade de controle. As redes são maneiras de o capital se expandir, procurando territórios individuais e socializando-os em nível mundial, através de

hierarquias que apresentam relações econômicas para a reprodução do capital. Turra Neto (2000) também destaca que Raffestin (1993) assume a posição de que o território em sua base possui a relação dos próprios sujeitos com esse espaço, que delimitando com os outros produz a alteridade; relações estabelecidas sobre o território fundamentando as territorialidades. Assim, segundo Raffestin, o território conota uma dimensão de poder no centro, voltado a uma relação política.

Como resultado surge um sistema territorial formado a partir dessas relações de poder, e cada uma delas com os seus objetivos cria para si uma tessitura sobre o território, formando nós e construindo redes. Mesmo que não sejam visíveis, elas existem, e podem estar diretamente ligadas a decisões para que isso não aconteça. Souza (2002) refere-se ao território como um campo de forças, e estas relações de poder podem ser projetadas no espaço, e não em espaços concretos, podendo dissipar-se rapidamente e ser instáveis. Já na fenomenologia, também pode-se verificar que o território é visto como algo que não seria necessariamente fechado ou contínuo, e nem sempre estável. Porém, todas essas práticas espaciais são formadas por um sistema de ações ou comportamentos que irão produzir um território, através da integração entre tessitura, nó e rede, construindo um princípio hierárquico que ordena o território, permitindo “[...] assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. (...) impor e manter uma ou várias ordens. (...) realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Assim sendo, precisa-se apreender o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Essa porção do espaço esteve normalmente atrelada ao território nacional, tendo o Estado como grande gestor. Porém, além de estar ligada a esta ideia, ela pode se encontrar formalizada em diversas escalas. Desde uma rua a um contexto internacional, com escalas temporárias, espaciais e de poder. O território possui muitos substratos, tanto públicos ligados ao Estado, como privados e particulares ligados a instituições ou grupos de variados tamanhos e formas, que controlam uma porção do espaço exercendo relações de poder. Portanto, o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, que devido a sua complexidade, define ao mesmo tempo um limite, uma alteridade. Este pode dissolver-se e modificar-se a qualquer tempo; o substrato espacial continuará o mesmo, o que se modifica são as relações sociais sobre ele, criando e recriando novos e antigos territórios (SOUZA, 2002).

Analisando a obra de Haesbaert (1994), Turra Neto (2000) aponta que dentro do campo das Ciências Humanas, o território pode ser visto sobre três vertentes básicas: a

jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o desenvolvido pelos Estados-nações; a cultural, pela dimensão simbólica e subjetiva, em que o território é produto da apropriação da identidade social sobre o espaço; e a econômica, pela perspectiva material, concreta, como produto do embate das classes sociais e da relação capital-trabalho. Assim, para o pesquisador, além da dimensão política, teríamos a cultural e a econômica na formação do território. A dimensão simbólica marcada pela culturalidade aprofunda a alteridade na configuração dos territórios, no qual identidades diferenciadas formam um controle simbólico sobre cada porção do espaço. Parafraseando Haesbaert (2002), faz-se necessário compreender e analisar o espaço-território, como um espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, no qual se produzem símbolos, identidades e uma multiplicidade de significados que são construídos através das nossas relações cotidianas. Essas relações promovem fronteiras, imagens, fluxos e rugosidades, no qual poderemos desenhar a metamorfose e a multiplicidade do território presente.

Portanto, segundo as conclusões de Turra Neto (2000), o território está pautado em uma relação triangular, em que a sociedade com seu espaço realiza uma apropriação concreta e simbólica, sendo que é a partir dessa mediação que se estabelece a sua relação com o outro, negando a alteridade.

O território é formado, desde pequenas habitações, pontes, estradas, plantações, até grandes empreendimentos públicos ou privados, que o consubstanciam constantemente a partir das relações que envolvem. E estas relações são políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que efetivam diferentes redes e um determinado campo de forças sustentando o território. (...) o território é resultado do processo de construção de, e no, espaço; é também sobreposto e, no nosso entendimento, heterogêneo (SAQUET, 2000, p. 111).

Saquet (2000) também reforça o papel econômico ao qual o território encontra-se constituído. As relações de poder sobre o território, formadas por um contínuo jogo de dominação e submissão, encontram-se ligados pelo espaço econômico, além do político e cultural. As relações capitalistas de produção formadas entre trabalhadores e empresários além de serem o espaço, constroem o espaço geográfico. São esses embates das lutas sociais de classe que estão presentes no espaço e no tempo, pelo viés econômico, no qual participam da formação de territórios e territorialidades.

Realizando algumas leituras em Haesbaert (2004), pode-se confirmar os estudos de Turra Neto (2000). O pesquisador apresenta quatro vertentes produtoras do território. Na primeira, estaria a concepção política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado pelo Estado (não exclusivamente), no qual exerce o seu poder. Na segunda, temos a cultural, em que a dimensão simbólica e mais subjetiva participa da formação do território, sendo observada como o produto da apropriação simbólica de um grupo em sua relação com o espaço vivido. Na terceira emerge a econômica, quando as relações mercantis utilizam o território como fonte de recursos, alocando capital, trabalho e espaço, transformando continuamente suas relações e (re)criando novos territórios de acordo com os delineamentos do capital. E por último Haesbaert, acrescenta o território natural, sendo aquele formado por elementos que constituem uma paisagem natural, e que interagem com elementos entre si, constituindo um ambiente específico. É a partir dessa visão integradora, abordando as quatro dimensões, que poderemos alcançar respostas as problemáticas vigentes sobre os espaços.

Assim, o território precisa ser compreendido por suas relações sociais e por seu contexto histórico no espaço-tempo. É imprescindível realizar essa contextualização, pois a articulação das redes em múltiplas escalas se estendendo do local ao global (territórios-rede) e articuladas entre si, é a prática observada em nosso objeto de estudo. As relações integradas através dos territórios-rede, iniciando com a produção dos agrotóxicos nos países de origem, articulando-se em escala mundial e agregando ao território brasileiro via fronteira Paraguai-Paraná(Brasil), produz um território e cria diversas territorialidades que são estabelecidas pelas interconexões de nós e redes.

Portanto, o espaço e o território precisam ser abordados como híbridos, no qual a sociedade e a natureza, sua materialidade e imaterialidade, precisam ser verificados por uma interação espaço-temporal. A partir do híbrido deve-se relacionar as múltiplas formas de poder, sejam elas econômico-políticas ou simbólicas-culturais, para que a apreensão do território seja satisfatória.

Saquet (2007), aborda a concepção de território e poder. Ele afirma que não há território sem que (co)existam relações de poder. São relações (i)materiais, tanto geopolítica, quanto econômica e culturalmente. Já estavam presentes no século XV a partir dos reinados em suas relações de dominação. Observa que Michel Foucault trabalha com esses conceitos, observando-o como uma rede de relações variáveis e multiformes, com multiplicidades de forças que se desenvolvem continuamente. Portanto, o poder é exercitado a cada instante, em todas as relações, produto de uma situação complexa da vida em sociedade. E nessa

perspectiva observa-se o poder através de relações sociais, conflituosas e heterogêneas, variáveis e com intencionalidades. Relações que ultrapassam o limite do Estado e podem ocorrer em qualquer esfera da vida. A partir dessa imagem de poder, o território é moldado. Adquire diversos significados diante das territorialidades plurais e complexas. “E esta é uma questão fundamental, que marcou a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder” (SAQUET, 2007, p. 33).

Sendo assim, é essa compreensão da totalidade do território que deve-se buscar, partindo do espaço geográfico, da relação espaço-tempo e das relações de poder, pois o homem vivendo em sociedade produz seu espaço e suas relações sociais e de poder sobre o vivido, que estão presentes na discussão sobre o território e sua constituição. São relações cotidianas no espaço e no tempo, em que ocorrem “[...] contradição, movimento, unidade, permanências e mudanças, ritmos [...]” (SAQUET, 2005, p. 48), e que precisam estar presentes na base da apropriação e produção do espaço geográfico, pois é ela que dá constituição ao território a partir do espaço vivido.

Toda ação da sociedade utiliza um sistema sêmico (RAFFESTIN, 1993) para apropriação do espaço, criando comportamentos e objetivos que se desdobrarão na formalização de um território. Ele pode ser visto pelas forças de trabalho, pelas relações de produção e toda a infraestrutura que movimenta essa cadeia. Com objetivos intencionais para a sua realização e concretização, as relações de poder são marcadas a partir de então nesse espaço, que se transforma em um território, servindo como instrumento de poder. E para que o poder consiga exercer o seu controle e dominação sobre os homens e instrumentos, faz-se necessário o uso de três instrumentos imprescindíveis: a população, sendo através desta que se consegue alcançar o poder; o território, que é o espaço político por excelência, o campo da ação do poder; e os recursos, que irão delinear os caminhos de realização e alcance desta ação (SAQUET; SOUZA, 2009).

Saquet (2007) realiza um estudo minucioso sobre as diversas concepções do território, elencando pesquisadores que tratam o tema. Ele trabalha com Milton Santos, que faz uma abordagem materialista do território, em que os processos sociais e a natureza são elementos constituintes dessa categoria. Utiliza o conceito de “território usado” para exprimir uma linguagem econômico-material, em uma concepção que vai além do Estado-nação atingindo também o uso e o controle social. “O território significa objetos, ações e a constituição de redes” ou seja, um “quadro de vida híbrido” (SAQUET, 2007, p. 122). O território pode ser descrito como um conjunto indissociável de objetos e sistemas de ações,

formando um espaço uno e múltiplo, no qual o território encontra-se presente através de uma delimitação, configuração, ou mesmo uma área. Santos (1996) também propõe uma abordagem entre área-rede, em que se estabelecem relações de poder, através de normas e regulações que são efetivadas através de pontos, redes sociais e controle. O uso do dinheiro e das técnicas têm aprofundado essas relações, que se (re)organizam mundialmente, gerando fluidez mais intensa e culminando com a desregulação do Estado-nação. A “ditadura do dinheiro” é que vem comandando os territórios, através de atores hegemônicos mundiais sobre atores hegemonzados locais.

Outro autor trabalhado por Saquet (2007) é Rogério Haesbaert (1994), que se utiliza do território através de uma concepção material e cultural em suas múltiplas dimensões, dando ênfase na reterritorialização a partir dos fenômenos econômicos, políticos, culturais/simbólicos e naturais, em relações multiescalares e multifuncionais. Os fluxos e as redes na produção do espaço sempre irão promover territorializações e desterritorializações, produzindo território-zona (área-rede), territórios-rede (rede-rede) e aglomerados de exclusão (rede-lugar). As relações de poder não podem ficar de fora na compreensão do território, que são estabelecidas tanto pelo Estado-nação como pela multidimensionalidade das relações sociais. Para o autor, pode-se estabelecer que as dimensões econômica e política promovem a desterritorialização, enquanto que a política e a cultura proporcionariam a territorialização. A primeira ocorre através das redes de circulação de capital promovendo a perda do território, a segunda significa coesão e identidade, em consonância com apropriação e ordenamento político. Conforme Saquet (2007), Haesbaert utiliza o conceito de território a partir do espaço produzido de Henri Lefébvre. As relações concretas e simbólicas articuladas com interesses econômicos e políticos gerariam multiterritorialidades, fruto das múltiplas relações vividas por grupos e indivíduos em suas atividades multiescalares, no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R).

Portanto, deve-se observar a importância que a T-D-R possui na formação dos territórios, pois ao mesmo tempo em que são contraditórias, também complementam-se. Um recriar contínuo no espaço, condicionando nossa vida, seja no estar fixo como no estar em mobilidade, no qual o território-rede-lugar encontram-se articulados promovendo a transformação e (re)criação dos espaços.

Saquet (2007) conclui o seu estudo abordando a sua própria concepção de território. Utiliza-se da imaterialidade como fonte, mas também valoriza as forças econômicas, políticas, culturais e da natureza na abordagem do território. Parte da concepção de Haesbaert, na produção do espaço de Henri Lefébvre, e direciona seus estudos para a imaterialidade do

território centrada no espaço-tempo. O espaço é construído socialmente, tanto objetiva como subjetivamente, produtos das relações sociedade-natureza, como um campo de forças que vão se acumulando ao longo da história. “Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas” (SAQUET, 2007, p. 127). Saquet aborda um importante fato dos territórios que se relacionam com esta pesquisa. A permanência exercida por grupos territoriais sobre os espaços, que podem se desdobrar em um espaço de tempo curto ou mais permanentes, efetivam-se em diferentes escalas. Assim, há um jogo de forças sociais dando vida a esses territórios, que desenvolvem suas territorialidades cotidianas em diferentes centralidades, determinando a desterritorialização e a reterritorialização, constituindo novas territorialidades. Estas podem ocorrer sobrepostamente e serem heterogêneos, fundadas em desigualdades e diferenças. “Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios” (p. 128).

Outro conceito importante que não se pode deixar de trabalhar refere-se às territorialidades, pois elas se encontram circunscritas ao conceito de território conforme trabalhado por Saquet (2007). Quando um indivíduo ou grupo social tenta controlar determinada área, a partir do seu caráter político, tem-se uma territorialidade produzida pela estratégia de domínio sobre um espaço delimitado. Portanto, esse campo de forças está sempre em atrito, formado por uma heterogeneidade de territórios pautados por contradições sociais.

A territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido pelas sociedades. É o produto territorial das relações existentes. Mesmo que sejam existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder. Elas estão em constante modificação, em um processo de T-D-R. Essa noção de territorialidade surgiu nos veios naturalistas ao observarem o comportamento animal sobre seus territórios. Relativo ao comportamento humano, essa noção é bem recente. Ela pode ser assumida como a maneira pela qual as sociedades se satisfazem num determinado momento, criando instrumentos conforme suas necessidades para a troca de energia e informação. São relações mediatizadas, com formas simétricas e dissimétricas em relação à exterioridade. Estas se inscrevem em um quadro de produção, troca e consumo de coisas, ocorrendo sempre através de uma relação entre atores. “Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; (...) é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Para Sack (1986) as territorialidades são uma estratégia geopolítica para se controlar pessoas e objetos dentro de um espaço. Esse mecanismo pode envolver vários grupos através de redes e nós, que irão se intercalar, sobrepor, proporcionando uma grande cadeia processual do território, dentro de situações complexas ou simplistas, utilizando-se de contextos sociais, situações e relações para a sua dissipação.

Assim, Saquet (2007) conclui que para o estudo de um território, independente da sua extensão, tamanho ou escala, precisa ser apreendido observando-se as suas singularidades, com seus tempos e suas articulações externas; movimento e suas contradições no tempo e no espaço, permitindo conhecer a especificidade de cada lugar, espaço e território. Também não pode-se esquecer a categoria território atrelada à ideia de poder, em que este pode ser exercido tanto pelo poder público, quanto por grandes empresas ou grupos sociais. O território é, assim, observado por suas características areal e reticular, histórico e relacionais, com distintas dimensões humanas na formação do mundo. As mudanças são constantes e sempre novos arranjos territoriais estão em processo, num contínuo movimento da vida em suas relações cotidianas.

O território significa a materialidade que sustenta a vida, determina as práticas espaciais e influencia os processos identificatórios; um campo de forças, relações de poder que se projetam sobre um substrato espacial; são processos sociais que envolvem o imaginário, conflitos políticos, o controle do espaço e identitarismos. Sua concepção tem um caráter político forte, em favor da conquista da autonomia (SAQUET, 2007, p. 134-135).

É neste contexto que se busca apreender a fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai: o território brasileiro em seu sentido político-jurídico e o território econômico através da rede do contrabando de agrotóxicos. Uma porção do espaço dinâmico com seus fluxos e interconexões, em que historicidades diferentes se encontram (território cultural), se justapõem, e o espaço-tempo modela essas múltiplas vivências, transformando-o em um lugar dotado de complexidades no universo transfronteiriço.

1.3 A COMPLEXIDADE DA FRONTEIRA ENQUANTO ÁREA DE INTEGRAÇÃO E CONFLITO

Para compreender a categoria de análise Fronteira, recorre-se às suas primeiras manifestações. Esta aparece com as primeiras civilizações sedentárias, que mesmo não sendo atribuído esse nome, utilizavam seu território ou espaço para as práticas agrícolas, até determinado ponto que lhes fosse suficiente para as suas necessidades. Nesse período não havia demarcação fixa dessas áreas, mostrando assim que esse termo era utilizado pelas comunidades até o limite dos seus territórios.

Oliveira (2008) contextualiza a origem e as primeiras noções da ideia de fronteira, sendo que essa categoria surge com a expansão do Império Romano a partir de 500 anos a.C.. O limes romano era uma sucessão de fortes, nos quais se encontravam presentes à sua frente patrulhas e guarnições, e atrás deles a maioria das legiões romanas. “Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado” (MACHADO, 1998, p. 41). Outra referência ao surgimento das fronteiras é a Muralha da China erguida por volta de 220 a.C., com o objetivo de conter ameaças de invasão de povos que se encontravam ao norte do reino. Ao longo dos séculos a muralha foi sendo ampliada, de modo a conter povos não desejados. Durante as batalhas, as tropas chinesas se posicionavam em uma linha exterior e outra interior à muralha.

O surgimento do termo fronteira aparece apenas nos séculos XIII e XV na Europa, e se encontra ligado à área e não a linha ou limite. A palavra fronteira, que em sua etimologia vem de *front*, “frente”, surge no século XIII em períodos de guerras na Europa, servindo como limite temporário e flutuante de separação entre dois exércitos em momentos de conflito. No século XIX a palavra é difundida na Alemanha, vista como princípio de nacionalidade, utilizando a unidade territorial do Estado-nação, com seus limites ligados à língua e cultura comuns, com uma identidade nacional (MACHADO, 1998).

A própria semântica da palavra fronteira guarda uma conotação militar. O derivado do substantivo *fronte*, ou *frente*, foi empregado inicialmente para designar uma ordem de batalha àqueles que se encontravam na vanguarda das tropas em combate, consolidando os postos avançados de defesa que se localizavam nos reinos em guerra. Era vista como uma zona de contato entre domínios territoriais distintos. Assim, as fronteiras foram sendo assimiladas a disputas territoriais que vinham ocorrendo na Europa, através da defesa de impérios, e correspondiam a uma faixa de extensão variável, de acordo com um regime jurídico, político e econômico especial (RIBEIRO, L, 2002).

Com o Tratado de Westphalia¹ estabelecido em 1648, na Europa, as fronteiras dos Estados-nações começam a se tornar mais claras, e a soberania de um povo com seu rei sobre um território se torna evidente. Outro fator de grande importância são os processos de colonização europeia, marcado pelo início do conhecimento da totalidade do mundo, em a demarcação de terras torna-se importante para a apropriação e domínio dessas áreas (SILVA, 2008). Neste contexto ocorre nos séculos XVIII e XIX o início da fixação de limites das potências europeias, com mais preocupações com a estabilidade das fronteiras, sendo que os conceitos de soberania e território como um espaço delimitado de um Estado são o ponto de partida para que os povos sejam diferenciados nesse espaço fixos, controlados por um poder central (MACHADO, 2013).

Anterior ao Estado Moderno, as fronteiras enquanto limite não existiam. Estas foram delimitadas a partir do Estado territorial. A concepção jurídica encontra-se pautada pelo direito internacional público, condicionando a soberania de um determinado território quando o Estado realiza o uso jurídico deste, sendo o domínio da validade de uma ordem jurídica estatal. Assim, o Estado toma para si o controle e o ordenamento político, obrigando a todos aqueles que encontram-se sobre a sua soberania a reconhecerem como válido o seu ordenamento jurídico, mostrando que desde o surgimento do Estado-nação, o território e a fronteira foram subordinados a ele (CATAIA, 2011).

A fronteira, além de ser um meio de diferenciação territorial, também é um meio de diferenciação temporal. A fronteira linear surge com o advento do Estado moderno, como uma imposição para este lançar as bases de sua soberania territorial, precisando delimitar e demarcar sua área. Essa visão é criada a partir da concepção moderna de fronteira como limite dos estados nacionais. A fronteira que surge nos séculos XIII a XV buscava referenciar não uma linha, mas uma área, uma região com o objetivo de cumprir uma separação e não um contato (STEIMAN; MACHADO, 2013).

Assim, é com o Estado moderno que a fronteira se configura como limite da soberania. A linha de fronteira marcando os limites internacionais aparece com o pensamento da demarcação dos territórios dos Estados modernos, produto das estratégias militares que passaram por diversos séculos em fase de combate na disputa de novos territórios,

¹ A chamada Paz de Westphalia resultou da assinatura de um conjunto de tratados diplomáticos em 1648, que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Foi uma Guerra que consistiu em uma série de conflitos interligados e sucessivos, a maior parte dos quais travados em território alemão, que teve início com a rivalidade política e conflito armado entre o Imperador Habsburgo do Sacro Império Romano-Germânico (católico e ligado ao Papado) e as cidades-Estado comerciais protestantes (luteranas e calvinistas) do norte da Alemanha, que escapavam ao seu controle.

aperfeiçoando a cartografia, e assim marcam o desenvolvimento mais preciso das técnicas na elaboração de mapas, dando conta dos novos limites que foram se estabelecendo.

O termo fronteira também passou a ganhar diversas conotações, ora adquirindo significados mais brandos, ora mais determinantes. É o que ocorre desde o final do século XIX, quando os Estados procuram consolidar suas linhas divisórias através das fronteiras, impondo seus regimes político-jurisdicionais, que moldados pelo capitalismo buscam meios para a circulação de suas mercadorias, tanto internamente como entre diversos países. O resultado dessa análise apresenta os limites não mais estabelecidos apenas pelo viés político, mas sobretudo econômico.

Frequentemente são utilizados os termos fronteira e limite como sinônimos, no entanto cada um possui significados distintos. A fronteira inicialmente estava ligada ao fenômeno de vida social, indicando a margem do mundo habitado. Conforme os padrões de civilização foram se expandindo, as fronteiras tornaram-se lugares de comunicação, adquirindo um caráter político. No entanto, elas não tinham o significado que se atribui hoje, o de uma unidade política; ela era o começo do Estado, o lugar para onde ele poderia se expandir. Já a palavra limite refere-se o fim daquilo que mantém coeso uma unidade político-territorial, mantém em ordem sua ligação interna. O Estado ao exercer sua soberania sobre essa unidade, forma um processo de territorialização, em que a moeda, os impostos, a língua e os sistemas são os elementos que dão base a essa condição, sendo controlado pelo poder central (MACHADO, 1998).

Pode-se observar a partir dessas considerações as diferenças entre os dois termos. “A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas)” (MACHADO, 1998, p. 42). A fronteira é considerada uma fonte de perigo, pois desenvolve mecanismos diferentes ao estabelecido pelo poder central; já o limite é criado pelo Estado, ele não tem vida própria e nem mesmo existencial pois é uma linha de divisão.

Raffestin (1993), em suas pesquisas correlaciona os termos limite e fronteira, apontando que estes são a interface do biossocial, no qual as historicidades fazem-se presentes em um processo dinâmico e contínuo, podendo ser modificadas e até ultrapassadas. Para ele, as categorias limite e fronteira sempre existiram e passam por constantes mudanças de acordo com a percepção da sociedade. Assim, considera o limite como um conjunto, uma classe geral, e a fronteira pertence a ela formando um subconjunto. No entanto, observa que a fronteira tomou um caráter político. Inserida dentro de uma categoria particular, os Estados-nações a tomaram como um sinal, sendo manipulada como instrumento para comunicar uma

ideologia. Esse sinal foi assim visto, a partir do momento em que o Estado moderno buscou um controle territorial absoluto, observando a fronteira como um limite sagrado. Criou diversas condições para que o preconizado tivesse total êxito, linearizando a fronteira, desenvolvendo linhas rígidas com funções ligadas ao legal, controle e fiscal, fazendo a separação daquilo que não pertence ao território.

Assim, a linha e a fronteira são observadas como duas forças distintas, a primeira está voltada para dentro, resguardando um território, e a segunda voltada para fora, buscando a expansão daquilo que lhe deu origem. Portanto, a fronteira tem em seu bojo a reflexão do contato e da integração.

Raffestin (1993) constata que os limites, além de serem percebidos do ponto de vista linear, também podem ser apreendidos do ponto de vista zonal. Isso é visível da mesma forma com as fronteiras. Muitos limites são zonais na medida em que uma área delimitada não é geralmente fixada de forma rígida, e as tessituras se superpõem, se cortam e se recortam, formando justaposições. Isso ocorre com a fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. A história nos mostra que o hibridismo cultural formado nessa porção do território sempre esteve ligado às relações transfronteiriças, ignorando o limite internacional como condicionante da separação das relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Observando nesse contexto a fronteira pelo limiar político, rígido e fixo, esta acaba por gerar um território altamente conflitivo para as relações transfronteiriças culturais, que se encontram estabelecidas em muitas áreas de limite internacional. “É o ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos” (MARTINS, 1996, p. 11-12). É na fronteira que se pode melhor observar como as sociedades formam-se, desorganizam-se ou se reproduzem. Na fronteira encontram-se diferentes espaços-tempos, que se interpenetram e colocam em conflito as populações que ali se encontram, em uma totalidade dialética, com desencontros de perspectivas e tempos históricos diversos, e ao mesmo tempo, contemporâneos.

Portanto, as fronteiras e suas interrelações culturais-simbólicas também são o resultado de um legado sócio-histórico-temporal que não pode ser negligenciado. Martins (1996), em seus estudos nas frentes de expansão na Amazônia, retrata de forma incisiva esse processo. Ele observa que a fronteira possui muitas especificidades: pode ser reconhecida como a fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de cultura e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem e a fronteira do humano. É a recriação de tempos históricos diversos, sobre formas de produção social distintas.

Cataia (2007) também aborda as categorias linha e fronteira, dispondo que a fronteira tem servido para os Estados nacionais como um marco de linha divisória, na qual exercem a sua vigilância. Já as linhas têm servido como marco para a divisão interna dos territórios nacionais, pois são de fácil delimitação. Assim, a fronteira acaba tornando-se de difícil demarcação, devido ao campo de forças opostos que se encontram presentes nessas áreas, sejam elas políticas, sociais e econômicas, que se opõem às jurisdições estabelecidas, gerando a preocupação com essa área na busca de soluções dos problemas emergentes.

Observando outras colocações, na pesquisa de Oliveira (2008), pode-se verificar as fronteiras mais como zonas do que linhas formais. Essa zona-fronteira constitui uma área que se encontra destinada à fluidez e à separação dos Estados-nações. A fluidez condiciona a circulação de mercadorias, enquanto que a separação encontra-se ligada aos aspectos políticos e a definição dos territórios sob a jurisdição dos diferentes Estados. O autor enfatiza a contribuição de Claude Raffestin (1993) e Paul Guichonnet (1974), quando abordam a fronteira pelo viés econômico. Para eles, estas relações se sobrepõem ao limite rígido estabelecido pelas fronteiras, no qual a dinâmica econômica cria áreas de turbulência no jogo do capital sobre mercadorias, informações e pessoas. Esta, descolada da fronteira política, produz uma visão ambígua da fronteira, ao mesmo tempo em que estabelece zonas de articulação e zonas de tensão.

Portanto, as fronteiras também passam por constantes mudanças, e não são fixas, pois de acordo com os interesses dos grupos sociais, elas vão sendo moldadas. Nesse sentido, além de analisar o espaço, não pode-se deixar de considerar a categoria tempo. O processo histórico aponta a formação da fronteira como o resultado de uma luta incessante de indivíduos sociais, que buscam limitar uma área através da ocupação de um determinado espaço, e ao longo do tempo, estabelecem relações de poder e criam leis para a demarcação das linhas que irão constituir as suas fronteiras.

As fronteiras políticas são formas assumidas pelos limites que, cristalizadas no território, são a expressão da relação que o homem mantém com os outros homens por meio do território. A fronteira política é um dos tipos de limites impostos às atividades humanas (CATAIA, 2007, p. 5).

Para Pires (2010), a fronteira traz um duplo significado, ambíguo, ao mesmo tempo que a região se encontra em permanente conflito e, em contrapartida, é o local de trocas e relações culturais. A fronteira é um palco de interações, em que o limite internacional faz a

sua mediação, devido a diversas peculiaridades entre os diferentes países, como a sua legislação, moeda, potencial econômico, entre outros.

A fronteira para Andrade (2004, p. 233), pode ser definida como “[...] uma linha de separação de territórios, ocupados por grupos humanos que exercem controle territorial”. Entre esses grupos pode-se classificar o Estado Nacional, as empresas nacionais ou transnacionais e/ou os grupos étnicos. Nas fronteiras traçadas juridicamente, podem ser compreendidas como supranacionais (blocos econômicos), nacionais (Estados-nações), regionais, estaduais e municipais. No entanto, essas linhas divisórias não são rígidas, mas passam por transformações constantes, assim como suas políticas, que são desenvolvidas de acordo com interesses distintos.

Portanto, pode-se apontar que na (trans)formação da categoria fronteira, esta sofreu diversas metamorfoses com a unificação técnica, produto da globalização e da divisão internacional do trabalho. A economia transnacionalizada atravessou as fronteiras e compartimentou o meio geográfico em múltiplos territórios econômicos e culturais, formando redes das mais diversas escalas, as quais encontram-se interligadas em nível mundial (CATAIA, 2007). E, assim, entender a fronteira é compreender as suas especificidades. Os fluxos e a fluidez do capital colocam as regiões fronteiriças como grandes pontes ao comércio internacional, criando uma grande interdependência com o exterior, muitas vezes maior do que com as regiões pertencentes ao próprio Estado-nação.

Courlet (1996) também contribui com suas análises sobre o fenômeno da globalização e seus desdobramentos na fronteira. A economia global tem promovido novas formações no espaço, e a emergência de novos contextos políticos tem resultado em relações multicomplexas; a fronteira nesse contexto não tem ficado de fora. Sobre a perspectiva global, a fronteira deixa de ser um entrave para as atividades econômicas, nas quais o capitalismo é usado como instrumento para administrar situações interativas, resultado de processos históricos diversificados. Com a mundialização da economia, há uma sobreposição de interesses, de modo que os grandes organismos internacionais atuam sobre os interesses da economia nacional, e assim, “[...] redesenham o mapa do mundo, em termos geoeconômicos e geopolíticos muitas vezes bem diferentes daqueles que haviam sido desenhados pelos mais fortes Estados nacionais” (IANNI, 1998, p. 46). Os Estados-nações acabam por organizar-se político e economicamente a favor do funcionamento mundial dessas empresas, gerando diversas diretrizes que se encontram alinhadas à desestatização, desregulamentação, privatização, abertura de fronteiras e criação de zonas francas.

O fenômeno da globalização produziu variadas metáforas, que buscavam mostrar o fim das fronteiras e dos Estados-nações. Economia-mundo, sistema-mundo, mundo sem fronteiras, aldeia global, fábrica global, apresentando uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo para além das fronteiras, articulando capital, meio informacional, tecnologia, força de trabalho e divisão do trabalho social, dissolvendo fronteiras e incentivando o consumismo. No entanto, ela se mostra emblemática na medida em que se transforma em irreal, pois o movimento não é homogêneo, é desigual e, acima de tudo, precisa do controle do Estado para reproduzir seus desejos (IANNI, 1998). Assim pergunta-se: por que a globalização que indicava o fim das fronteiras mostra que os Estados nacionais ainda continuam como os defensores do seu território na demarcação das fronteiras? A resposta é simples. O capital, sim, quer fluir sem fronteiras, mas quanto ao trabalho, o capital cuida para que o Estado seja mais específico em seu controle (GONÇALVES, 2004).

Cataia (2011) também aborda o tema, envolvendo o desenvolvimento tecnológico e as fronteiras políticas do Estado territorial, que são confrontadas pelo mundo sem fronteiras da globalização. De um lado, o território nacional como espaço de soberania da nação e, do outro, a racionalização mercantil, produto ideológico da transnacionalização e do fluxo das mercadorias. Portanto, “[...] de um lado, normas que buscam traçar o território como chão da nação e por outro lado normas que buscam desenhar o território para fluidez das empresas transnacionais” (p. 23). Com a globalização, o mundo interligado e o fim das fronteiras, o que ocorre, na verdade, é uma visão errônea de que seria o seu fim, pois o que emerge são duas facetas contraditórias e solidárias. De um lado, as fronteiras delimitam com clareza o território nacional, princípio da soberania internacional, e por outro, a economia transnacionalizada opera seus fluxos financeiros que atravessam as fronteiras, promovendo o seu enfraquecimento (LEITE; MELO, 2011).

Hoje propõe-se um mundo sem fronteiras, mas o que realmente ocorre é uma visão utópica. Um discurso ideológico propagado pelo capital, em que os Estados-nações deixariam de ser a peça fundamental de organização da sociedade, formando uma aldeia global onde as fronteiras não fariam mais sentido.

Assim, a fronteira tem deixado de ser um problema para a mundialização da economia, tornando-se um protótipo na diferenciação das empresas para melhor delimitar os espaços e governar suas relações. A rede mundial, integrando diversos países, utiliza a política nacional para afirmar seus interesses, ocorrendo o enfraquecimento das políticas públicas protecionistas, deslocando o papel do Estado. Observa-se que muitos falavam no fim das fronteiras, ou na ausência de regras. Porém, há uma redefinição política para a

concorrência entre os países, que conduzem a novas integrações espaciais, utilizando as fronteiras em seu benefício (COURLET, 1996).

A experiência mostra que não vivemos até o momento nada parecido com o fim das fronteiras ou com o fim dos limites. Ao contrário, o que se nota é justamente a consolidação das fronteiras como áreas de integração. Quanto aos limites, continuam e continuarão existindo, mesmo que em alguns casos apresentem menor rigidez do que outrora. Assim, na medida em que avança o processo de interdependência entre os povos, as fronteiras não só continuam existindo como se consolidam enquanto áreas de integração. Aspectos como o aumento dos fluxos comerciais e o desenvolvimento de empreendimentos fronteiriços de infraestrutura tornam as faixas de fronteira cada vez mais dinâmicas e vivas (OLIVEIRA, 2008, p. 21).

Os eventos do passado, que se mostravam totalitários, se encontram permeados por novas ordens utilizadas através das técnicas. Isso não significa que elas deixaram de reinar. O que ocorre não é a unificação do mundo através da transnacionalização do capital, mas o uso de compartimentos políticos para a sua reprodução, empregando o Estado como ponto de apoio para o seu desenvolvimento contraditório, desigual e combinado; e o Estado continua com o papel de detentor do seu território político.

Nesse contexto, a transnacionalização do capital tem promovido a fragilidade e porosidade nas fronteiras, produzindo crescente preocupação dos Estados-nações quanto ao seu controle e vinculação, pois esta pode ser um fator de integração de áreas que estabelecem legislações diferenciadas, trazendo dificuldades e prejuízos. No Brasil muitas áreas transfronteiriças, como a de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, apresentam territorialidades específicas com regulamentos internos, que acabam dissipando ou modificando as leis estabelecidas no país e, assim, facilitam práticas consideradas ilícitas que têm se proliferado sobre as áreas de fronteira.

Portanto, a fronteira tem sido considerada uma fonte de perigo ou ameaça, pois sempre desenvolveu interesses distintos ao do governo central. O marco de fronteira e a linha-limite são apenas símbolos dessas separações, tornando-se uma abstração. Deste modo, encontram-se distantes dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira, onde as leis nacionais impostas não condizem com a dinâmica transfronteiriça das comunidades presentes.

Essa identidade fronteiriça, devido ao polissêmico ambiente, com possibilidades diversas, tem buscado outros rumos muitas vezes divergentes aos propostos pelo Estado, criando sistemas inéditos, diferentes dos conjuntos simbólicos dominantes. Assim, as áreas formam lógicas próprias identificadas pelo atual período do capitalismo, oriundas de interconexões entre o local e o global, com características próprias e peculiares em cada

espaço que se formam. Essa é uma fronteira vivida e percebida e possui diferenças importantes (NOGUEIRA, 2007). A fronteira percebida é a de quem não vive nela. Já a vivida é a fronteira do sujeito-lugar, é aquele que vive diariamente nela, trabalha, desenvolve suas relações sociais e econômicas e cria uma identidade territorial com o lugar. A interação entre as cidades e as sociedades fronteiriças é o resultado de uma história de relacionamento entre ambas, uma relação de dependência mútua, de porosidade e movimento.

Nesse sentido, se estabelece que a fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai tem apresentado essa complexidade transfronteiriça. A dinâmica das comunidades na zona de fronteira mostram a importância do trabalho nessa região. Ocorre um expressivo fluxo diário de pessoas em ambos os lados da fronteira, formado por trabalhadores diaristas ou sazonais, desqualificados ou semiquilificados, atraídos por oportunidades de trabalho, sejam elas lícitas ou não. Assim, torna-se difícil mensurar essa mobilidade social, como também os fluxos de capital decorrente dessas atividades.

O limite internacional estabelece a organização dos intercâmbios e possui papel regulador nas relações entre Estados-nações. Porém, com a reprodução capitalista, em um processo evolutivo e dinâmico, esses limites estão sendo negligenciados, tanto interna como externamente, onde organizações, comunidades, redes de informação nos mais diversos setores formam uma teia em escala planetária de difícil manipulação e controle pelos Estados, por mais poderoso que possa ser. Assim, abre espaços para as ondas de ilegalidade observáveis através de comportamentos situados paralelamente às leis de cada Estado, sendo no campo econômico mais visível pela diacronia estabelecida entre o que é legal/ilegal (MACHADO, 2013).

É notável o esforço do Estado em aumentar seu poder de fiscalização para fechar as fronteiras, pois parece que a vida nela tem conspirado contra a organização e a uniformidade do território. A relação da fronteira com seus Estados foi historicamente se transformando, mas sempre ligada no sentido de erguer símbolos estatais, com o objetivo de garantir a integridade, a unidade e a uniformidade territorial. No entanto, as intenções em estabelecer esses limites pela instituições públicas do centro para as periferias não têm sido compreendida pelo local; as populações que vivem nessas áreas de fronteiras extrapolam os limites, pois os laços resultantes da interação transfronteiriça criam interações migratórias que desobedecem essa lógica (GOMES; AMARAL, 2011).

Retomando Nogueira (2007), este menciona que hoje a fronteira encontra-se amalgamada por duas tipologias, a política e a econômica, tornando-se objeto de estudo nos mais diferentes ramos disciplinares. No entanto, não se deve compreender apenas a fronteira

como linha de separação política ou por interfluxos de mercadorias e capitais, mas também com referenciais subjetivos, observando a fronteira percebida e vivida. Constituída através de percepções, essa fronteira tem uma história e foi constituída por grupos que aqui habitavam e não observavam os limites hoje delimitados pelos Estados-nações. Aqueles que observam apenas a fronteira do lado de fora criam imagens depreciativas, pois é por ela que ingressam as diversas mazelas, como as mercadorias ilegais, a mão-de-obra ilegal e toda sorte de contravenção. Portanto, a fronteira precisa ser observada em suas multicomplexidades, em que o político, o econômico e o social estão articulados em um conjunto que não pode ser ignorado por apenas uma de suas faces.

Entendemos que fronteira não se limita ao espaço geo-político. Fronteira é uma área complexa, em que ocorre a interação entre os diferentes sujeitos, os confrontos e a transação entre os personagens históricos. Num espaço fronteiro existem muitas fronteiras. Fronteiras étnicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, etc. Sendo assim, falar em fronteira é pensar numa região múltipla (SENA; SIQUEIRA, 2011, p. 96).

Raffestin (2005) afirma essa ideia multicomplexa da fronteira, apontado o seu sentido material e moral. Ela não se constitui apenas de limites físicos ou geográficos, mas intrinsecamente há uma riqueza social que deve ser considerada. O espaço-tempo é agora também biossocial, e a fronteira tanto pode ser interpretada em seu sentido político como sociocultural.

Portanto, aquele que é pesquisador precisa olhar não apenas o lado político da fronteira, mas as identidades nela presentes que deram formação a um espaço dotado de complexidades. A análise deve estar permeada no interior do conflito e da conflitividade, observando não apenas de fora mas também por dentro, desvelando novos significados que a expansão das fronteiras provoca nas relações sociais, na qual entram em confronto diferentes visões de mundo em diferentes contextos, e a figura do “nós” e dos “outros” são os protagonistas dessa história. A situação da fronteira tem sido um lugar social da alteridade, do confronto e do conflito. “A fronteira é, no fundo, exatamente o contrário do que proclama o seu imaginário e o imaginário do poder que muito frequentemente se infiltra no pensamento acadêmico” (MARTINS, 1996, p. 16).

A fronteira não é: está sendo. Existem muitos caminhos a percorrer. Ela é um território bio-político-social, sempre dinâmico, a todo tempo sendo construído, desconstruído e reconstruído, assim como as territorialidades no espaço. A todo o momento está se (re)criando

novas territorialidades, desterritorializando e reterritorializando. É um processo constante, múltiplo, em que as condições do capitalismo global têm influenciado a sociedade contemporânea a novos caminhos. São inúmeras justaposições ao qual o ser humano está propício diariamente, escolhendo alguns, recebendo imposição de outros, em um processo permanente. São um conjunto de significações e significados valorizados pelos agentes sociais. Assim, a fronteira pode ser constituída contrapondo às regiões centrais, pois possui em sua particularidade um processo de formação histórico diverso daquele formado sob estas áreas, sendo possível criar uma interação com o outro lado fronteiriço, em virtude dos laços culturais e econômicos que os unem (MORAES; NETO, 2011).

Portanto, “fecha-se” a categoria Fronteira pela percepção das suas múltiplas complexidades, na qual os pontos de vista político, cultural e/ou econômico precisam estar presentes para um entendimento uno, pois esse conceito encontra-se repleto de significados e diferentes conotações de acordo com a situação humana no qual se encontra inserido. Além disso, a dinâmica da fronteira aponta para um processo de reprodução contínuo, e o seu estudo ao longo do tempo é de suma importância para a compreensão da totalidade histórico-social-espacial que a configurou para o período presente.

1.4 CONTEXTUALIZANDO A FRONTEIRA JURÍDICO-POLÍTICO BRASILEIRA E AS INTERAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA PARANÁ (BRASIL)-PARAGUAI

Para o levantamento de informações sobre a constituição da fronteira jurídico-política do Brasil e as interações na faixa de fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, fez-se uso da “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF” (2005), como a mais adequada e atual para essa caracterização. Segundo a PDFF, a largura da fronteira interna do Brasil com os países vizinhos, que soma 150 km, foi estabelecida recentemente pela Lei 6.634, de 02 de maio de 1979, paralela à linha que faz a divisão terrestre do território nacional. A faixa já existia desde o Segundo Império, iniciando em 60 km, sendo modificada ao longo das Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946, até chegar ao limite atual.

A história da formação das fronteiras na América do Sul, apresenta que o Brasil inicialmente qualificou essas áreas como zonas ou faixas de segurança nacional, assim como seus países vizinhos, cujo objetivo principal era restringir a integração entre ambos nessas faixas, salvaguardando seu território do “inimigo”. Hoje ela passa por um momento bem

diverso do que concebido anteriormente, observando-a como um campo de integração político e econômico entre as nações sul-americanas, unindo-as e aproximando-as para a busca de estratégias de desenvolvimento em ações conjuntas.

A faixa de fronteira em seu processo evolutivo como área geográfica de regime jurídico particular, iniciou-se no final do século XIX, pela Lei 601, de 18 de setembro de 1890, considerada uma faixa de 60 km ao longo do limite do território nacional. Em 1930 a faixa de fronteira é ampliada para 100 km (Constituição de 1934), e depois para 150 km (Constituição de 1937), permanecendo até hoje com essa largura. Os principais instrumentos legais que definem e regulamentam a ocupação da faixa de fronteira, são a Lei 6.634, de 2 de maio de 1979, e o Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, que considera a faixa de fronteira como área indispensável à segurança nacional. Um polígono foi definido a partir da linha limítrofe do território nacional, numa largura de 150 km, estabelecendo-se várias restrições ao uso da terra e à realização de diversas atividades na faixa. Na Constituição de 1988 a faixa de fronteira também aparece em quatro artigos, sem maiores alterações ao estabelecido pela lei anterior. O Artigo 20 reforça as terras devolutas como indispensáveis à defesa das fronteiras e que estas são bens da União; o Artigo 21 mantém a competência da União para executar os serviços de polícia de fronteira e também na exploração direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, dos serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais; o Artigo 91 que delega ao Conselho de Defesa Nacional - órgão de consulta do Presidente da República, a tarefa de “[...] propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo [...]”; e, o Artigo 176, que estabelece condições específicas para a pesquisa e exploração dos recursos minerais do subsolo - quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira, e propõe a sua realização sob autorização ou concessão da União. Desde 2000, a faixa de fronteira e seu desenvolvimento estão a cargo da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, através do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

A preocupação em se estabelecer uma faixa de fronteira no território brasileiro sempre esteve ligada a uma condição indispensável à segurança nacional. No entanto, esta não tem sido acompanhada por políticas ligadas às especificidades regionais, sejam elas econômicas e culturais. Com a globalização, novas dinâmicas em escala local, nacional e global têm-se verificado no espaço transfronteiriço, em que relações culturais, políticas e econômicas em espaços de fronteira fluem, resultando em uma preocupação do Estado que

volta suas atenções para essa faixa. Um dos anseios refere-se justamente às pressões internacionais que os Estados-nações têm sofrido, precisando responder a questões referentes à repressão de tráfico de ilícitos, que são de difícil controle.

A faixa de fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, após passar por diversas análises, obteve algumas propostas para a integração da sua economia e cultura ao território nacional. Entre as principais podem-se citar:

- o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), como bloco de integração entre os Estados-nações, através de regulações que deem conta dessas trocas que já ocorrem na faixa de fronteira, inclusive com a criação de territórios especiais;
- políticas de promoção à cidadania e o desenvolvimento regional, pois há uma preocupação crescente com a intensificação do tráfico de armas e drogas ilícitas na zona de fronteira, gerando impactos negativos ao desenvolvimento econômico e social dessas áreas;
- promoção de laços comerciais e culturais locais diretamente com o mercado global;
- necessidade do governo federal em conhecer as especificidades territoriais dos municípios de fronteira, para que assim possam criar formas de melhor gestão sobre esses territórios.

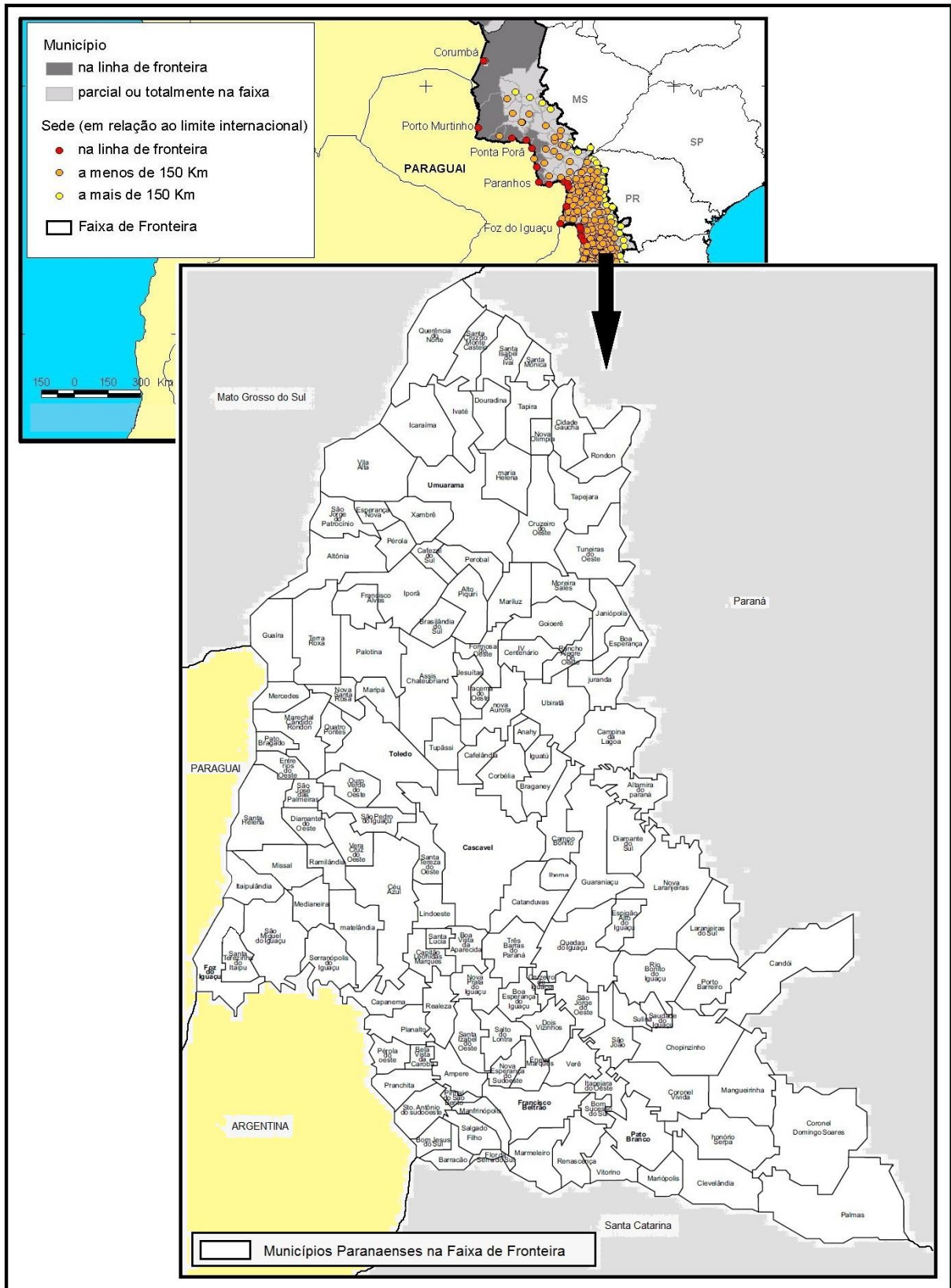
No Brasil, são 588 municípios que se encontram na faixa de fronteira e podem ser classificados em dois grandes grupos. Os primeiros são os lindeiros, aqueles que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo apresentar conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas); o segundo são os não-lindeiros, que dividem-se em duas categorias: no primeiro o território faz divisa com o país vizinho, mas a sede não se situa no limite internacional, e o segundo, são aqueles em que território faz divisa com o país vizinho, mas a sede se encontra fora da faixa de fronteira.

O Paraná, com seus 399 municípios, possui 139 que se encontram na faixa de fronteira. De acordo com a classificação acima, pode-se estabelecer do total de municípios que se encontram na faixa de fronteira os seguintes percentuais (Tabela 1 e MAPA 1):

Tabela 1. Municípios na Faixa de Fronteira Oeste e Sudoeste Paranaense (2013)

Municípios lindeiros	Porcentagem	Quantidade (unidade)
Municípios com sede na linha de fronteira	6,4%	9
Municípios com sede dentro da faixa de fronteira	5,8%	8
Municípios não lindeiros	Porcentagem	Quantidade (unidade)
Municípios com sede dentro da faixa de fronteira	78,4%	109
Municípios com sede fora da faixa de fronteira	9,4%	13

Fonte: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2005).



MAPA 1. Municípios Paranaenses na Faixa de Fronteira (2014)

Fonte: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2005). Elaborado pela autora.

O governo federal, através da PDFF (2005), realizou uma macrodivisão da faixa de fronteira em três grandes arcos: Arco Norte, Arco Central e Arco Sul, sendo que neste último encontra-se incluída a fronteira do estado do Paraná. Dentro do Arco Sul, caracteriza-se a fronteira em estudo como uma área influenciada pela cultura europeia e pela dinâmica transfronteiriça, proveniente do projeto de integração econômico desenvolvido pelo MERCOSUL. A faixa que delimita o estado do Paraná se subdivide em duas sub-regiões, o Portal do Paraná que compreende o Noroeste Paranaense, e os vales Coloniais Sulinos no qual o Sudoeste do Paraná encontra-se integrado. Seus municípios estão assim incluídos:

- Sub-região Portal do Paraná: Altônia, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Guaíra, Icaraíma, Ivaté, Maria Helena, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, Querência do Norte, Rondon, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, São José do Patrocínio, Tapejara, Tapira, Umuarama, Vila Alta e Xambrê.

- Sub-região Vales Coloniais Sulinos, no segmento Sudoeste do Paraná: Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Ampére, Anahy, Assis Chateaubriand, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Candói, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Chopinzinho, Clevelândia, Corbélia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Diamante do Sul, Diamante d'Oeste, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Entre Rios do Oeste, Espigão Alto do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Alves, Francisco Beltrão, Goioerê, Guaraniaçu, Honório Serpa, Ibema, Iguatu, Iporã, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Itapejara d'Oeste, Janiópolis, Jesuítas, Juranda, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Marechal Cândido Rondon, Mariluz, Mariópolis, Maripá, Marmeleiro, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Moreira Sales, Nova Aurora, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Laranjeiras, Nova Santa Rosa, Nova Prata do Iguaçu, Ouro Verde do Oeste, Palmas, Palotina, Pato Bragado, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Porto Barreiro, Pranchita, Quarto Centenário, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Ramilândia, Rancho Alegre d'Oeste, Realeza, Renascença, Rio Bonito do Iguaçu, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Helena, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Sulina, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tuneiras do Oeste, Tupãssi, Ubiratã, Vera Cruz do Oeste, Verê e Vitorino.

Caracterizando as duas sub-regiões conforme a PDFF (2005), a sub-região do Portal do Paraná situa-se no Noroeste do estado, na zona de transição entre os Arcos Central e Sul. A região diferencia-se tanto por sua base produtiva quanto por sua identidade cultural, esta última marcada por fluxos migratórios predominantemente extrarregionais, provenientes das regiões Nordeste e Sudeste, e pela importância das Colônias de Imigrantes Nipônicos. A paisagem é moldada pelos vales dos rios Ivaí e Piquiri, os quais em grande medida, dividem a região em dois subespaços, com características próprias: a área de influência de Umuarama e o Extremo Norte da sub-região ao norte do Rio Ivaí (área de influência da cidade de Paranavaí). Nessa sub-região encontram-se as cidades-gêmeas de Guaíra (Paraná) e Salto del Guairá (Paraguai), que encontram-se interligadas no estado do Paraná ao eixo rodoviário da PR-323 (rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda), unindo as cidades-gêmeas e os departamentos do leste paraguaio às cidades de Maringá e Londrina e ao estado de São Paulo. Também temos a BR-163, que liga o oeste do Brasil de norte a sul, e interliga-se no estado do Paraná a Cascavel com a BR-277, cortando no sentido leste-oeste todo o estado. Na região do Ivaí, destaca-se o eixo da PR-218, que conecta os municípios da região à cidade de Paranavaí.

A região destaca-se no setor produtivo pelo alto dinamismo industrial madeireiro/moveleiro, encontrando em uma posição privilegiada em relação às áreas fornecedoras de insumos (em especial, Mato Grosso, Roraima e o Paraguai) e pela proximidade com importantes centros de consumo, situados tanto no Paraná (Maringá e Londrina) quanto em São Paulo (Presidente Prudente).

O Portal do Paraná também desenvolve atividades pecuárias, com bovinocultura de leite, pecuária de corte, indústrias de laticínios e abatedouros/frigoríficos. A avicultura também é expressiva para abastecimento do mercado local, assim como a produção de casulos de bicho-da-seda, influência da colonização asiática voltada ao mercado externo, especialmente ao Japão. No entanto, a agroindústria é a principal atividade produtiva da sub-região, resultado das atividades primárias que são divididas em três grandes grupos: a fruticultura com laranja e abacaxi, as lavouras permanentes com produção de café, e as lavouras temporárias com milho, soja, cana-de-açúcar, mandioca e algodão, esta última, culminando com a indústria têxtil, voltada ao beneficiamento, fiação, tecelagem e produção de artefatos têxteis, bem como um número expressivo de indústrias de confecção e acessórios.

Na sub-região dos Vales Coloniais Sulinos, segmento do Sudoeste do Paraná, a extração madeireira é significativa assim como as atividades ligadas à silvicultura, fazendo com que a cadeia produtiva moveleira se desenvolva. Nas atividades pecuárias, temos a suinocultura que é bastante desenvolvida, assim como a bovinocultura de corte gerando

empresas de abate, curtimento/couro e calçados, e a bovinocultura de leite com suas indústrias de laticínios espalhadas por toda a área. A extração da erva-mate também é presença marcante nas atividades primárias.

A agroindústria é o forte do segmento da sub-região, devido à especialização produtiva na cultura de grãos. A soja é consorciada com outros grãos como o milho, o trigo, a cevada, a aveia e o algodão. Como resultado dessa significativa produção, surgiram as indústrias de óleos e gorduras, amidos, torrefação e moagem de café e de produtos alimentares. O setor metal-mecânico também sobressai como uma das principais atividades do Sudoeste Paranaense, com a presença de diversas categorias de indústrias voltadas para a fabricação de produtos de metal e empresas dedicadas à fabricação de máquinas para fins diversos. A cadeia produtiva têxtil é a que encontra o maior grau de verticalização no segmento do Sudoeste Paranaense.

Quanto ao mercado de trabalho, a maioria da população encontra-se empregada pelos postos gerados no setor industrial das áreas urbanas, caracterizados em sua maioria pelo vínculo empregatício. Já nos municípios limieiros ao lago de Itaipu, área de estudo, observa-se o domínio do trabalho autônomo. É de se notar que esta região situada na zona fronteira paraguaia desenvolveu-se em grande medida devido a proximidade em relação a Foz do Iguaçu, e encontra no período presente grande expansão ao longo do eixo que liga Ciudad del Este à capital Assunção-Paraguai.

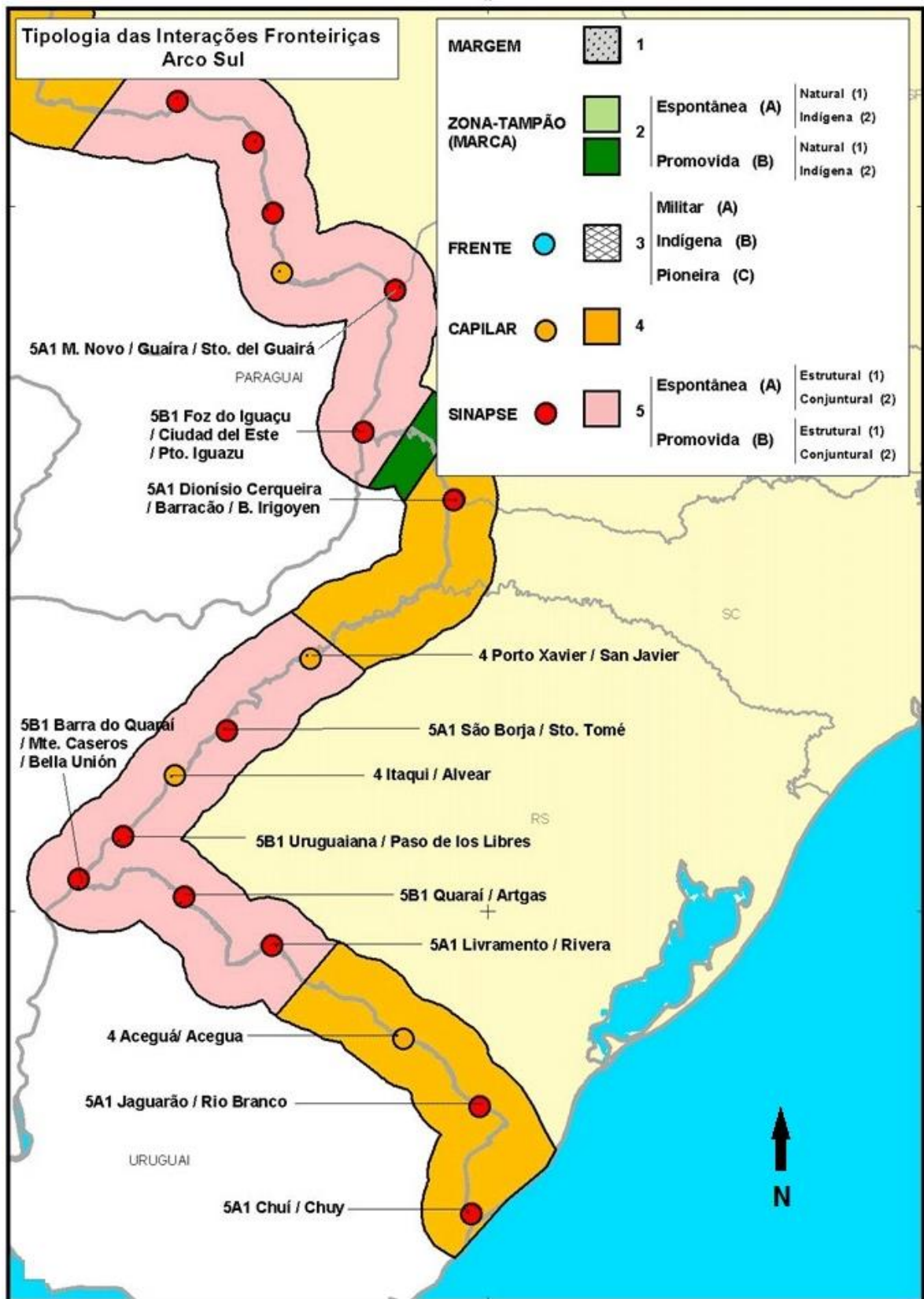
Para a PDFF (2005), a ocupação da faixa de fronteira do Arco Sul ocorreu com a chegada dos espanhóis no atual Noroeste do Rio Grande do Sul no século XVI, através das missões jesuíticas, e estendeu-se até o Oeste do atual estado do Paraná. Interrompida em meados do século XVIII, foi retomada no século XIX com a imigração europeia, principalmente alemães e italianos, surgindo a chamada “Colônia Nova” nas primeiras décadas do século XX no noroeste gaúcho. Seguindo o mesmo modelo baseado na pequena propriedade familiar, o Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná foram ocupados nas décadas de 1940 e 1950. Já a ocupação do Noroeste do Paraná foi o resultado da “frente pioneira” do Rio Grande do Sul e Oeste Catarinense, com a “frente” da cafeicultura de São Paulo a partir de Londrina e Maringá. O solo de terra-roxa ligado ao legado da imigração europeia de descendentes de alemães e italianos fizeram do Sudoeste do Paraná uma sub-região rica e densamente povoada, com vales intensamente cultivados. A estrutura fundiária baseada nas pequenas e médias propriedades deu origem a uma base produtiva diversificada concentrada na agroindústria, além da criação de aves e suínos.

Quanto as interações espaço-temporais na faixa de fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, sabe-se que esta ocorre há vários séculos. Anterior ao processo de ocupação europeia, é verdadeiro mencionar que o limite internacional não servia de delimitação à influência indígena dos Guarani, nas terras conhecidas como Iguassu, e também à influência religiosa das missões jesuíticas do século XVIII. Atualmente, essa interação continua presente entre os países. As relações políticas, econômicas e sociais são regidas por interesses de imigrantes brasileiros nas nações vizinhas, como por exemplo a “frente” de brasiguaios nos Departamentos do Alto Paraná e Canindeyú (Paraguai), vivendo atualmente no país contíguo 350 mil brasileiros e seus descendentes, bem como a zona franca de Ciudad del Este (Paraguai) que movimentam grande fluxo diário de brasileiros para o outro lado da fronteira.

A PDFF (2005) estabelece uma tipologia para essas interações transfronteiriças e divide-as em alguns modelos de acordo com as suas relações:

1. margem: a população fronteiriça do limite internacional mantém pouco contato entre si; apenas interações do tipo familiar e trocas comerciais modestas;
2. zona-tampão: zonas estratégicas onde o Estado interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou de reserva como as terras indígenas;
3. frentes: são as frentes culturais, indígenas e militares, utilizadas em programas no Brasil há mais de 50 anos para caracterizar as frentes de povoamento e vigilância administrada pelo exército;
4. capilar: são interações que ocorrem em nível local através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços, com limitadas redes de comunicação ou zonas de integração espontânea; a primazia é o local sem a presença incisiva do Estado nessas atividades;
5. sinapse: alto grau de troca entre as populações fronteiriças, apoiadas pelo Estado que geralmente constrói canais de comunicação e infraestrutura, realizando as regulamentações mercantis. Pode-se citar as cidades-gêmeas como exemplo desse modelo. Os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais.

No MAPA 2 pode-se observar as interações na faixa de fronteira entre Paraná (Brasil)-Paraguai, concluindo que são consideradas como do tipo sinapse, com duas cidades-gêmeas, resultando em um alto grau de trocas e relações transfronteiriças.



MAPA 2. Interações na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai

Fonte: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2005).

A partir desta contextualização geográfica, econômica e política da faixa de fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, pode-se iniciar o segundo capítulo abordando a ocupação espaço-temporal desse território, na compreensão atual da complexidade em que esta fronteira se encontra inserida.

2 COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA OESTE PARANAENSE: CONFLITOS E RESISTÊNCIA

2.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Aprender a fronteira em suas complexas relações espaciais exige um aprofundamento histórico de ocupação e organização deste território ao longo do tempo. A fronteira Oeste Paranaense, que inicialmente se encontrava sob o domínio dos índios Guarani, passou por diversas fragmentações e metamorfoses, e para a sua análise, a compreensão dessa temática torna-se fundamental.

Nesse capítulo, buscou-se abordar a ocupação da fronteira Oeste Paranaense a partir do projeto de colonização nacionalista “maquinado” pelo governo brasileiro, com a instalação de núcleos agrícolas de pequenos proprietários migrantes do sul do Brasil nas décadas de 1950 e 1960, sem contudo deixar de reconhecer e condicionar o devido valor aos antecessores desse território. Na sequência, serão levados em consideração os anos subsequentes desse projeto de colonização, no qual a modernização agrícola² produziu novas condições a população que aqui se instalou, promovendo o êxodo rural, a concentração de terras e o monopólio capitalista sobre o solo agrícola. Para finalizar, a última etapa visível na fronteira foi a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que a partir dos projetos desenvolvimentistas do governo federal, forjou novos deslocamentos da população agrícola, fruto da instabilidade econômica e política da fronteira, que se viu obrigada a migrar ao Paraguai e a outras fronteiras agrícolas brasileiras em busca de terras, ou mesmo criar novas relações de trabalho na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. Promoveu-se, assim, um novo olhar da população sobre as relações de trabalho transfronteiriças, como novo meio de sobrevivência.

² A modernização agrícola baseou-se na implantação de tecnologia que antes só era empregada nas cidades, e que a partir desse momento, também passa a ser injetada no campo. Pode-se citar como grandes propulsores desse período os implementos agrícolas, como os maquinários, e o uso de químicos nos solos para uma “melhor produção”. No entanto, a princípio visto como benéfico aos proprietários, mostrou sua verdadeira face. Determinados pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas, esse novo modelo de desenvolvimento apresentou como consequência a exclusão do homem do campo, a diminuição da renda, a desordem do espaço rural e a concentração da terra. Assim, revelou ao longo do tempo, a propriedade da terra sendo subordinada ao capital, ocorrendo a concentração espacial e setorial.

2.2 “COLONIZANDO” O OESTE PARANAENSE: A ALTERIDADE OFUSCADA POR INTERESSES GEOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS

As interações transfronteiriças na linha que demarca hoje a divisa entre Brasil, Paraguai e Argentina, demonstram que estas perduram por vários séculos. Sabe-se que a região de tríplice fronteira no passado era historicamente ocupada por grupos indígenas, antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus no século XVI. Povos como os Guarani até hoje não reconhecem os limites fixos das fronteiras dos Estados-nações, pois, para eles, fazem parte de um território homogêneo no qual sempre prevaleceu a sua ocupação.

A formação dos Estados nacionais sul-americanos esteve ligada à secção de territórios indígenas, que estabelecidos por linhas de fronteira, fragmentaram a ordem existente, e em diversos casos, extinguiram vários povos de tradição milenar. Os grupos que ocupavam e que ainda povoam a região Oeste do Paraná são compostos por Guarani e Kaingang. Mas até a década de 1950, o estado também era habitado pelos Tupi-Guarani e os Jê. No entanto, os processos colonizatórios do período acabaram por exterminar esses grupos, com ações que envolveram o genocídio, doenças transmissíveis e a expulsão das terras que ocupavam (SILVA; SANTOS, 2011).

Os discursos oficiais geralmente apagam da memória esse passado de ocupação, mostrando que essas terras eram consideradas devolutas, mas que, na verdade, não estavam necessariamente vazias demograficamente. A memória oficial mostra a heroicização do pioneiro, criando uma identidade regional hegemônica, como se os índios aqui não habitassem antes da chegada das frentes colonizadoras. Schenato (2011) afirma que as pessoas que trabalharam para as companhias com o objetivo de preparar o terreno para a chegada dos colonos eram em sua maioria os índios Guarani, conhecidos como *mensus* ou paraguaios.

O etnógrafo Curt Nimuendaju (FILHO, 2011) elaborou no ano de 1944 um mapa etno-histórico do Brasil, demarcando e localizando com precisão os territórios indígenas. A partir das informações disponibilizadas pela Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o pesquisador concluiu que o antigo território Guarani encontra-se presente em 887,85 km dos 1.365,4 km de linha-limite existente entre o Brasil e o Paraguai; na linha-limite entre o Brasil e Argentina são 1.261,3 km, ou seja, toda a totalidade da fronteira; e entre a Argentina e o Paraguai somam-se mais 580 km de território indígena (GRÁFICO 1). A contextualização histórica comprova que esse espaço

pertencia ao povo Guarani, compreendendo um vasto território que aos poucos foi sendo dividido e retalhado, desmistificando o mito do espaço vazio e do colono pioneiro.

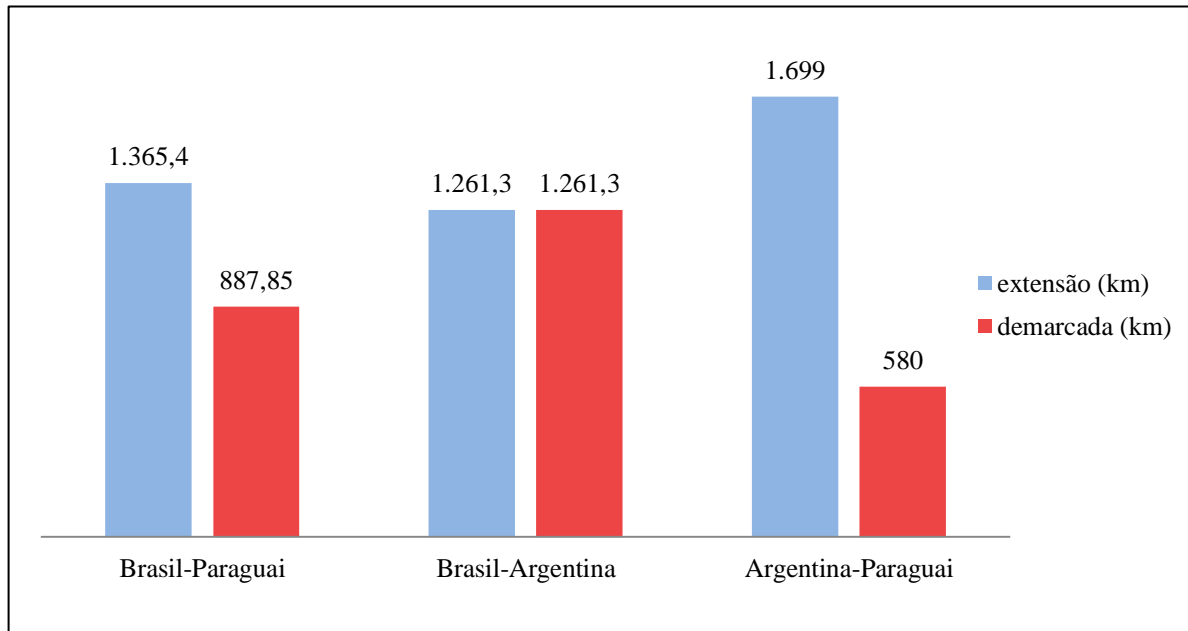


GRÁFICO 1. Demarcação do território indígena na Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina)

Fonte: Filho, 2011.

Portanto, as relações transfronteiriças dos povos Guarani são frutos de um legado sócio-histórico que não pode ser negligenciado. Martins (1996), em seus estudos nas frentes de expansão na Amazônia, retrata de forma incisiva esse processo. Ele coloca que a fronteira possui muitas especificidades: pode ser reconhecida como fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de cultura e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem e a fronteira do humano. Infelizmente os quadros oficiais mostram a construção da fronteira sobre a ideologia do pioneiro, como o modernizador e transformador da sociedade, o suposto herói na conquista de novas terras. É um fetiche, pois o aparente novo da fronteira é a recriação de tempos históricos diversos, sobre formas de produção sociais distintas. Essa concepção hegemônica nos mostra o aspecto trágico na fronteira, no qual desencontros de grupos distintos geram conflitos devido às divergências econômicas e às diferenças históricas que os separa. Importante é compreender o problema da fronteira, pois esta é também “[...] fronteira étnica, fronteira de destinos, de historicidades desencontradas, de tempos que não fluem simultaneamente na mesma direção” (p. 40).

Neste contexto verifica-se que o território Guarani, no qual se encontra inclusa a atual fronteira Oeste Paranaense, passou por inúmeras retaliações. Primeiramente considerado como um único território, seu processo de modificação inicia-se com a chegada das coroas europeias na “conquista” da América no século XVI, promovendo a partilha das terras com o Tratado de Tordesilhas, e posteriormente com o de Madri e o de Santo Ildefonso, sendo sistematicamente dividida por limites territoriais. Posteriormente, foram estabelecidos novos territórios e fronteiras, retalhando o território autóctone. É na última fase da divisão territorial que os governantes começam a reconhecer e preocupar-se com a nacionalização das fronteiras. Parte-se deste recorte temporal para o aprofundamento da temática.

Com a chegada das primeiras colonizadoras na fronteira Oeste Paranaense, no início do século XX, a região encontrava-se ocupada por unidades produtivas, as *obrages*, povoadas por inúmeros trabalhadores argentinos e paraguaios conhecidos como *mensus*, mas que na verdade eram os índios Guarani em processo de mestiçagem. As *obrages* eram identificadas como grandes propriedades e empregavam um sistema de exploração da erva-mate e da madeira, utilizando a Bacia do Prata para o escoamento da produção, que pertencia naquele momento à Argentina.

O sistema das *obrages* era regido por uma prática escravocrata, sendo que a atividade se estendeu por praticamente todo o século XIX e início do século XX. Retiraram os grupos indígenas violentamente do seu território, expulsando-os em favor do capital, colocando-os ao seu serviço. O sistema iniciou-se na Argentina nas províncias de Corrientes e Misiones, e a partir de 1881 são detectadas as primeiras frentes extrativas no Extremo Oeste do Paraná, nas chamadas barrancas do rio Paraná (FILHO, 2011).

A Constituição Republicana de 1891, em seu Artigo 64, criou as condições para a existência das *obrages* no Paraná, delegando aos seus proprietários o direito de legislar sobre suas terras e respectivos territórios. Assim, abriram-se as portas para a compra dessas áreas pelos *obrageros*, que as adquiriram licitamente por meio de concessões, ou mesmo por vias ilegais. Esses sistemas criaram muitos portos às margens do rio Paraná, entre o rio Iguazu até o Salto das Sete Quedas - Rio Paraná (atuais municípios no Oeste Paranaense de Foz do Iguazu e Guaíra-Paraná-Brasil), servindo para o escoamento da produção. No seu entorno criou-se uma estrutura para o funcionamento dessas empresas, onde escritórios, depósitos e residências, encontravam-se integradas às estradas e estas, ao porto. Uma unidade monopolizava a navegação de carga e passageiros ao longo do rio Paraná e detinha o controle sobre a distribuição das mercadorias na região (FREITAG, 2001).

O recenseamento geral realizado em 1920 apontou a presença significativa de estrangeiros na fronteira, totalizando dez mil habitantes, sendo apenas 500 brasileiros. Esse levantamento fez que o governo federal tomasse conhecimento da realidade fronteiriça, e a partir de então, buscaram-se estratégias para contornar a falta de nacionalismo com a integração dessas áreas, pois poderiam ser um risco eminente à segurança nacional.

Nesse sentido, missões de estudo foram enviadas para o extremo Oeste Paranaense, com o objetivo de levantar a situação social econômica e etno-cultural, face a crescente desnacionalização decorrente do perigo representado pela presença estrangeira nessa fronteira (FREITAG, 2001, p. 62).

Silva e Santos (2011) também abordam a preocupação do governo brasileiro quando se referem à presença de povos transfronteiriços no Oeste Paranaense. A concessão de terras através das *obrages* ao longo do rio Paraná foi destinada a empresas estrangeiras (Argentina, Paraguai e Inglaterra), que não obedeciam aos limites das fronteiras nacionais. Os trabalhadores daquele período, conhecidos como paraguaios ou argentinos, os *mensus*, mas que conforme citado anteriormente, eram os índios Guaranis, realizavam todo o serviço de extração do mate e da madeira, carregamento, abertura de estradas e embarque nos navios. Considerados estrangeiros, passavam as fronteiras entre os três países livremente, pois era o seu território de origem. Consequentemente, foram vistos como uma ameaça à soberania nacional.

Reconhecer a ocupação tornou-se essencial para resguardar a grandeza territorial do Brasil, recuperando os territórios e tirando-os do domínio econômico internacional. Como o governo do Paraná foi acusado de ser o responsável pelo abandono da região, coube a tarefa do governo federal em realizar a ocupação através de “brasileiros natos”, nacionalizando a fronteira.

A partir do final do século XIX, o governo brasileiro também faz uso de outras iniciativas para a nacionalização das fronteiras, como a instalação de bases militares em Chopim (às margens do rio Iguazu) e Foz do Iguazu. A implantação das bases tinha dois propósitos pelo Ministério da Guerra: policiar e vigiar os limites territoriais do Brasil com o Paraguai e a Argentina e estimular o assentamento de colonos brasileiros e estrangeiros.

Somou-se ao empreendimento de nacionalização das fronteiras as dificuldades na década de 1930 que os *obrageros* vinham enfrentando, o que contribuiu para a desorganização estrutural desse sistema. Agregado a esses acontecimentos, as melhorias das

estradas de rodagem e do transporte rodoviário abriram caminhos para a integração nacional e regional no pós Segunda Guerra Mundial, valorizando a terra e aguçando grupos econômicos nacionais a acumularem recursos suficientes para adquirirem as glebas que estavam sob domínio das *obrages*.

A formação desse espaço teve como principal característica “[...] a apropriação e organização a partir de interesses de cunho capitalista das companhias colonizadoras de capital privado” (FREITAG, 2001, p. 82). Esses projetos de colonização forneceram as condições ideais para a inserção dessa área na economia nacional, provocando não apenas o recuo do capital e da mão-de-obra estrangeira, mas também determinaram a expansão da fronteira agrícola, criando as condições necessárias à política estadonovista de Getúlio Vargas voltada à colonização da fronteira.

A ocupação territorial no Oeste do Paraná foi realizada a partir de empreendedores individuais e empresariais, mas segundo mecanismos institucionais, moldados por políticas econômico-territoriais que foram subestratégias das macropolíticas econômicas (COSTA, 2000). Essas iniciativas promoveram a expulsão dos grileiros, posseiros, intrusos e estrangeiros, havendo, se necessário, o uso da violência.

Uma frente pioneira começa a se estabelecer no Extremo Oeste do Paraná, a partir de migrantes de descendência europeia provenientes do extremo sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). O modelo de colonização baseado na pequena propriedade rural obedecia a um tamanho médio de 20 hectares, sendo a preferência imposta pela colonizadora a de criar núcleos populacionais homogêneos. Assim, as famílias foram consideradas ideais para o projeto, pois já encontravam-se acostumadas com a policultura e a agricultura de subsistência.

Articulou-se, dessa forma, a proposta política do governo Vargas, que defendia a pequena propriedade, pois esta forneceria produtos agropecuários e consumiria produtos industrializados. Pereira (2008) confirma estas ideias, mencionando que uma das Colonizadoras da região, a Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ, tinha grande preferência por esses colonos, pois estes já tinham experiências em desempenhar uma agricultura familiar, que era a mesma estabelecida pelos seus descendentes que colonizaram os estados sulinos, favorecendo o processo de adaptação ao trabalho e ao clima da região.

Cria-se, a partir daí, mitos como o dos desbravadores de espaços “selvagens” e “vazios”, ou em que há somente a “natureza” para ser dominada (inclusive

indígena) pelo bandeirante, aventureiro e destemido. Mitos estes que serão reatualizados na figura do colono na reocupação do Oeste do Paraná (SCHENATO, 2011, p. 40).

Na década de 1920, a Coluna de Luís Carlos Prestes e Miguel Costa – cruzando os diferentes territórios do país - desvelou uma região de fronteiras vulneráveis e não plenamente integradas ao território nacional. A apropriação do espaço e a organização do território foram marcos fundamentais neste período. Outro fator importante foi a necessidade da inserção do Brasil no mercado mundial, e como este era um país predominantemente agrícola, a integração de novas fronteiras voltada a essa demanda produziu políticas públicas nas décadas seguintes, mobilizando capital humano em um significativo processo migratório (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

Com a entrada de Getúlio Vargas na presidência em 1930, medidas e projetos nacionalistas são adotados. Decretos foram aprovados para barrar a entrada de empresas estrangeiras no país, sendo que em Foz do Iguaçu exigiu-se das empresas que ali se encontravam o mínimo de dois terços de trabalhadores brasileiros, dificultando conseqüentemente o ingresso e a permanência de estrangeiros. Em 1968 a cidade também é reconhecida como área de segurança nacional, acirrando e estabelecendo as linhas-limites entre os três países.

Face ao exposto, pode-se afirmar que a região oeste é uma das últimas fronteiras de ocupação do estado do Paraná, pois sua localização distante da porção leste e a quase ausência de infraestrutura de comunicação são fatores que justificaram o isolamento e a baixa densidade populacional por tanto tempo (IPARDES, 2004). O processo de colonização empresarial do Oeste do Paraná esteve ligado a interesses econômicos e políticos nacionais, caracterizados pela organização e apropriação do espaço por empresas colonizadoras ligadas à produção agrícola, gerando uma sintonia de interesses entre ambas. Mas para que o Estado cedesse uma grande área de terras devolutas a preços irrisórios, havia em seu bojo um papel implícito gerando determinada condição: deveria ser revertido em ocupação do solo, produção e inserção à economia nacional (BELUSSO; SERRA, 2006).

Um dos fatores importantes para o desenvolvimento da região foi a comercialização da madeira. Realizada a “destoca” do mato para a abertura de vilas, estradas e terras para agricultura, a madeira foi utilizada na construção civil da região e também foi exportada para a Europa via Rio Paraná e Bacia do Prata. O continente encontrava-se em uma difícil situação, a partir das duas grandes guerras mundiais que ocasionaram grandes estragos nos países

envolvidos, sendo necessário a importação de matérias-primas para o seu abastecimento. Essa demanda contribui para o retorno do capital investido pelas Colonizadoras, que o aplicaram em mais glebas e se estabeleceram no Oeste do Paraná a partir da década de 1940 (PEREIRA, 2008).

A presença do governo federal e estadual foi significativa neste período para a distribuição de títulos de terras, então consideradas como devolutas. Os conflitos de interesses resultantes da colonização também foram visíveis entre colonizadores e a colonizadora. Essa, formada pelo Estado e as empresas, possuía, acima de tudo, benefícios sobre os lucros auferidos com os empreendimentos. Mesmo com um discurso voltado ao imaginário de sucesso, conquista da região e o mito pioneiro, vantagens específicas como as políticas econômicas, envolvendo cada um dos agentes, formaram a base da colonização (KLAUCK, 2004).

Para Martins (1996), a frente pioneira foi impulsionada pelos interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da grande agricultura, tornando-se a característica de ocupação das novas terras e contando com a iniciativa do governo federal. A teoria da fronteira para o pesquisador é o desdobramento da teoria da expansão territorial do capital.

O mais importante em definir a fronteira no Brasil é a sua situação enquanto conflito social, fazendo dela, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Desencontro esse de temporalidades diversas, que irão produzir contradições para um único destino histórico a todos indistintamente. Uma concepção totalitária que se encontra amalgamada na reprodução ampliada do capital, ou seja, a ordem econômica predominante. Ela não toma como referência qualquer diversidade do gênero humano, transformando a fronteira em um lugar de conflito e alteridade, pois essa fronteira é a fronteira da humanidade (MARTINS, 1996).

O espaço físico do Oeste Paranaense é formado por um clima úmido e solo fértil, o qual possibilitou a existência de uma abundante floresta que recobria 65% do território. No entanto, a partir de 1930, inicia-se o desmatamento para fins madeireiros e uso agrícola, o que fez restar apenas 12% da cobertura vegetal original no século XXI (IPARDES, 2004). Estes dados confirmam que a ocupação e a exploração agropecuária da região registraram um modelo voltado à produção com a consequente degradação ambiental.

Outro fator que vem de encontro aos conflitos sociais na área de fronteira e no processo colonizatório do Oeste Paranaense é aquele apresentado por Sorj (1986). Segundo o pesquisador, a fronteira agrícola serviu como expansão não só econômica para o desempenho

em nível político, mas ela também permitiu canalizar os excedentes populacionais, que permanecendo em suas regiões de origem poderiam ter gerado o agravamento das tensões sociais.

Nesse sentido, o fluxo migratório das frentes pioneiras na fronteira Oeste Paranaense, a partir da década de 1940, é impulsionado por propagandas políticas do estado do Paraná valorizando as terras “novas e férteis”. Os governadores do período como Rocha Neto e Moisés Lupion fazem referência ao tipo de indivíduo a ser selecionado na ocupação do território, destacando aqueles que tivessem braços fortes para a lavoura, que fossem “sadios e aptos”, ou de um “tipo social” que alcançasse os padrões de referência. Uma “categoria” que estivesse de acordo com a colonização planejada e controlada pelo Estado e pelos interesses nacionais. A integração e o domínio estavam baseados em uma identidade nacional com a união do território, onde paraguaios (Guaranis) e argentinos não estavam incluídos. Recriam-se identidades sobre o espaço, homogeneizando algo que era heterogêneo, usando como modelo étnico os descendentes de europeus na condição de colonos (SCHENATO, 2011).

Klauck (2004) aponta que a construção do Oeste do Paraná esteve ligada com a seleção de elementos humanos de um determinado tipo. Foi acima de tudo uma operação de limpeza, muito mais do que ocupação. Essa região deveria ser controlada por pessoas capazes de promover o desenvolvimento, a integração e a afirmação política, limpando os lugares em que habitantes não possuíam essas características. Porém, este “vazio” era ocupado por indígenas (Guarani), caboclos e posseiros, que foram discriminados e substituídos por novos elementos humanos.

Martins (1996) faz um paralelo em suas pesquisas com a Marcha para o Oeste dos Estados Unidos da América, mostrando que até nos meios acadêmicos estuda-se o fazer pioneiro na demarcação das fronteiras de uma nação, porém não se observa que para isso houve a invasão de territórios indígenas, violência e desencontros entre nativos e civilizados, criando o mito pioneiro na barbárie da violência com os grupos locais. É na área de fronteira que os conflitos sociais, o “eu”, o “outro” e a “alteridade” são relegadas a um pano de fundo, sendo que o Estado tem feito “vistas grossas” a essas relações.

O processo de ocupação da fronteira Oeste Paranaense esteve ligado à política territorial do Estado Novo, e a segurança nacional era uma de suas premissas mais importantes. Centralizadora e autoritária, neste período foram criados o Conselho Superior de Defesa Nacional, com o objetivo de afastar os perigos e pressões que poderiam afrontar a nação, o Sistema Federal de Segurança e a Comissão Especial da Faixa de Fronteira, estabelecendo em 150 km a largura da faixa limítrofe, podendo ser somente ocupadas por pessoas e empresas

brasileiras. Para Freitag (2001, p. 29), “[...] a criação desses órgãos partiram da estratégia de levar a uma homogeneidade do território, em termos étnicos, psicológicos e ideológicos”. O período Getulista, e posteriormente o Militar, colocaram em prática um amplo programa de ocupação econômica, ditada por uma ótica moderna. Além de econômicos, os objetivos eram sobretudo geopolíticos. O lema era “integrar” para não “entregar”, usando eufemismos como ocupar “espaços vazios”, sendo que estes estavam sob a posse de populações indígenas e posseiros.

O povoamento era um dos principais meios em preservar a segurança dos territórios nas fronteiras. Existia no discurso dos governantes um espírito nacionalista, formando na população a consciência ideológica da fronteira e criando um sentimento de brasilidade. O governo federal empenhou-se em demarcar as fronteiras econômicas, demográficas e culturais do país, a partir de um projeto político-ideológico no qual elegeu o nacionalismo como o vínculo entre a organização do território, a formação das identidades sociais e a estrutura político administrativa do país, estabelecendo os limites da nacionalidade.

Há a construção de uma territorialidade em que a brasilidade estava fragilizada e ameaçada. Os vínculos econômicos e a lógica dos negócios estabeleciam e consolidavam laços ameaçadores à integridade territorial dos sertões do Paraná. As descrições dos tipos humanos questionavam a formação populacional brasileira nestes sertões. As suas práticas culturais não eram vistas como adequadas a uma cultura nacional brasileira. As formas como as observações eram descritas têm como base a concepção de uma territorialidade brasileira a ser construída a partir da civilização assentada mais ao litoral do território da nação. O Brasil, ainda, estava por se estabelecer nestes sertões. Isto era sempre mais urgente. As fronteiras deveriam ser nacionalizadas (SCHALLENBERGER, 2010, p. 112).

Em sua análise, Bourdieu (1987) observa que o jogo das relações simbólicas se realiza nos limites estreitos definidos pelas coerções econômicas, desdobrando-se em um jogo no qual as sociedades privilegiadas detêm o poder, sendo que estas podem dissimular as oposições, mudando através da força o seu sentido. Essas relações são impostas aos sujeitos como regras absolutas e necessárias, estabelecendo maneiras através de mecanismos que podem “[...] determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura da relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irredutível às lógicas das relações econômicas” (p. 25).

Essa arma ideológica, marcada pelo autoritarismo e nacionalismo, foi a estratégia de construção de um modelo político para alcançar os propósitos acima expostos. Os espaços

fronteiriços que seriam povoados não tinham apenas uma conotação geográfica, mas também foram marcados pelo domínio econômico e cultural. E a fronteira Oeste do Paraná fez parte desse contexto, quando a preocupação dos vazios demográficos no Estado Novo e a presença estrangeira se tornavam perigosas para a implantação dos propósitos estabelecidos.

O slogan do período intitulado Marcha para o Oeste foi a estratégia utilizada pelos governantes para a dominação do corpo social, criando uma imagem de sociedade hegemônica, no qual todos participariam do processo político de construção nacional. Essa ideologia, a nação em marcha, buscou o resgate da “tradição histórica” do país, integrando o homem à terra. Os interesses da política estadonovista, utilizando a manipulação simbólica, envolveram em seus discursos questões como o povoamento, ocupação, integração nacional, a cultura e o espírito cívico. A utilização de imagens como meios de propaganda facilitou a construção de imaginários sociais, em que o alargamento das fronteiras territoriais seria também a obra dos trabalhadores nacionais (FREITAG, 2001). A principal preocupação do governo federal sob a ótica do nacionalismo era povoar os “espaços vazios”, principalmente àqueles condizentes à fronteira brasileira. A partir de um caráter centralizador, são implementadas políticas territoriais e criados territórios federais nas fronteiras.

O slogan “Marcha para o Oeste” utilizado na década de 1930 abrangeu um conjunto de ações governamentais bastante variadas, como a implantação de colônias agrícolas, abertura de novas estradas, saneamento rural, construção de hospitais. Observa-se o conteúdo político-ideológico grafado internamente no seio dessas atividades. A ocupação do interior também foi um meio de impedir a formação de grupos étnicos divergentes ao do território nacional, buscando barrar a constituição de colônias estrangeiras, objetivando a integração do território que se encontrava fragmentado e desigualmente desenvolvido (LOPES, 2002).

A presença do “outro” não traduzia o desejo da elite política segundo os moldes da Marcha para o Oeste, no qual a integração e populações qualificadas eram primordiais para tal iniciativa. No entanto, o Estado como promotor desse projeto procurou ocultar sua associação com os propósitos de exclusão e seleção de determinados grupos sociais, bem como nos conflitos de terras e na distribuição dos empreendimentos vinculados à colonização.

Outro fator intrínseco ao processo, além da integração nacional e organização do território, foi o de garantir a segurança, a posse das fronteiras e a exploração das regiões para o desenvolvimento social e econômico. Portanto, esses atos integraram um melhor controle e ação governamental sobre o território, em que o desenvolvimento buscava promover a melhoria de vida das populações, integrando essas faixas de fronteira ao restante do país.

Segundo Costa (2000), o regime político imposto no Brasil é marcadamente autoritário e centralizador. Isso no sentido estrito da palavra, pois sua força alcançava não só as classes populares, partidos e lideranças, mas também as oligarquias regionais, estaduais e locais. O objetivo foi realizar, em conjunto com esses grupos, projetos concedidos através de favores e benefícios de diversas ordens, criando um Estado forte e, por conseguinte, identificando o povo com a nação e com o seu ditador. Viabilizando o projeto através da modernização capitalista e da articulação da unidade nacional, o desenvolvimento do país almejava se igualar aos parâmetros do capitalismo internacional. “No caso brasileiro, a fronteira e o desenvolvimento do capitalismo estão numa relação dialética e de subordinação da primeira em relação ao segundo, que tem como característica a dominância política autoritária” (SCHENATO, 2011, p. 38).

A partir das novas funções do Estado, são criados, em 1933, o Conselho Nacional de Geografia e, em 1934, o Instituto Nacional de Estatística, futuro Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1942, como meio de assegurar os manejos territoriais e centralizadores do governo, pois muitas informações sobre as características regionais eram até então desconhecidas, e tinha-se a preocupação com a imprecisão dos limites e os conflitos em torno das fronteiras do país.

A religiosidade também foi um elemento persuasivo utilizado na construção da identidade na fronteira. Para que o processo ocorresse de maneira satisfatória, a presença da igreja foi essencial, recebendo terras devolutas através de doações e contribuindo para a implantação de uma colonização moldada nos aparatos do Estado. Buscava-se, pela ocupação da pequena propriedade rural privada, o espaço ideal e conservador para a família viver do trabalho e educar cristãmente seus filhos. O poder para a venda das terras foi condicionado às Colonizadoras do período, porém a Igreja esteve presente no local de maneira expressiva, desenvolvendo um trabalho voltado ao auxílio religioso, assistencial e educacional da população. Os colonizadores, vencendo distâncias e afastando índios, derrubando florestas e estabelecendo povoados, eram sempre auxiliados por padres e representantes religiosos, que abençoavam as obras desses desbravadores (KLAUCK, 2004).

É a partir dessas ações que se inicia o processo modernizador na fronteira Oeste Paranaense, no qual interesses maiores sempre se fizeram presentes na formação do território. A negligência com os povos que já se encontravam neste espaço fica evidente, assim como as frentes agrícolas que se estabeleceram na região, sendo manipuladas pelos projetos nacionalistas que tinham objetivos na integração dessa porção do território ao restante do país, dentro de um projeto econômico capitalista violento e destruidor.

2.3 CONFLITOS NO CAMPO: A “MODERNIZAÇÃO” AGRÍCOLA E O ÊXODO RURAL NA FRONTEIRA

A modernização agrícola na fronteira Oeste do Paraná, faz parte de um panorama nacional que se inicia a partir da década de 1950, quando o país passava por profundas mudanças pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Políticas públicas voltadas a industrialização e a modernização, foram veículos propagadores das campanhas governamentais nos mais diferentes setores da economia. O chamado “Milagre Econômico” da década de 1970 alterará o cenário econômico brasileiro, injetando capital financeiro e tecnológico no país, modificando toda estrutura urbana e agrícola.

A modernização da agricultura iniciou-se com os debates que ocorreram no 1º Congresso Nacional de Brasília, em 1967, quando os grandes proprietários rurais buscavam uma política voltada à modernização no campo, apoiada na exportação agrícola. Métodos e meios de produção que até então eram usados pelo esforço humano ou tração animal são substituídos por máquinas e insumos industrializados. Eleva-se a produtividade agrícola, mas gera como consequência o aumento das desigualdades sociais.

O início da ditadura militar no Brasil, com o golpe de 1964, investe massivamente na modernização agrícola, atendendo os interesses da oligarquia rural e industrial e visando facilitar a industrialização pesada no país. Seu financiamento parcial ocorre através do governo, que busca manter a tradicional concentração fundiária, pela preservação da hegemonia do poder dominador e explorador dos grandes proprietários de terra.

Zaar (2001) argumenta que as políticas nas décadas de 1960 e 1970 foram meios para aumentar as exportações de soja e diminuir as importações de trigo. Corresponde a um dos fatores que buscaram modificar a estrutura agrária brasileira de policultura para a monocultura. A modernização agrícola, com a inserção maciça de maquinários, implementos, sementes, fertilizantes e agrotóxicos de toda a espécie é facilitado, servindo de mecanismo para consolidar os interesses do capital e do Estado.

A modernização das cidades ocorre ao mesmo tempo que no campo; a Revolução Verde, com a introdução de maquinários agrícolas, adubos e fertilizantes, afeta todo o ciclo da cadeia produtiva no espaço rural; o êxodo toma conta do país e a concentração de terras se torna maior. No entanto, na região oeste, apesar da concentração fundiária ser sentida, a modernização inicialmente proporcionou uma realidade diferenciada, pois as pequenas e médias propriedades, formadas a partir da colonização da década de 1940, inicialmente se adaptam a essa dinâmica, absorvendo as inovações tecnológicas e mantendo a agricultura

familiar como o centro das decisões, uma reação ao modelo imposto pelo capital transnacional hegemônico (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005).

O governo federal começa a incentivar por meio de políticas públicas o plantio de soja e trigo, aumentando as exportações do primeiro e diminuindo as importações do segundo e, assim, equilibrando a balança comercial brasileira. O fornecimento de créditos via bancos e financeiras com subsídio do governo é facilitado. Os agricultores tinham acesso à compra de insumos e implementos agrícolas, sendo que o transporte, armazenamento e comercialização dos produtos eram facilitados. Assim, muitos colonos do Oeste do Paraná deixam de lado a policultura e investem na monocultura da soja, intercalando-a com trigo e milho.

Rippel (2004) aponta que até o início da década de 1970 a “frente pioneira” se consolida no Oeste do Paraná. A partir desse período, a expansão econômica toma forma, com a mecanização agrícola, levando a região a relacionar-se intensamente com o crescimento nacional agrário, pela facilidade dos produtores em adquirir crédito rural subsidiado, com juros negativos para a compra dos equipamentos e insumos necessários à produção de soja e trigo, bem como do seguro PROAGRO³. Esses fatores geraram de início o aumento da população na região oeste, devido à expansão das áreas de plantio e o aumento da demanda de trabalho no campo, com um saldo na década de 374.000 indivíduos no meio rural, e uma população total de 760.000 habitantes.

No fronteira Oeste do Paraná, novas e profundas transformações alteram rapidamente o quadro das atividades rurais. As lavouras temporárias de soja e trigo substituem a policultura de subsistência e passam a ser as responsáveis pelo crescimento da produção e o desenvolvimento regional. Na década de 1970, a região oeste se consolida como a maior no estado do Paraná na produção de grãos.

Para reforçar essa agricultura familiar, o papel das cooperativas foi importante desde o início, sendo a partir de 1970 que elas crescem, expandem-se e tornam-se estruturas fundamentais para a realidade econômica da região. Desempenham um papel de integradoras do setor produtivo ao mercado, através de pressupostos como os laços de cooperação e solidariedade. No entanto, pensamentos convergentes apontam-nas como centros de poder e decisão sobre esses agricultores.

³ O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, é um instrumento de política agrícola criado pela Lei nº5.969, de 11 de dezembro de 1973, regido também pela Lei Agrícola, Lei nº8.171, de 17 de janeiro de 1991, ambas regulamentadas pelo Decreto nº175, de 10 de maio de 1991. Foi instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para o pagamento do seu custeio agrícola, em casos de ocorrência de fenômenos naturais como pragas e doenças que venham a atingir suas plantações e rebanhos. Ele garante à indenização quando ocorrer perdas por essas razões.

As cooperativas foram o modelo econômico nas áreas de colonização agrícola posto em prática no Brasil de 1964. Utilizadas pelo sistema econômico dominante como tarefa para conseguir a qualquer custo a modernização da agricultura brasileira, geraram como causa inicial os financiamentos por meio de órgãos que favorecessem à modernização do campo (PERIS, 2002). Para Santos (1996, p. 243), “[...] esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais”. Os discursos das cooperativas sempre repercutiram como uma proposta positiva para a diversificação das atividades e para a geração de renda dos agricultores. Para Schlosser (2001, p. 150), “[...] a gestão do cooperativismo está calcada no discurso dos representantes governamentais que veem nesta forma de organização o fio condutor do bem-estar social e econômico”.

No entanto, quando tudo caminhava para a consolidação do progresso regional por meio da modernização agrícola atrelada à monocultura da soja e milho, a recessão econômica que se inicia em fins dos anos 1970 acaba promovendo o êxodo rural. A pequena propriedade rural sustentada no trabalho familiar, teve dificuldade em se manter em períodos de crise, e assim faltou capital para investir nesta fase que passava por intempéries (KLAUCK, 2004).

A ilusão desenvolvimentista desmorona, emergindo a crise e a recessão já em fins da década de 1970. Neste contexto, a soja já não tinha mercado em nível mundial e os estímulos que era dado pelo governo foram retirados, inclusive os subsídios creditícios. Isso fez com que os juros aumentassem, e deste modo, muitos daqueles “honestos” colonos foram “forçados” a vender parcelas de suas já pequenas propriedades, ou sua totalidade para quitarem suas dívidas (SCHENATO, 2011, p. 63).

Na década de 1970 o Paraná teve grande destaque na produção nacional de soja, ganhando importância por ser a região com maior produção nacional de soja e trigo. No entanto, a estrutura fundiária do Oeste e Sudoeste do Paraná irá se alterar. O declínio da soja, em fins da década de 1970, com a frustração das safras e juros elevados, produz no campo o êxodo rural. Os agricultores optam em trocar as suas dívidas pelas terras que possuem, levando-os à ruína, e suas propriedades acabam se agregando a de agricultores com propriedades acima de 50 hectares, gerando a concentração de terras (RIBEIRO, M, 2002).

Outro fator de grande intensidade e que marca essa nova fase, a partir das mudanças decorrentes na estrutura produtiva e nas relações de produção do campo, foi as dos produtores rurais que percebem que a intensificação da tecnologia aumenta sua produtividade e reduz os

custos com a mão-de-obra. Inicia-se um processo massivo de demissão e extinção de vagas na agricultura, sendo que as máquinas acabam por substituir a mão-de-obra braçal.

Observa-se que a expansão da agricultura moderna no Oeste Paranaense, possui uma estreita ligação entre a modernização, o processo de concentração fundiária e os movimentos migratórios regionais. Os pequenos proprietários com uma estrutura fundiária restrita tiveram dificuldade em realizar o crescimento que se buscou imprimir à agricultura da área.

Deste modo, os resultados do processo foram muitas vezes socialmente perversos, pois se, por um lado, ocorreram ganhos de produtividade e aumento da produção agropecuária da região, também ocorreu uma elevada migração rural-urbana com o crescimento da tecnificação, da produção do campo, reduzindo-se o nível de emprego no setor num período de crise e desemprego urbano (RIPPEL, 2004, p. 113).

Em meados da década de 1980 a região Oeste do Paraná apresenta um cenário de crise e desemprego, tanto urbano como agrícola. Os pequenos proprietários por não conseguirem se manter em suas propriedades, acabam abandonando a zona rural, agravando a situação de crescimentos nos núcleos urbanos. As correntes emigratórias deslocam-se para as áreas urbanas da própria região, para outras regiões do estado, centros urbanos do sudeste e para as zonas agrícolas pioneiras do norte e do centro-oeste brasileiro. O Paraná, que havia experimentado as mais altas taxas de crescimento demográfico na década de 1970, começa a presenciar em meados da década de 1980 a maior emigração interna no sul do Brasil, e o estado naquela década constata o menor crescimento populacional do país.

A classe que mais ficou fragilizada com esse processo foi a dos pequenos proprietários, que agora dividiram-se em duas categorias de trabalhadores rurais: os que possuem a força de trabalho e os capitalistas que detêm a posse dos meios de produção. Esse descompasso na produção e na oferta de emprego no campo produz um número expressivo de migrantes para a cidade na década de 1980, o maior presenciado no país, constituindo bolsões de pobreza nas periferias das cidades.

A Tabela 2 apresenta a redução da população regional rural do Oeste Paranaense, a partir da mudança estrutural no campo que passou de “complexo rural” para a dinâmica dos “complexos agroindustriais”.

Tabela 2. Evolução da composição da população do Oeste do Paraná, por área urbana e rural (1970-2000)

Ano do Censo	População Urbana	% no total da População Regional	População Rural	% no total da População Regional	População Total
1970	149.516	19,87	602.916	80,13	752.432
1980	484.504	50,43	476.225	49,57	960.729
1991	728.126	71,67	287.803	28,33	1.015.929
1996	832.691	77,20	245.893	22,80	1.078.584
2000	929.092	81,60	209.490	18,40	1.138.582

Fonte: Rippel (2005).

A partir da tabela pode-se observar que entre as décadas de 1970 e 1980 ocorre de maneira abrupta a mudança da estrutura populacional urbana e rural, e que nas décadas seguintes afirma o processo de êxodo rural e transformações no campo, provenientes dos processos que condicionam esse novo panorama.

A “modernização dolorosa”⁴, continua na região às custas da concentração fundiária e da exclusão de muitos agricultores e trabalhadores. Com o início da colonização na década de 1940, as colonizadoras privadas tiveram um relevante papel junto ao estado, estabelecendo uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades. No entanto, após essa fase, com a nova fase do capitalismo no campo, estas tornaram-se omissas, ocorrendo a desestruturação dos pequenos lotes que agora são repassados aos grandes proprietários, utilizando essas áreas para as monoculturas de exportação, dispensando grande quantidade de mão-de-obra.

Na Tabela 3 pode-se verificar como a estrutura fundiária da região Oeste do Paraná foi sendo alterada, de acordo com as políticas econômicas vigentes no país.

⁴ Para Silva (1982), a “modernização dolorosa” se espalhou pelo país a partir de 1950, através das facilidades de acesso ao crédito, sendo mais significativa aos grandes produtores do que aos pequenos, que acabaram por ser absorvidos pelo capital, ou tornaram-se seus dependentes. Foi uma modernização que subjugou a terra como fonte de mercadoria e não mais de alimentação. E a fronteira foi e tem sido o resultado da modernização dolorosa no campo. Esta encontra-se ligada ao modelo de produção agrícola dominado pela burguesia industrial e o latifúndio. Ao invés de resolver a questão do monopólio da terra, agrega novas áreas a serem utilizadas de forma intensiva. E assim, não leva em conta que nesses territórios vivem pessoas que possuem menor força para lutar e resistir às pressões do capital monopolista.

Tabela 3. Número de propriedades rurais do Oeste do Paraná. Participação percentual por faixa do total da área produtiva da região

Classe da Área total em hectares	1970	% da área em 1970	1975	% da área em 1975	1980	% da área em 1980	1985	% da área em 1985	1999	% da área em 1999	Variação de 1970 a 1999
De 0 a 10	41.878	50,70	50.267	55,30	35.509	47,29	32.500	46,40	23.631	36,36	-43,57
De 10 a 100	39.286	47,60	38.827	42,70	37.290	49,66	35.078	50,10	38.984	59,99	-0,77
De 100 a (-) de 1.000	1.335	1,62	1.742	1,92	2.205	2,94	2.406	3,43	2.295	3,53	71,91
1.000 ou mais	68,00	0,08	71,00	0,08	89,00	0,12	88,00	0,13	79,00	0,12	16,18
Total	82.567	100,00	90.907	100,00	75.093	100,00	70.072	100,00	64.989	100,00	-21,29

Fonte: Rippel (2005).

Analisa-se, desta maneira, que a concentração fundiária ocorre a partir da modernização na agricultura com as aquisições em tecnologia de produção. A partir de 1975 ocorre a exclusão de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, que não conseguem acompanhar os investimentos e o novo perfil a que os produtores precisaram se adequar, tornando-se o principal reflexo desta realidade.

Para Rolim (2005), no Paraná estão presentes todas as contradições da agricultura brasileira: desde os chamados “agricultores modernos” até os excluídos do processo de modernização tecnológica, da agricultura empresarial à agricultura familiar, como ainda os marginalizados. Essa forma de exploração e ocupação do uso do solo gera outro problema na área de fronteira que foi o êxodo rural, culminando em problemas sociais tanto no meio rural como no urbano. A tecnologia para o desenvolvimento da agricultura torna-se cada vez mais dependente do capital e menos da estrutura fundiária, da mão-de-obra familiar e da policultura de subsistência, promovendo a concentração de terras.

A modernização agrícola no Brasil teve suas particularidades e diferenças, pois se processou de forma desigual não só em nível regional, mas também internamente nos estados. De acordo com o IPEA (2011), na década de 1970 e 1980 observam-se no estado do Paraná o início da industrialização no campo e o êxodo rural neste período e nos anos posteriores. Aponta que metade dos paranaenses saíram do estado e foram residir em São Paulo (590 mil pessoas), e outras 330 mil foram para as zonas de fronteira, sendo que apenas a metade permaneceu na zona rural. Com a mesma temática, o *Jornal Estado do Paraná* de outubro de 1982, assinalava que o movimento migratório entre 1980 e 1990 no estado, correspondeu a 2 milhões e 650 mil habitantes, dos quais 1 milhão e 350 mil foram para as zonas urbanas e o restante para outros estados, verificando-se que o maior êxodo rural ocorreu nas regiões norte e oeste do estado.

Esses pequenos produtores, por não conseguirem se adequar as mudanças que se aceleravam, tornando-se incapazes de participar do novo modelo de produção, foram reduzindo seu volume de safras e acumulando dívidas. Os estabelecimentos com até 20 hectares foram os mais vulneráveis, perdendo espaço em número, área e força como segmento social.

Essas mudanças não afetaram apenas os produtos cultivados e o uso do solo, mas também geraram mudanças na estrutura fundiária da região. Entre 1970 a 1980, houve uma redução de 7.400 estabelecimentos rurais no Oeste do Paraná, no qual esse mercado agroexportador contou com um conjunto de políticas de incentivos, com créditos subsidiados, infraestrutura de produção e armazenamento, garantia de preços mínimos e incentivos na difusão de tecnologia, levando os agricultores a iniciarem novas estratégias produtivas com altos investimentos. No entanto, muito desses não tinham recursos necessários para aderir ao novo capitalismo no campo, tendo que repensar as suas vidas a partir deste momento (AZEVEDO; COLOGNESE; ULSAFAR, 2011).

Para Conradini e Riedl (1989, p. 12) a década de 1960 e 1970, contou “[...] com um conjunto de políticas de incentivo - créditos subsidiados, criação de infraestrutura de produção e armazenamento, garantia de preços mínimos, incentivos na difusão de tecnologia - permanentes e intensos”. Observa-se que até 1985, as propriedades de até dez hectares tinham decrescido na ordem de 22,39%, enquanto houve um crescimento de 77,76% nas propriedades acima de 100 hectares.

De acordo com Azevedo, Colognese e Ulsafar (2011), esta nova estrutura fundiária representou um aumento generalizado da soja no Oeste do Paraná, sendo que entre os anos de 1970 e 1975, a área plantada cresceu de 195.000 para 1.091.800 hectares, chegando a 1.304.561 hectares em 1980. Uma variação de 569% em apenas dez anos. Enquanto isso, o trigo nestes mesmos dez anos passou de 92.100 para 1.013.446 hectares, correspondendo a um crescimento de 1.000% no período de 1970 a 1980.

Para compreender na prática como a modernização agrícola mudou as relações de produção no campo, basta observar que apenas no ano de 1975, entraram no setor rural da região 13.684 arados de tração mecânica, e em 1980 já totalizavam 21.761 arados. No mesmo período, os números de colheitadeiras cresceram de 5.968 para 9.063, e o número de máquinas de plantio passou de 13.704 para 19.389 entre 1980-1985 (RIPPEL, 2004).

Pode-se assim concluir que a mecanização no campo teve consequências para a mão-de-obra rural. Um estudo publicado na Colômbia em 1972 (WOOD; CARVALHO, 1994) calcula que, em média, para cada trator que entra no campo, dezenove (19) trabalhadores são

dispensados (notadamente nas fazendas entre 50 e 200 hectares). Esses dados podem ser comparados com o que ocorreu no Oeste do Paraná: segundo Rippel (2004) entre 1970 e 1980 as migrações deixaram um saldo negativo de 117.047 pessoas; na década seguinte foram mais 62.295 pessoas que deixaram a região, onde boa parte destas, 179.324 pessoas, deixaram o setor rural e deslocaram-se ao meio urbano. Assim, em 1970 a população rural do Oeste do Paraná correspondia a aproximadamente 80% do total; em 1980 estas se igualavam em 50%, sendo que em 1991 a população urbana do oeste era de aproximadamente 71% e a rural de 29%.

Na década de 1990 novas formas de produção no campo ligadas à diversificação da produção e especialização tomam forma. A agroindústria ganha corpo e se estabelece como novo paradigma em ascensão. Além da soja e do trigo, agora, a cultura de milho e mandioca, bem como as criações de aves de corte e de suínos, gado leiteiro e peixes em cativeiro, fazem parte deste cenário.

Nesse contexto, ocorre novamente uma sensível diminuição da população que acaba migrando para as cidades, mostrando que o depender das trocas de experiências, da solidariedade e da ajuda mútua são características de um período que agora já não existe mais. Enquanto isso, no meio urbano as relações de produção se complexificam e forma-se um mercado de trabalho formal, através da imposição de relações individualistas e competitivas, em que a valorização imobiliária seleciona a ocupação dos espaços urbanos, conduzindo a formação de bairros pobres e tipicamente populares ao entorno das cidades (AZEVEDO; COLOGNESE; ULSAFAR, 2011).

A expropriação de muitos camponeses e pequenos agricultores ocorre pois os incentivos fiscais do governo buscam favorecer os grandes proprietários, o que lhes facilitou o acúmulo de terras e, conseqüentemente, a expulsão gradativa dos pequenos produtores. Não restou outra alternativa a não ser o êxodo rural, sendo que o assalariamento não serviu mais apenas como o complemento de renda, mas sim como a única fonte de sobrevivência.

Hoje essa região do Paraná, a fronteira oeste, ocupa papel de destaque no mercado em sua atividade agropecuária, impulsionando o desenvolvimento da economia regional, sendo que a consideram o “Paraná do agrobusiness” através das cooperativas agrícolas (ROLIM, 1995, p. 49). Esses segmentos industriais são os propiciadores do desenvolvimento tecnológico no campo, bem como responsáveis pela exportação primária, no qual imprimem suas marcas na economia regional e articulam-se em nível estadual, nacional e internacional (IPARDES, 2004). No entanto, esta análise deixa claro que para chegar a esse patamar, muitos agricultores pagaram um alto preço, bem como o país tem uma grande carga de

responsabilidade por tais ações, pois a produtividade agroexportadora da região busca atender apenas os interesses do capital, e a autosustentabilidade através da atividade policultora, forma de produção anterior na região, é relegada a segundo plano, pois não condiz com as políticas do capitalismo neoliberal que hoje permeiam as relações internacionais.

2.4 ITAIPU E O MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO: NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A FORMAÇÃO DOS BRASIGUAIOS

De acordo com Zaar (2001), a terceira fase no processo de nacionalização da fronteira Oeste Paranaense é aquela que ocorre a partir da construção da hidrelétrica de Itaipu no rio Paraná, divisa entre Brasil e Paraguai, e que novamente transforma as relações econômicas, políticas e sociais das populações residentes nos municípios que se localizam ao longo do rio.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil dá início à políticas voltadas ao modelo econômico nacional-desenvolvimentista, com inúmeros projetos faraônicos que foram realizados no país, à custa de empréstimos internacionais. Itaipu estava entre eles, como parte de um projeto geopolítico fundamental para a efetivação dos planos da política externa brasileira. Os discursos e textos produzidos no período pela elite política, que já se encontram consolidados pela Ditadura Militar, mostram a integração com os países vizinhos e a elevação do padrão de vida das populações, a partir dos resultados provenientes da construção da hidrelétrica. Porém, o discurso só estava no papel, pois a realidade foi dura e desumana (CATTÁ, 2003).

A política de boa vizinhança e o enaltecimento ao progresso fazem parte da retórica. O crescimento em conjunto com os países irmãos foi o caminho utilizado para a geopolítica na região. A região que abrange a Bacia do Prata sempre foi palco de disputas políticas, no qual diversas estratégias para a defesa das fronteiras se fizeram presentes, e neste contexto, aliado à necessidade de desenvolvimento do país, promoveram as marcas dos discursos no período militar.

Permeada por inúmeros entraves, o limite assinado no fim da Guerra da Tríplice Aliança em 1872, demarcou o rio Paraná como linha fronteira entre Brasil (Paraná) e Paraguai. A partir de então, esse trecho do rio passou a pertencer aos dois países em condomínio. Com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), no período nacional

desenvolvimentista, este realiza previamente diversos estudos sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, gerando inúmeras dificuldades com o país vizinho, pois estava realizando os levantamentos sem consentimento do Paraguai e ignorando o tratado acordado em período anterior. Assim, apenas em 1966, com a Ata do Iguçu, é que chegam a uma conclusão definitiva. Os dois países entram em acordo, estabelecendo que ambos irão usufruir em partes iguais sobre a geração produzida a partir da implantação de uma usina sobre esse trecho do rio Paraná (MAZAROLLO, 2003).

Nesse sentido, o projeto da construção de Itaipu inicia-se em 26 de abril de 1973 entre Brasil e Paraguai, com a assinatura do Tratado de Itaipu, que constituiu a empresa Itaipu Binacional, pertencente em condomínio aos dois países. Os estudos mostram que esta seria a maior hidrelétrica do mundo, com capacidade para gerar inicialmente 12,6 milhões de quilowatts, podendo ser ampliada no futuro. Entretanto irá provocar graves consequências, pois a barragem precisava ser elevada à cota de 220 metros acima do nível do mar, acarretando na inundação de uma enorme área à montante da barragem, gerando danos ambientais, sociais e econômicos, pois estas áreas em sua maioria eram ocupadas por propriedades e famílias agrícolas.

Para que o lago atingisse a proporção devida, foi necessário erguer uma barragem de 7.760 metros de comprimento, que em seu ponto mais alto possui 196 metros de altura. O reservatório, com capacidade para 29 milhões de metros cúbicos, cobriu com suas águas, mais a faixa de proteção do lago e os empreendimentos, 1.000km² de terras no Brasil e 800km² no Paraguai. A construção de Itaipu comprometeu cerca de 101.093 hectares de solo do território paranaense, desapropriando 8.519 propriedades, e inundando áreas urbanas e rurais habitadas por cerca de 42.444 pessoas, sendo 38.445 no meio rural e 3.999 no meio urbano (Tabela 4 e 5 e MAPA 3). No Paraguai foram 1.200 propriedades e 20.000 pessoas desapropriadas. Quanto ao custo econômico, a obra que estava orçada inicialmente em US\$2,5 milhões, em seu final chegou a marca de US\$ 20 milhões (MAZAROLLO, 2003).

Tabela 4. Número de propriedades e áreas invadidas pelo Lago de Itaipu no território do Paraná(Brasil)

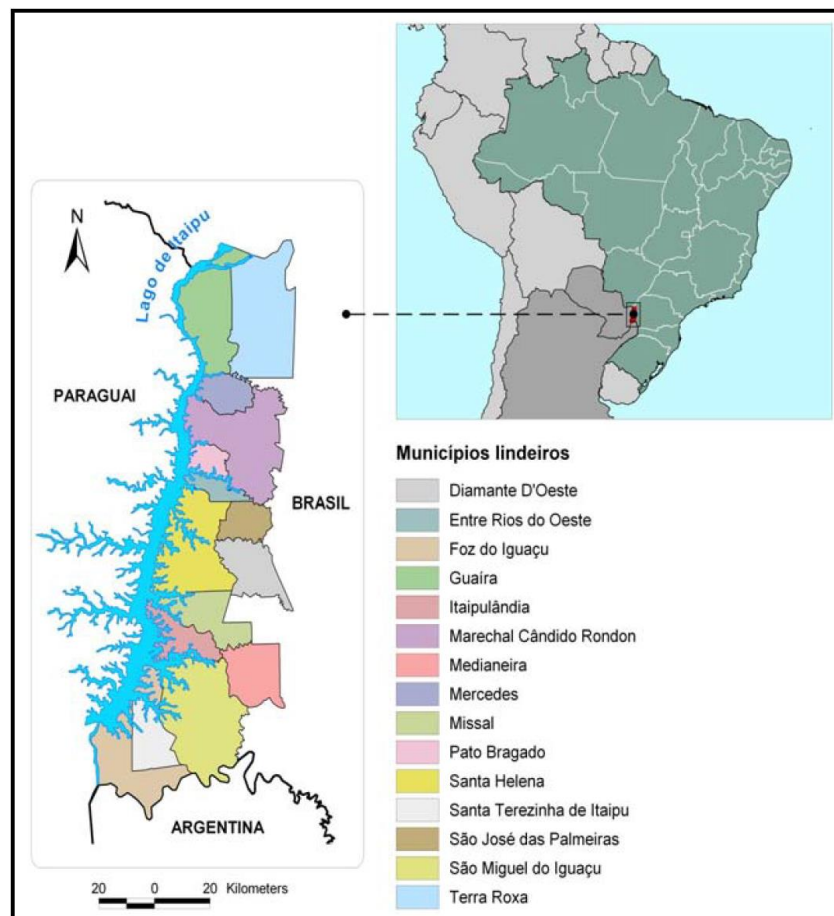
Setor	Nº de propriedades	Áreas (ha) invadidas
Rural	6.913	100.607,73
Urbano	1.606	484,78
Total	8.519	101.092,51

Fonte: Souza (2009).

Tabela 5. Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e área alagada

Município	Área alagada km ²
Foz do Iguaçu	201,84
Santa Terezinha de Itaipu	41,90
São Miguel do Iguaçu	90,91
Itaipulândia	179,73
Medianeira	1,16
Missal	40,07
Santa Helena	263,76
Diamante D'Oeste	5,62
São José das Palmeiras	1,94
Mal. Cândido Rondon	56,04
Mercedes	19,32
Pato Bragado	47,07
Entre Rios do Oeste	32,90
Terra Roxa	1,58
Guaíra	51,01
Total	1.034,85

Fonte: Souza (2009).



MAPA 3. Municípios Paranaense Lindeiros ao Lago de Itaipu

Fonte: Souza (2008).

A priori, o Brasil encontrava-se no período presidido por uma ditadura militar, no qual manifestações não eram permitidas; a repressão política e da propaganda forneceram oportunidades para que os militares fizessem aquilo que achavam melhor para a nação, utilizando em seus discursos a necessidade de geração de energia para o desenvolvimento do país, aumento dos postos de trabalho e elevação do nível social. Costa Cavalcanti, em seus pronunciamentos, alegava que Itaipu proporcionaria o desenvolvimento econômico e social da fronteira Oeste Paranaense e de dois países (RIBEIRO, M, 2002).

Em contrapartida, os anúncios promovendo o desenvolvimento social e econômico transformam-se em um grande “problema” na fronteira. Iniciam-se com as terras que foram alagadas, sendo classificadas como extremamente férteis. Cálculos realizados no período mostraram que as áreas utilizadas para o lago deixaram de produzir naquele ano 210.000 toneladas de produtos como soja, milho, trigo, feijão, mandioca, arroz e café, e que, hoje, pelas condições técnicas aprimoradas, os números se elevariam. Outros problemas que se constataram com a construção da usina foram vilas e municípios que ficaram ilhados levando-os à ruína e o município de Foz do Iguaçu cuja população cresceu em poucos meses, gerando problemas de saneamento básico e de planejamento urbano. Muitas pessoas se deslocaram para a cidade na busca de oportunidades de emprego, mas acabaram formando um grande cinturão de pobreza e marginalidade na periferia da cidade.

[...] tudo estava errado desde o começo, desde que foi tomada a decisão de construir a hidrelétrica binacional sem a mínima consulta aos povos do Brasil e do Paraguai, especialmente aos contingentes populacionais que, nos dois lados do Rio Paraná, seriam forçados a migrar. Eles não foram consultados para nada. (...) A irresponsabilidade e a desconsideração das autoridades foi tamanha que, quando a construção da usina foi iniciada, nem sequer sabia qual a área necessária para o empreendimento e nem mesmo fora levado em conta, na projeção do orçamento, o custo das indenizações (MAZAROLLO, 2003, p. 48).

Souza (2008) aponta que os novos arranjos sociais e ambientais provocados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu mostram uma particularidade vivenciada nessa região, projetando uma complexa relação entre ambiente, tecnologia e sociedade. No entanto, muitas divergências iniciam-se a partir deste contexto entre Brasil e Paraguai. O objetivo da construção da Hidrelétrica de Itaipu encontrava-se amparada por diversos preceitos gerados no seio de uma sociedade que vivia um período de modernização industrial e agrícola, ocupação territorial e investimentos de grande porte, aplicados na extração de recursos naturais, infraestrutura energética, transporte e comunicação. Com a inundação de uma grande

área para a geração de energia, a produção do espaço através das suas atividades econômicas começa a divergir das atividades predominantes antes da transformação promovida pelo Estado.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (1977) lançou um estudo da construção de Itaipu sobre a região Oeste do Paraná, realizando uma análise prospectiva do impacto causado sobre a área. O estudo deixa transparecer a dissociação que houve entre a construção da hidrelétrica e os objetivos que existiam na região. A usina era um empreendimento que envolvia interesses supranacionais e regiões de fronteira, sendo eminentemente nacional. Em nível regional, essa área foi um espaço de ocupação recente, estando totalmente distante dos interesses da primeira. Assim, concluiu-se que a construção de Itaipu não estava ligada ao desenvolvimento regional e estadual, e que foram acompanhadas de inúmeros fatores negativos que precisaram ser absorvidos pela região e o estado.

Souza (2009) afirma que além do processo de modernização, a migração para o lado paraguaio de agricultores se intensificou com a construção da hidrelétrica. As indenizações recebidas foram insuficientes para a compra de novas terras no Brasil, levando os brasileiros a optarem para o deslocamento para o país vizinho onde estas eram mais baratas. Os brasileiros, agora chamados de Brasiguaios no país vizinho, somaram-se à população deste país, sendo que estimativas oficiais indicam que vivam cerca de 3,5 mil famílias de brasileiros nos estados de Alto Paraná, Canindeyú e San Pedro, leste paraguaio.

As indenizações que o governo precisava promover às famílias que estavam a perder suas casas e propriedades foram realizadas sem o mínimo de consideração. Então, ocorreu nesse período um grande levante de descontentes com a real situação, pois se achavam injustiçados. O descaso do governo com as famílias foi tão visível que, no primeiro orçamento realizado para a obra, nem sequer constava as indenizações das desapropriações entre os gastos previstos. Não era apenas o valor a ser considerado; essas pessoas tinham criado valores culturais, sociais e afetivos entre as famílias, a comunidade com o lugar, e não havia preço que pagasse essas relações. Além desse fator, muitas famílias agrícolas não possuíam propriedades, pois eram posseiros, arrendatários, empregados e boias-frias, aumentando a massa de desempregados que iriam lançar a própria sorte em um “novo” caminho.

O governo de então não se preocupava com as questões sociais da região. Seu interesse estava fixado apenas em cálculos matemáticos, técnicas e um sistema materialista que observava o aumento da produção de energia aliado à entrada de capital estrangeiro com suas multinacionais no país, promovendo o “desenvolvimento” brasileiro. Renegava-se que

esses agricultores já haviam passado por inúmeras intempéries, como a sua migração em décadas anteriores dos estados sulinos vizinhos, a modernização agrícola e as safras frustradas. Para eles, “[...] os agricultores do Oeste do Paraná deveriam ser sacrificados para o bem e o progresso do Brasil” (MAZAROLLO, 2003, p. 42).

As propagandas mostravam que Itaipu realizaria o pagamento a preço justo das terras e benfeitorias existentes nas áreas a serem indenizadas. Porém, o que ocorreu foi a negligência por parte destes no pagamento de um valor justo referente ao tamanho da área. Outro mecanismo utilizado pelo governo foram as estratégias programadas, pagando primeiro aos comerciantes e assim obrigando os agricultores que, sem infraestrutura, aceitassem o preço que lhes era imposto. O resultado foi um levante dessa massa despossuída que começou a clamar por justiça, pois os valores recebidos não eram suficientes para a compra de outras propriedades que estivessem nas mesmas condições que as suas.

Essas famílias expropriadas queriam comprar outras terras no Paraná, pois existia um laço de afetividade com o estado e a região em específico. Porém, a especulação imobiliária, a partir das desapropriações, elevou os números desordenadamente, fazendo que esses agricultores perdessem rapidamente o valor de compra dos imóveis. Muitos se viram obrigados a adquirir terras na Amazônia e no Paraguai, pois nesses locais o poder de compra era maior, com preços bem abaixo dos praticados no Paraná; ou poderiam optar por viver nas cidades. A partir de então, essas famílias começam a se unir e buscar apoio para agir em conjunto. Mas precisavam de um representante que falasse em nome do povo. E encontraram: a igreja.

Ligados a uma atividade ecumênica, liderada pelas Igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, os agricultores realizavam assembleias, ressaltando pontos relevantes de sua realidade. Documentos como o Projeto Arca de Noé⁵ e a Carta de Santa Helena⁶, enviadas ao presidente da República, bem como documentos publicados pela Comissão Pastoral da Terra, O Mausoléu do Faraó⁷, Terras no Paraná e Indenização Justa⁸,

⁵ Em 1978, a Comissão Pastoral da Terra - CPT-PR, iniciou junto à população a ser desapropriada o projeto Arca de Noé, que consistiu inicialmente na formação de vinte grupos de base nos municípios de São Miguel do Iguçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon, visando a discussão da situação que estavam enfrentando e pensar formas de organização.

⁶ A Carta de Santa Helena foi um documento enviado ao presidente da República pela comissão responsável do movimento do expropriados de Itaipu, com o objetivo deste reconhecer as dificuldades que a população estava enfrentando.

⁷ O jornalista Juvencio Mazzarolo, militante pela causa dos agricultores, publicou A Taipa da Injustiça e o O Mausoléu do Faraó a pedido da CPT-PR, documentos que foram importantes para a pesquisa, e que descrevem o drama das oito mil famílias brasileiras que foram expropriadas.

⁸ O documento Terras no Paraná e Indenização Justa buscava um acordo entre os expropriados e o governo para que fornecessem terra a classe no próprio estado, e que as indenizações fossem de acordo com o valor da terra

denunciavam as injustiças cometidas pelos representantes da Itaipu aos agricultores, mostrando o descaso com o pagamento das indenizações das terras e suas benfeitorias, bem como a recolocação das famílias em outras propriedades.

O movimento, que apenas tinha começado com assembleias, acaba tomando corpo e ganha um nome, intitulado de Movimento Justiça e Terra. Este promoveu acampamentos em Santa Helena e posteriormente em Foz do Iguaçu, reivindicando aquilo que lhe era por direito. Nesse sentido, em meio a muitas lutas, e após anos de negociações, seus direitos foram conquistados em sua maioria, mas não sem que uma porção de casos ainda fosse entregue à Justiça.

Assim, a “modernização” com a construção da usina levou os agricultores a migrarem ao país vizinho, o Paraguai, onde as terras eram oito vezes mais baratas. Segundo a Divisão de Assistência Consular / Ministério das Relações Exteriores - DAC/MRE (2007), citado por Marinucci (2013), estimativas apontam que atualmente residem no Paraguai aproximadamente 487.517 brasileiros, resultando em 30% da população do país. Quanto a esses Brasiguaios, assim conhecidos, segundo esse mesmo relatório, 329.000 deles vivem em situação irregular em seu país de residência.

Outra problemática que envolveu a população da área urbana de Foz do Iguaçu, que se deslocou aos milhares para o município a partir da construção da usina, resultou em consequências visíveis durante a sua execução e, principalmente, após seu término. Catta (2003) aponta que a cidade passou a abrigar um número crescente de marginalizados que, excluídos dos meios formais de trabalho, tornaram-se, em muitos casos, criminosos. Pessoas que tinham problemas com a lei em sua cidade de origem vieram para Foz do Iguaçu devido à facilidade de tráfego entre as fronteiras, encontrando maiores oportunidades de atuação. A constituição da Itaipu, ao formar uma nova concepção de mundo centrada na ideia de progresso e modernidade, mostrou seu lado perverso, pois empurrou para as áreas periféricas do país a população que migrou em busca de trabalho ou outros interesses e nela não encontrou.

Após a construção da usina, a massa de trabalhadores que nela encontrava seu sustento acabou sendo desempregada, sem garantias, sem segurança e mesmo sem conquistas duradouras, que permitissem uma permanência digna e definitiva na cidade, ou a volta à terra natal ou a outro trabalho. Essa população, como em todo o Brasil, estava presenciando, na década de 1980, a recessão econômica, conhecendo o desemprego em massa. A ausência de

que vinham crescendo vertiginosamente devido a especulação imobiliária. A carta nunca foi respondida por nenhum dirigente.

trabalho não se limitava apenas à carência de recursos para a própria subsistência, mas também estava atrelada à desmoralização sofrida pela identidade de um trabalhador honesto e responsável, que assegurava o sustento da família e tinha seu lugar na sociedade. As dificuldades impostas pela estrutura sócio-política e econômica e o capitalismo feroz e impiedoso foram então estabelecidas, e o único meio foi buscar alternativas para driblar a situação a que estavam submetidos. Um dos caminhos que essa população experimentou foi o comércio de fronteira, pois as instabilidades próprias dessas áreas acabaram por permitir a circulação massiva de produtos e pessoas, sendo lugares próprios para atividades marginais, gerando e promovendo um crescente número de atos ilícitos como contrabando, roubo e narcotráfico, praticados como alternativas ao desemprego.

O IPARDES (1977) dispõe que, para analisar os impactos demográficos decorrentes da Itaipu sobre a região oeste, precisa-se considerar três componentes: o contingente afetado pelas áreas desapropriadas e inundadas, o influxo de mão-de-obra diretamente vinculado à construção da hidrelétrica e o influxo induzido em função de Itaipu. No primeiro componente, de acordo com o Recenseamento realizado em 1970, o contingente desapropriado pelas áreas inundadas representou 15% da população total do extremo oeste, deslocando-se para as frentes agrícolas do centro-oeste e norte brasileiro e também realizando o movimento transfronteiriço para o leste paraguaio. No segundo e terceiro componentes, tem-se os dados que mostram que, no início da construção em 1975, havia 6.240 trabalhadores diretos e indiretos na cidade de Foz do Iguaçu, e dez anos depois os números abrangiam um total de 45.805 trabalhadores. A população da cidade cresceu no mesmo sentido: em 1970 eram 37.299 pessoas e em 1985 esse número já alcançava a marca de 112.594 cidadãos.

Durante a construção de Itaipu, o lado paraguaio buscou desenvolver a cidade de Puerto Stroessner, hoje Ciudad del Este, fronteira com Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil. Colocou em prática um plano diretor com o desenvolvimento de áreas agroindustriais para abastecer a população vizinha, e buscou a especialização do setor terciário através do comércio e do turismo. Já o município brasileiro de Foz não acompanhou esse padrão de planejamento e desenvolvimento para aquele período e para o futuro. Com o fim da obra e a limitação de empregos, os efeitos negativos foram sentidos, e a população que ali se encontrava acabou por buscar na cidade vizinha seus meios de sobrevivência.

Observa-se que a reconfiguração espacial proporcionada pela formação do lago produziu impactos sociais e econômicos pelos quais o Estado não se responsabilizou. Um exemplo é aquele oriundo da indenização defendida no Superior Tribunal de Justiça por 1,3 mil produtores rurais de 13 municípios que margeiam o Lago de Itaipu, na ordem de R\$ 2

bilhões. Estes alegam estar sofrendo prejuízos nos últimos 25 anos em consequência das alterações climáticas provenientes da formação do lago da hidrelétrica, devido à modificação do regime dos ventos e níveis de temperatura, umidade e radiação, além de que alguns reclamam de 40% de queda na produtividade (SOUZA, 2009).

Outro fator negativo e relevante foi o grande atrativo turístico na Fronteira Oeste Paranaense, as “Sete Quedas”, no município de Guaíra, que se encontravam presentes em período anterior à construção da Hidrelétrica de Itaipu e que criaram profundas marcas na territorialidade da população. Elas desapareceram com a construção da usina, que elevou a cota do rio submergindo as quedas. Fenômeno natural em que o rio esculpiu seu canal sobre rochas vulcânicas, sendo considerada naquele período a maior cachoeira em volume de água do mundo, as “Sete Quedas” era a promotora do desenvolvimento turístico da cidade e região. Com o seu desaparecimento pela submersão, Guaíra entrou em declínio e transformou-se em uma cidade fronteira marginalizada, considerada uma das mais perigosas do país.

Para sanar o prejuízo advindo da construção de Itaipu aos municípios que tiveram uma parte dos seus territórios alagados, foi realizado um documento que se encontra no Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 30 de agosto de 1973, no qual estabelece uma indenização a esses municípios, sendo pagos mensalmente.

III.4 - O montante necessário para o pagamento dos royalties às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos por gigawatt/hora, gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento dos royalties se realizará mensalmente, na moeda disponível pela Itaipu.

A distribuição dos royalties encontra-se efetivada pela Lei nº 9984/2000, que regula mensalmente a compensação financeira, destinando 45% aos estados, 45% aos municípios, 4,4% ao Ministério do Meio Ambiente, 3,6% ao Ministério de Minas e Energia e 2% ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Ainda de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o rateio desses recursos é calculado de acordo com o ganho de energia, regularização de vazão e a área inundada de cada município. Assim, quanto maior a área alagada, maior o repasse dos royalties (SOUZA, 2009). Para concluir, conforme a Lei nº 7.990/1.989, Artigo 8º, os recursos advindos dos royalties não podem ser utilizados pelo município para o pagamento de dívidas, quadro permanente de pessoal, bem como são obrigados a prestar contas do uso desses recursos à população.

Portanto, é neste contexto que se pode dinamizar a complexidade da fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. Ao longo dos séculos e das últimas décadas, esta se encontra integrada a diversos contextos sociais, políticos, econômicos e ambientais, que a transformaram em um lugar singular e único, dotado de especificidades que precisam ser ressaltados para a atual compreensão da fronteira Oeste Paranaense. Suas relações com o poder central sempre estiveram distantes, em um encadeamento de subordinação da primeira sobre a segunda, mas que, na contraordem, a sociedade buscou seus interesses, promovendo o global a partir do local. É neste liame que nos adentramos agora.

3 A REDE DO CONTRABANDO DE AGROTÓXICOS NA FRONTEIRA PARANÁ (BRASIL)-PARAGUAI

3.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

As redes ilegais tomam forma no capitalismo contemporâneo com a ascensão das atividades econômicas em nível mundial. Frutos da técnica, ciência e informação, mais conhecida como globalização, essas organizações criam pontos nos mais recônditos lugares do planeta. A agilidade e facilidade com que se organizam têm moldado as fronteiras dos Estados-nações a favor desse capital, seja ele lícito ou não.

Portanto, para o entendimento do funcionamento da rede do contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, que se encontra disperso em nível mundial, iniciou-se o capítulo com um aprofundamento teórico sobre a globalização, as redes e as atividades ilícitas operando neste meio. Por conseguinte, são abordadas as informações coletadas nas fontes jornalísticas tratando sobre o tema, levando em consideração não apenas as apreensões de contrabando nesta faixa de fronteira, mas também políticas voltadas à conscientização e estratégias que estão sendo realizadas no combate à repressão dos agroquímicos considerados nocivos ao ser humano e ao meio ambiente. Finalizando o capítulo, serão dispostos os resultados provenientes da leitura e diagnóstico realizado no subitem anterior, com a produção de mapas, tabelas e importantes considerações relacionadas as informações obtidas.

3.2 GLOBALIZAÇÃO, REDES E ATIVIDADES ILÍCITAS NO MERCADO MUNDIAL

O período técnico-científico-informacional, também conhecido como Terceira Revolução Industrial segundo Santos (1997a), vem proporcionando tecnologia que, usada em escala mundial, busca a lucratividade desenfreada onde quer que as condições permitam. A globalização da sociedade e da economia promovem a mundialização do espaço e carregam-na de novos significados. Nessa lógica, constata-se que quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares, ou seja, únicos. Frutos da especialização dos elementos no espaço, vinculados a uma maior acumulação de capital, estes criam um campo

de forças multidirecionais e complexas, gerando cada lugar com suas características distintas, mas ligados aos demais, em uma intrincada cadeia hegemônica em nível mundial. Assim, o fenômeno criado pela sociedade é dinâmico, sendo percebido pela transformação quantitativa e qualitativa do espaço habitado pelos seres humanos. O capital é, segundo Santos (1997a, p. 37), “[...] capaz de habitar e explorar os mais recônditos lugares do planeta.”

Milton Santos, segundo Dias (2004), aponta que a noção do espaço precisa estar permeada como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Assim a técnica, que tem exigido uma maior fluidez sobre o espaço, vem causando profundas mudanças no meio social e territorial, pela superposição de sistemas através de tempos diversos, construindo a base de variados territórios nacionais e econômicos sobre o espaço global. Neste mesmo território podem coexistir diversas relações de poder, em encontros de tensão mais ou menos conflituosas ou, ao contrário, provocando sinergias positivas.

Dessa forma, o meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo e tem formatado os lugares para se tornarem mundiais. A instantaneidade da informação e a implantação das redes no processo de unificação dos lugares são utilizados com os princípios de ordem e regulação, a serviço dos atores hegemônicos em escala mundial. Também conhecidos como Verticalidades e Horizontalidades, o primeiro encontra-se subordinado às ordens impostas dos centros mundiais da economia e o segundo são as técnicas implantadas sobre os lugares, desenvolvidas através da territorialização do trabalho.

Hoje não pode-se mais falar em circuitos regionais de produção, pois com a crescente especialização ela ocorre em nível mundial. Os diversos fluxos, intensidades e direções, produzem os circuitos espaciais da produção, através de um movimento circular constante de distribuição-troca-consumo. Captar essa lógica nos fornece a essência do seu movimento.

Santos (1997b) nos fala que o espaço está sob comando da tecnoesfera e a psicoesfera. A primeira corresponde à artificialização do meio ambiente e a segunda à alienação da sociedade sobre o capital. A segunda encontra-se mais influenciada do que a primeira, pois enquanto para uma minoria, os mais fortes, o objetivo maior é o lucro ou a mais-valia, para os demais, resulta na subordinação e exploração a esse capital. O autor destaca que “[...] através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija” (p. 33). Diante da mundialização do capital, o Estado torna-se impotente pois os fluxos hegemônicos, a fluidez e a competitividade enfraquecem as fronteiras nacionais. A comercialização e a difusão da lucratividade tornam-se a bandeira da economia. A moralidade perde seu valor, e para Santos (1997b, p.36), temos “[...] o mundo como fábrica do engano”.

Portanto, a mundialização é perversa e desintegra o indivíduo, gerando ao mesmo tempo uma sociedade global, mas em seu oposto, uma crise global. O conhecimento é aplicado na produção e produz os males, segundo as condições da sua utilização.

A globalização torna-se uma perversidade, pois as formas dominantes de realização são o vício, a violência, o empobrecimento material, cultura e moral, desdobrados por discursos e pela prática da competitividade em todos os níveis. A união e a unificação, que são anunciados pelos atores hegemônicos, apresentam na realidade o oposto desta gênese: o da fragmentação em vias de explosão. Assim, estudar o lugar e o cotidiano devem ser objeto de interesses dos geógrafos, pois por meio deles o espaço e o tempo contêm uma multiplicidade de perspectivas, servindo de instrumentos para a sua análise.

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) aludem que a atual dimensão econômica tem resultado em uma des-ordem⁹ mundial, sendo que na últimas décadas, pode-se observar que o poder mundial está subordinado aos interesses do grande capital, por meio das corporações transnacionais e organismos internacionais. Promovem uma nova divisão internacional do trabalho, amparada na reestruturação econômica do espaço mundial. A espacialidade do capital-trabalho apresenta diversas estruturas em sua nova composição, ou melhor, sua recriação constante, de modo que a transformação das novas tecnologias, das novas formas de intervenção das grandes corporações e das novas relações de trabalho estabelecem as amarras da economia-mundo. São novas ordens territoriais criadas a partir da redistribuição do poder, gerando a fluidez do capital que procura romper fronteiras, pois em seu bojo traz a dinâmica da acumulação e concentração do capital em nível mundial. É o chamado “capital pensante”, que busca todos os meios de exploração para a sua reprodução. Os excluídos desse processo são o perigo mais sério na nova des-ordem mundial.

A medida que o capital parece criar um único “território-mundo”, globalmente articulado, ele também promove a desigualdade e produz diferenciações. Os seus interesses expansionistas tornam o mundo mais fluido e as fronteiras porosas com a informação e o dinheiro. Neste meio surge o Estado-nação, que reproduz e consolida a globalização capitalista, através da abertura e do fechamento das fronteiras, transformando-se em um

⁹ Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) utilizam o termo “des-ordem mundial”, para entender a estrutura do espaço contemporâneo sob as dimensões econômica, política, cultural e ambiental, a partir da reconfiguração territorial das fronteiras e as influências político-econômicas sobre o mundo. Rompeu com a estrutura tradicional na figura do Estado como centro do poder, e passa a dividir seu papel com outras instâncias, no controle dos fluxos e redes do capital financeiro. Assim, uma característica que marca a atual “des-ordem”, é tanto a ordem como a desordem. O mundo presencia esse par contraditório, dialético, entre ordenamento do espaço, e desordenamento, desarticulação.

Estado flexível aos interesses dos condutores da globalização (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006). Dessa maneira, o Estado aparece como uma entidade estruturada sob novas bases, adquirindo diversas funções, pautada em uma “sociedade de controle” ou da “segurança” que busca regular a des-ordem, considerado como o discurso utilizado para legitimar e reforçar o poder de muitos Estado-Nações. Torna-se mais presente à serviço da economia dominante, e acaba por omitir-se aos interesses da população.

Com a globalização, as técnicas se tornam mais eficazes, sua presença se confunde com o ecúmeno, seu encadeamento praticamente espontâneo se reforça e, ao mesmo tempo, o seu uso escapa, sob muitos aspectos, ao domínio da política e se torna subordinado ao mercado (SANTOS, 2000, p. 53).

“A intensificação de interações que atravessam as fronteiras e as práticas transnacionais, corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias, como o fez no passado” (SANTOS, 2005, p. 36). Observa-se que a atual estrutura capitalista tem destruído a ordem institucional e normativa, afetando não só a questão econômica dos Estados, mas também a legitimidade para que este possa organizar e controlar a sociedade.

Dessa forma, a multiplicidade de atividade delegadas ao Estado faz que este encontre dificuldades na realização de um planejamento territorial satisfatório. A falta de atuação efetiva cria “vazios de poder” e dá lugar à emergência de novos circuitos como o crime organizado, seja narcotráfico ou contrabando. O território assim considerado como uma parcela do espaço no qual um Estado exerce a sua soberania tem sido abalado por uma série de problemáticas que ampliaram a sua escala e que hoje se transformaram em questões globais. “As bases territoriais sob as quais funciona o Estado-nação não são capazes de gerir ou de intervir eficazmente nesse tipo de questão” (HAESBERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 55).

Analisa-se desta maneira que os lugares não são neutros, pois suas características são cuidadosamente observadas pelas organizações mundiais, sejam elas legais ou criminosas, e geram interações entre espaço-dos-fluxos e o espaço-dos-lugares. Assim, o território é um sistema aberto e complexo, trocando bens, trabalho e informações com o ambiente, sendo que, conforme os interesses dos grupos, eles estarão propícios à inserção da sua economia dentro de cada escala (MACHADO, 2003).

Portanto, a Geografia precisa utilizar temas da área econômica para compreender os arranjos espaciais contemporâneos, pois estes materializam os processos sociais pela dinâmica do capital. São justapostos e interativos, ligam o econômico ao político-espacial.

A categoria rede nos traz uma melhor compreensão das articulações entre as diferentes territorialidades, bem como as suas estruturações, em um refazer de territórios, fronteiras, controles, que variam muito conforme a natureza dos fluxos, sejam ele de migrantes, mercadorias, informações ou capital. Compreender as redes em sua dimensão planetária é tão importante como identificar as redes de caráter local e regional, pois não pode-se separá-la do território; a realidade absorve essa permanente aliança de redes e territórios. No entanto, as redes das grandes corporações não têm o pleno controle do espaço planetário, dando oportunidades para que ocorra a proliferação de redes econômicas e poder ilegais que o sistema formalmente instituído não consegue controlar, mostrando a importância de abordá-los dentro desse contexto (HAESBAERT, 2002).

A noção de redes começa a aparecer na primeira metade do século XIX já com os pensamentos de Saint-Simon. Integração e planejamento territorial são conceitos implícitos nos pensamentos acadêmicos para a organização dos Estados-nações. Com a evolução e a densificação das redes, estas surgem como instrumentos importantes à circulação crescente das tecnologias, capitais e matérias-primas. Emergem a partir de duas estratégias: circular e comunicar. A sua propriedade principal é a conexão, ligando nós das redes em diversos lugares de poder e referência (DIAS, 2002).

Dentro dessa concepção, Raffestin (1993) estabelece que o sistema de tessituras, nós e redes organizados hierarquicamente, produzem o controle do que pode ser distribuído, vendido ou comprado. É dentro desse sistema que as relações de poder estão presentes. Construídas pelos seus atores, criam características peculiares em cada território e determinam continuidades e discontinuidades. As redes, por sua vez, são necessárias à circulação e à comunicação, pois estabelecem as amarras necessárias na constituição da malha, que é formada por diversos elementos que se complementam. Assim, Raffestin (1993, p. 204) destaca que a rede é “o instrumento por excelência do poder”.

As redes assumem importante papel no mundo contemporâneo, pois são elas que articulam e intensificam os fluxos dentro do território; organizam a técnica, as transações e as informações, dando sentido à cadeia funcional na economia globalizada. As redes são carregadas de intencionalidades, com ações que manifestam múltiplas relações de poder, manipulando e controlando as sociedades, gerando configurações no território pelos atores sociais que compõem o espaço (COUTO, 2010).

Devemos entender as redes não como novos territórios, através de uma lógica “reticular” de redes, mas sim como um grande território-rede que se articula em nível mundial, criando continuidades e descontinuidades, sobrepondo e criando novos pontos, nós e tramas na formação e dinamicidade de sua reprodução. A multiterritorialidade, ou seja, a articulação em múltiplos territórios e escala, é a que toma forma. Assim, a eficácia do poder está nas mãos de quem consegue atuar nas mais diversas escalas e pelos mais diferentes tipos de território, usufruindo das vantagens que cada um deles proporciona. O poder está nas mãos de quem é capaz de jogar com essas múltiplas escalas: do local ao regional, do nacional ao global.

Milton Santos, ao receber o título emérito da Universidade de São Paulo (DUARTE, 1998), aponta caminhos para se entender a dinâmica global a partir do local, fazendo a leitura dessa modernidade-mundo. Partir do local observando seus elementos estritamente locais permite compreender como este exerce seu papel no mundo globalizado. “O global olhando e agindo sobre o local através de instrumentos tecnológicos e de territórios informacionais globais” (p. 102).

Há uma seletividade do território na formação das redes. Os atores hegemônicos de acordo com seus interesses excluem grandes áreas, causando a fragmentação do espaço. Essas redes obedecem critérios, agindo sobre diferentes locais, exercendo controle sobre as áreas e transformando técnica e atores sociais como sujeitos históricos da produção e apropriação do espaço geográfico. As redes, sejam elas legais ou ilegais, formam um conjunto de pontos interconectados, integrando lugares, fragmentando outros, complementando e excluindo-se diante das relações complexas determinadas pelo atual período tecnológico. Assim, como pontos no espaço, interligados, elas movimentam a produção, a circulação e as ideias, resultando em fixos e fluxos em contínuo movimento, dando sentido à vida e às territorialidades (COUTO, 2010).

As redes constituem um meio de produzir o território. Com o fim das fronteiras através das atividades transnacionais, as organizações legais e ilegais se proliferam, e as redes contribuem para a sua expansão. Como a fronteira tem sido um lugar de instabilidade, ela abre espaços para a entrada de atividades ilícitas, como o contrabando de agrotóxicos, e esses grupos aproveitam de forma permanente ou intermitente as oportunidades para lucrar com as diferenças de legislação (MACHADO, 2003).

Nesse sentido, uma característica importante das redes é observar como estas são utilizadas pelas transnacionais, empresas, comércio mundial lícito e ilícito para suas operações. A descentralização das atividades tem sido atraída pelos significativos fluxos

financeiros, e ultrapassam a compreensão das fronteiras estabelecidas pelos Estados-nações. Fazendo uso das redes, esse capital é articulado pelos meios de comunicação, telecomunicação, transporte e informática, possibilitando o tráfego de informações, produtos e pessoas que não ficam fixas sobre um determinado espaço.

A desregulamentação dos mercados é uma das características da economia atual, tornando-se a promotora das redes ilegais na economia. Muitas vezes observadas como poderes paralelos, são na verdade circuitos de poder profundamente integrados ao sistema legal, sendo alimentados por estes no sentido da sua reprodução. Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), essas redes podem servir como meios de utilização pela população excluída desse processo, como o desemprego e a precarização do trabalho. Economia desregulamentada, Estado mínimo, precarização crescente do emprego, endividamento e especulação financeira generalizados formam um campo fértil para a proliferação de redes ilegais de economia e de poder (p. 60). Concomitante à geopolítica global das grandes corporações, sobressaem em seu interior micropolíticas capazes de forjar a ordem “legal” vigente, criando territórios alternativos capazes de impor sua própria ordem.

Podem-se observar as redes ilegais como sinônimo das grandes corporações mundiais. Estas movimentam-se de modo cada vez mais acelerado e generalizado, reduzindo o controle dos Estados nacionais. Elas dispersam-se pelo mundo através de planejamento próprio, geoeconomias independentes, que respeitam muito pouco as fronteiras ou mesmo o regime político das nações. Também articulam com organizações bancárias as movimentações de seus recursos, criam alianças estratégicas, agilizam redes e circuitos de informação e utilizam o capital de modo independente ou mesmo com total desconhecimento dos governos nacionais, somando-se a essas estratégias a facilidade na lavagem de dinheiro e mecanismos para que a corrupção possa se reproduzir.

Esse é o cenário da economia política do narcotráfico. Dada as condições não só técnicas mas também econômicas sob as quais são abertos mercados, agilizados os circuitos financeiros e fortalecidos os centros decisórios das corporações transnacionais e das redes bancárias, a lavagem de qualquer tipo de dinheiro torna-se relativamente fácil (IANNI, 1998, p. 56).

As organizações que exploram o tráfico internacional e o contrabando realizam estratégias sobre dois pontos de vista. Além de observarem de cima como fazem os governos centrais, analisam o espaço regional como um território formando por um conjunto de pontos e linhas. Não levam em consideração a população que encontra-se sobre esse terreno e as

ações de controle territorial; procuram integrar uma visão desde baixo, observando as conexões locais, através de complexas e instáveis redes de informação e comunicação. Para a implantação e administração de suas operações, são criados canais de comunicação entre diferentes níveis de organização territorial, envolvendo os mais diferentes elementos sociais, políticos e econômicos dos espaços-lugares. Buscam assegurar

[...] a flexibilidade das rotas de tráfico e dos circuitos de lavagem, assim como construir alianças políticas, essas organizações são impelidas a se adaptarem a ambientes diferenciados e a incluir uma ampla gama de atores com renda, nacionalidade e escolaridade muito diversificada (MACHADO, 2003, p. 697).

Os circuitos da economia ilegal estão ligados a diversos agentes no espaço mundial, que com a facilidade de deslocamento e transporte no atual período da globalização impulsionam essas atividades. Os circuitos são altamente dinâmicos, envolvendo as áreas de produção até os fluxos comerciais, com sistemas de segurança, bancário e financeiro internacional. Muito se afirma que o dinheiro proveniente das atividades ilícitas é de tal ordem que pode-se afirmar que um colapso nesses circuitos significaria um colapso do próprio capitalismo globalizado, tamanha a dependência dos recursos que são inseridos na economia. Assim, vemos que essas atividades ilegais não são um poder “paralelo” ou um “aflorescimento” ao sistema vigente. As próprias contradições do capitalismo podem criar esse tipo de reação, transformando-se em um produto da globalização.

Pode-se distinguir nas redes ilegais os circuitos superiores e inferiores, à semelhança dos dois circuitos da economia urbana definida por Milton Santos (1996). O circuito superior engloba os níveis decisórios das organizações que criam, operam e administram o comércio ilegal voltados ao mercado internacional. Eles coordenam através das regiões as operações em diversas escalas, envolvendo atividades de financiamento, compra, estocagem, transporte, segurança, distribuição, trocas e lavagem de dinheiro. Já o circuito inferior encontra-se ligado às zonas de produção e funcionamento da rede de circulação do produto no terreno, com uma amplitude geográfica mais localizada. Ela envolve os atravessadores que levam o produto até o destino final.

Nesse pensamento, para compreender a dimensão geográfica do contrabando de agrotóxicos, é preciso entender a teia de relações entre a região, a cidade e as redes ilegais. A organização da rede ocorre através da integração horizontal da cadeia produtores-mercado, em que as zonas produtoras situam-se em áreas geográficas específicas, exigindo uma

articulação de operações em diversas escalas e espaços geograficamente diferenciados, de acordo com cada etapa: produção industrial, circulação, estocagem e distribuição por atacado. Após esse processo, o segundo fator é a flexibilidade das rotas e corredores de trânsito. Estes são utilizados, abandonados e reutilizados de acordo com as mudanças de estratégias a partir da repressão imposta no terreno (MACHADO, 2003).

Portanto, as territorialidades desenvolvidas pelas atividades ilícitas mostram a ligação que estas possuem com as atividades legais, a começar pelo conjunto de múltiplas formas de construção e apropriação do espaço social, sua interação com elementos como o poder e interesses econômicos. O intercâmbio entre diferentes dispositivos e estratégias territoriais, seja na ordem mais objetiva da funcionalidade, na ordem simbólica ou entre diferentes escalas espaço-temporais, apresenta a similaridade desses mercados na expansão do capitalismo globalizado (HAESBAERT, 2002).

Apesar de móveis, relativamente fluídas (sic), descentralizadas e espacialmente fragmentadas, trata-se de organizações territorialmente articuladas, com estratégias territoriais montadas em torno de territórios-rede, mas que também conjugam com outras formas de organizações territoriais, como a dos Estado-nações, espaços locais ou redes globais (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 68).

Para Santos (2000), a violência criada pelas atividades ilícitas no interior dos Estados-nações são violências funcionais derivadas da violência estrutural a qual se tem dado menos atenção. Esta é a base da produção das outras, constituindo-se na violência central original, sendo que acaba por condenar apenas as violências periféricas particulares. A violência estrutural é proveniente das manifestações em conjunto do dinheiro, da competitividade e da potência em estado puro, que, associadas, criam novos totalitarismos maiores do que a globalização. Nesse sentido, instala-se um sistema de perversidade total e não mais isolado, uma ação hegemônica sem responsabilidade, sem ordem, gerando o fim da ética e da política e o início de uma desordem.

As redes nas atividades criminosas têm partilhado de uma nova conotação no crime global, pois têm afetado profundamente a economia no âmbito nacional e internacional, a política, a segurança e a sociedade em geral. As articulações no território sejam elas horizontais ou verticais, são necessárias para garantir o funcionamento e o êxito em cada etapa da atividade, desde sua fabricação até a distribuição no mercado consumidor. O reconhecimento do território é imprescindível, pois é nele que a mercadoria e as informações circularão. Assim, o domínio desse espaço, seja ele físico e também social, favorece a

flexibilidade da atividade e diminuição dos riscos de apreensão da mercadoria. O conhecimento do lugar/espaço, o território, as relações de poder e as territorialidades são os elementos geográficos na análise das redes ilegais (GEMELLI; SOUZA, 2012).

Os lucros obtidos pelas atividades ilegais são aplicados nos mais diversos fins. Além de serem injetados novamente na produção e comercialização, tanto no meio legal como ilegal (laboratórios, agronegócio, aviação, transporte, casas de câmbio, etc.), também são investidos em áreas de prestígio e influência em nível local (campos de futebol, postos de saúde, escolas) e regional (estações locais de TV, abertura e manutenção de estradas, clubes de futebol). Outra forma de inserção é a de transformar os grandes traficantes e contrabandistas em homens de negócios comuns (compra de hotéis, imobiliárias, shoppings, construtoras, revendedoras de automóveis, etc.) (MACHADO, 2003). Assim, o dinheiro e essas pessoas circulam livremente nas atividades legais, ganhando fama de “bons” elementos, e fazendo que a maioria da população tome-os como sujeitos importantes para o desenvolvimento, não observando o revés das suas atividades como propulsoras dos grandes males para a sociedade como um todo.

Nesse contexto entra a fronteira, e o consumo nessas áreas torna-se um tema complexo. Quando os indivíduos se deslocam de um país a outro na busca de mercadorias, eles estão condicionando uma característica própria a essas áreas, pois vivências diversas e os acontecimentos nestes territórios marcam a especificidade da fronteira. Nesse sentido, o próprio território acaba sendo alterado, ganhando características peculiares, pelo envolvimento de mais países com culturas diferenciadas e economias distintas. Hoje o capital torna-se o parâmetro universal das atividades e relações desenvolvidas pela sociedade e nações.

O Oeste Paranaense, por estar em área de fronteira com o Paraguai, entra na discussão do consumo desenfreado pela lógica capitalista, sendo um ponto privilegiado para o consumo de mercadorias no país vizinho, pois este se encontra isento de impostos. A diferença significativa de valor tem favorecido o comércio ilegal e o contrabando de mercadorias por meio do Lago de Itaipu que faz a fronteira natural entre Paraná (Brasil)-Paraguai. As apreensões constantes nos noticiários da região não têm sido novidades. Além disso, as pessoas que habitam os municípios lindeiros tem sido constantemente expostas ao perigo de viver em uma área de fronteira, pois existe um grande fluxo de pessoas e mercadorias. Para Vanderlinde (2009), no caso do Lago de Itaipu, a fronteira-obstáculo se diluiu, transformou-se em fronteira de tensão e trouxe medo para quem morava na antiga fronteira. A região tem sido palco de uma criminalidade significativa, pelo contrabando de

mercadorias, o tráfico de drogas e armas, tornando as áreas de fronteiras espaços dotados de diversas complexidades.

Segundo Polon (2011), a desconformidade para as compras de produtos agrícolas no Paraguai encontra-se nas diferenças significativas do valor em relação ao Brasil. O fluxo de brasileiros no Paraguai não ocorre pelo fato de que os produtos desse país sejam melhores que o do Brasil, mas pela facilidade com que se pode nele obter mercadorias, pois são inúmeras as opções disponíveis para a compra, sendo que os preços são muito inferiores ao do Brasil. Assim, este tem sido um dos fatores que tem levado muitos brasileiros ao Paraguai, buscando comprar produtos a preços menores, embora nem sempre de qualidade.

Algumas condições que têm colaborado com o contrabando na faixa de fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai é a grande extensão do Lago de Itaipu que tem dificultado a fiscalização policial, facilitando as atividades ilegais que criam territorialidades sobre esse espaço, condicionados por uma relação temporal com identidades distintas, resultando em uma fronteira conhecida no presente como espaço da ilegalidade, o “território dos contrabandistas” (GEMELLI; SOUZA, 2012).

A facilidade de compras no país vizinho abre pretexto para a aquisição de mercadorias que no Brasil são consideradas ilegais, gerando práticas ilícitas, que autuadas em lei são consideradas como contrabando e descaminho¹⁰. Existem dois lados nesta questão: no primeiro, a criminalidade que deriva da facilidade de comprar produtos no Paraguai, e no segundo, a necessidade que muitas pessoas sentem em trabalhar e não encontram alternativas, revendendo estes produtos, mesmo que seja de forma ilegal.

Portanto, a Geografia atual precisa lidar com a complexidade dos múltiplos territórios, no qual os Estados, organismos e organizações internacionais (i)lícitas se superpõem, pois o controle espacial encontra-se marcado por múltiplas escalas de poder e de identidades. Uma realidade multiterritorial que busca traduzir novas concepções, em que o hibridismo, ou seja, o glocal (global e local), aparece para metaforizar a ordem existente, de maneira quase que inteiramente interconectados (HAESBAERT, 2002).

A partir dessa dimensão multiterritorial, pode-se estabelecer que as contradições encontradas no sistema econômico, político e social vigente mostram que os territórios não são simplesmente coisas, mas acima de tudo confirmam as relações sociais e de poder que se

¹⁰ O crime de contrabando ocorre quando o agente transporta e comercializa ilegalmente mercadorias proibidas por lei no país, consideradas ilícitas. É um crime de ordem penal e tributária inafiançável de produtos proibidos. Já o delito de descaminho é a importação ou exportação de mercadorias permitidas em lei, porém, sem que o agente recolha os impostos devidos ou que os produtos sejam submetidos aos trâmites burocráticos nas fronteiras ou aeroportos. É um crime que tem características tributárias e pode ser sanado com o pagamento ou recolhimento do imposto.

fazem por meio deles. “Fica evidente então que o espaço mundial sob a nova des-ordem é um emaranhado de zonas, redes e aglomerados de exclusão, espaços hegemônicos e contra-hegemônicos que se cruzam de forma complexa na face da Terra” (HAESBERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 134). Uma des-ordem mundial em que diferentes territorialidades se manifestam, em constantes tensões de agentes que buscam afirmá-la por meio de uma configuração territorial complexificada, no qual multiterritorialidades se enraízam com formas variadas e interconectam-se com o local, o regional-nacional, o regional-internacional, o próprio nacional e o global. Para Santos (2000, p. 81), com a globalização “[...] todo e qualquer pedaço da superfície da terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história”.

Assim, o mundo contemporâneo, em suas complexas relações, não pode ser apenas observado pelo campo econômico ou cultural. O capital financeiro global desconhece fronteiras nacionais, e devido à sua descentralização ignora as barreiras alfandegárias. Apresenta-se como um universo de elementos flutuantes e de signos voláteis, que se dinamizam em múltiplas esferas, no qual o global e o local podem ser uma via para a compreensão da dinâmica contemporânea, pois estão interligados, funcionando em escalas muito pequenas e chegando ao nível mundial. “O paradoxo está em, apesar de aparentemente antagônicos, cada um deles gerar os movimentos e as transformações do outro” (DUARTE, 1998, p. 34).

3.3 MAPEAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO

A problemática que envolve a ilegalidade na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai ao entorno do lago de Itaipu, pode ser considerada recente no que tange a repressão a esses ilícitos. Em menos de uma década, esse mercado fronteiriço já realizou inúmeras transações ilícitas no mercado brasileiro. Em 2007, a *Folha do Estado de São Paulo* publicava que o contrabando estava criando uma rota alternativa, o Lago de Itaipu (Costa Oeste do Paraná), a partir do momento que havia sido criado a Aduana 100% em Foz do Iguaçu, aumentando o efetivo da Polícia Federal (PF). Essas quadrilhas organizadas estariam cooptando proprietários rurais para guardar em seus galpões as mercadorias, pescadores e trabalhadores temporários para o serviço de transporte e armazenamento do contrabando paraguaio. A migração de Foz do Iguaçu para o Lago de Itaipu foi facilitada pela falta de estrutura da PF na região do lago e pela melhoria das condições rodoviárias do Paraguai, que asfaltou a ligação

entre Ciudad del Este e Salto del Guairá, viabilizando o transporte das mercadorias no Lago de Itaipu. Entre os produtos enviados, estão o cigarro como o principal das quadrilhas, mas também os agrotóxicos, armas, munições, produtos eletrônicos e pneus.

No que concerne à entrada de agrotóxicos contrabandeados na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, o Paraná tem se destacado entre os principais que fazem a utilização das mercadorias nas lavouras do estado (GRÁFICO 2). Estes produtos oriundos do Paraguai, China e Índia, com fábricas de “fundo de quintal”, têm ganhado o mercado brasileiro e vêm crescendo nos últimos anos. Com embalagens em espanhol, preços abaixo do mercado brasileiro, sacos plásticos ou metalizados em caixas de papel cartão com peso das embalagens de 10 a 200 gramas, são de fácil identificação. Os meios de transporte mais utilizados são caminhões, ônibus de excursões, automóveis, via fluvial e aérea, utilizando-se de notas fiscais falsificadas ou mesmo sem nenhum documento de identificação (ROS, 2005).

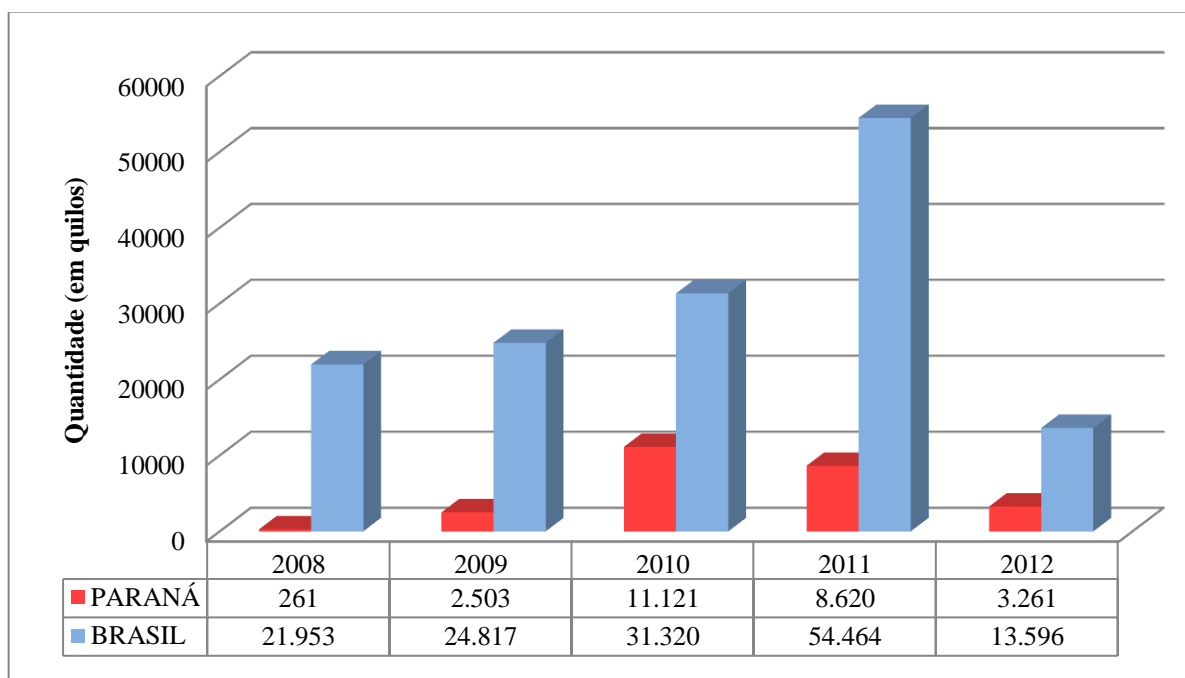


GRÁFICO 2. Apreensão de agrotóxicos contrabandeados

Fonte: SINDAG, 2013.

O mesmo relatório do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG, 2013) apresenta que o Paraná sempre esteve no ranking dos principais estados brasileiros em apreensões de contrabando de agrotóxicos. Em 2007 ficou em quarto lugar; em 2008, 2009, 2011 e 2012 em terceiro lugar, e em 2010 alcançou o primeiro lugar no ranking. Outro fator preocupante quanto ao aumento do consumo de produtos ilegais no

Brasil refere-se à marca que o país conquistou desde o ano de 2008, quando tornou-se líder mundial em consumo de agrotóxicos, aumentando o uso entre o decênio 2000 a 2010 em 190%, enquanto que a média mundial foi de 90% (GRÁFICO 3).

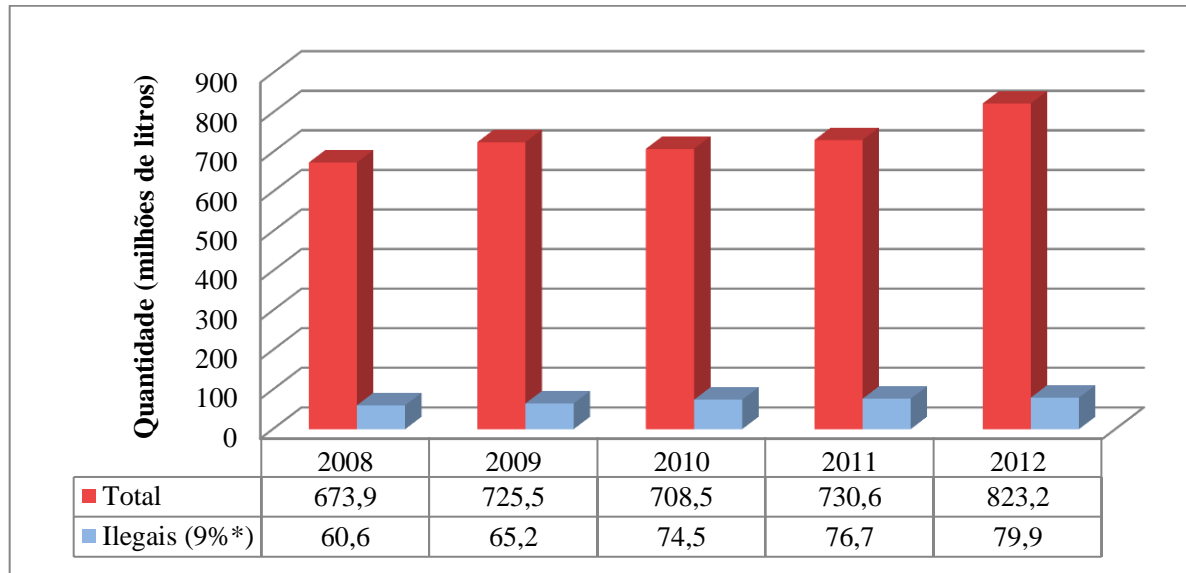
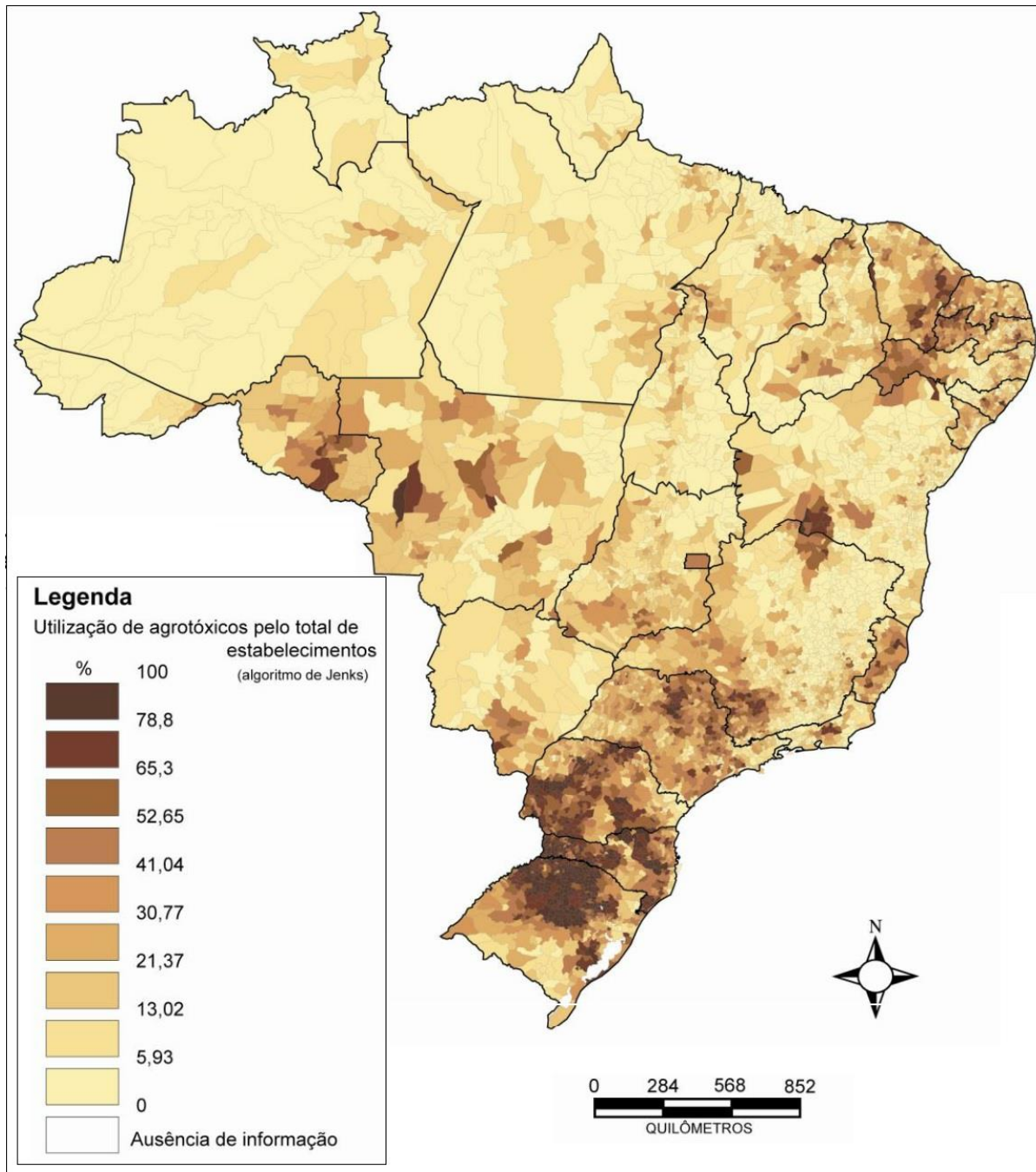


GRÁFICO 3. Total do consumo de agrotóxicos e ilícitos no Brasil

Fonte: ABRASCO, 2012; SINDAG, 2013.

Quanto à utilização dos agrotóxicos no Brasil, pode-se verificar que o estado do Paraná é o terceiro maior consumidor (14,3%). Os maiores números encontram-se nos estados do Mato Grosso e São Paulo, que possuem as maiores áreas monocultoras. A perspectiva é que a utilização dos agrotóxicos irá aumentar, pois as projeções indicam que nos próximos dez anos a produção de commodities para exportação irá se elevar, demandando a utilização de produtos químicos e, conseqüentemente, aprofundando o problema já constatado atualmente (AUGUSTO et al., 2012).

No MAPA 4 pode-se observar a concentração de agrotóxicos utilizados no estado do Paraná e nas lavouras do país. Esse fato deve-se principalmente a produção de soja, que ocupa o primeiro lugar em vendas de agrotóxicos, sendo 47% no Brasil (BOMBARDI, 2011).



MAPA 4. Brasil: utilização de agrotóxicos por municípios (2006)

Fonte: Bombardi (2011).

No GRÁFICO 4 pode-se constatar a partir dos dados coletados, o aumento na região Oeste do Paraná de consumo de agrotóxicos, em comparação ao restante do estado e do país. Esse consumo pode estar ligado à facilidade na aquisição de mercadorias na fronteira, aumentando indiscriminadamente o uso na região.

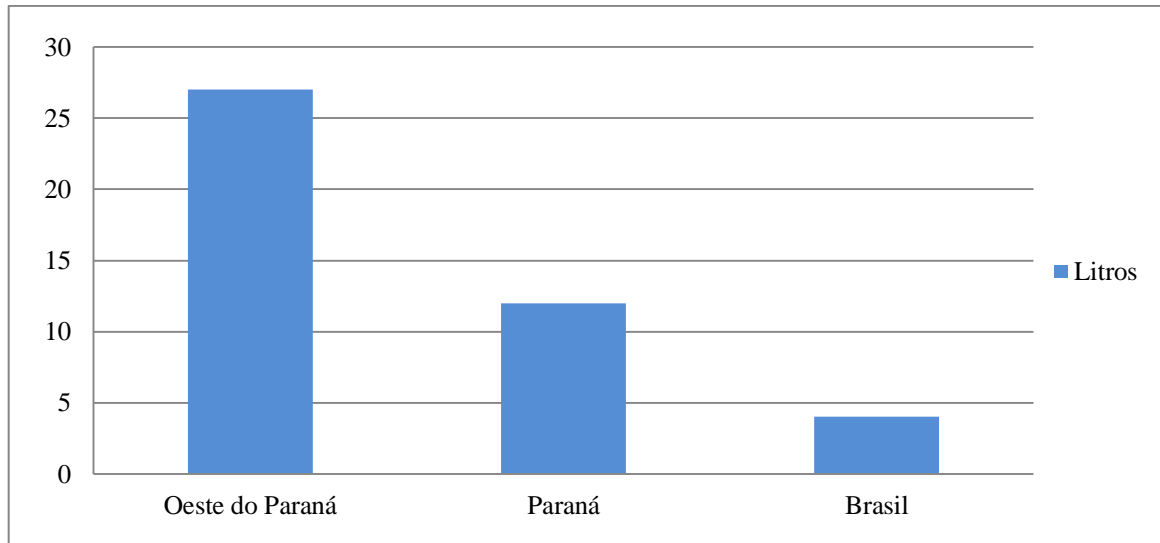


GRÁFICO 4. Média do consumo de agrotóxicos por hectare/litros (2010)

Fonte: Jornal *O Paraná*, 2011.

Para o mapeamento da rota de contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, realizou-se o levantamento de informações em fontes oficiais como o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG), a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), estudos convergidos à temática da pesquisa (PRYTOLUK, 2011; DORFMAN; REKOWSKY, 2011) e dados obtidos através da imprensa jornalística entre os anos de 2010 a 2012. A metodologia utilizada no objeto de estudo conjuga análise quantitativa e qualitativa, sendo que a coleta das reportagens foram realizadas nos sites dos respectivos jornais, nas páginas de busca por assunto, procurando informações através das palavras-chave contrabando-agrotóxicos e contrabando-Paraná. Optou-se por realizar a análise do material publicado eletronicamente, reduzindo os custos da pesquisa, além de ser um veículo de acesso mundial, tornando-se fácil o acesso ao levantamento dos dados.

Pinto (2000) trata sobre as fontes midiáticas, apontando que essas podem ser de instituições sociais, grupos e pessoas, remetendo posições e relações sociais voltados a interesses ou pontos de vista em um quadro espaço-temporal demarcado. Para o pesquisador, o jornalismo procura publicar matérias que sejam de interesse público, sendo que as fontes são organizadas como porta-vozes de instituições e procuram dar publicidade e visibilidade às matérias que lhe interessam. Sousa (2002) também trabalha com essa linha e trata as notícias como meios que selecionam determinadas ocorrências, ideias e temáticas através de um discurso, atribuindo sentido, democratizando o acesso a essas informações e tornando seu consumo habitual. Para ele, a comunicação jornalística,

[...] é um elemento importante na organização da vida quotidiana. De alguma forma, as notícias, (...) proporcionam pontos de vista sobre a realidade, possibilitam gratificações sobre o seu consumo, podem gerar conhecimento e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas que quotidianamente os cidadãos enfrentam (p. 119).

Lage (2003) trata sobre a confiabilidade das fontes, sendo que, de acordo com as suas categoriais, pode-se elencá-las em mais ou menos confiáveis, utilizando um critério de classificação. Assim, quando as fontes forem oficiais, ou seja, mantidas pelo Estado ou por instituições que representam algum poder do Estados, são vistas como as mais confiáveis e, portanto, esses dados são em sua maioria tomados como verdadeiros.

Os jornais selecionados para a pesquisa foram escolhidos de acordo com a sua abrangência. *O Presente*, de Marechal Cândido Rondon-PR e *Gazeta do Iguçu*, de Foz do Iguçu-PR, são jornais de circulação local que se encontram em municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, estando em contato direto com a entrada de mercadorias oriundas do país vizinho; *Jornal do Oeste*, de Toledo-PR e *O Paraná*, de Cascavel-PR, são jornais que se encontram na fronteira Oeste Paranaense e que possuem circulação regional; *Gazeta do Povo*, de Curitiba-PR, é um jornal de ampla circulação em nível estadual; e *Folha de São Paulo*, de São Paulo-SP, que se encontra entre os jornais de maior circulação no país. A busca totalizou 75 matérias, fornecendo diversos elementos que nos ajudam a entender a fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai sob a ótica do contrabando de agrotóxicos, mostrando como esta tem se reproduzido na faixa de fronteira e como essas redes influenciam na reprodução econômica, social e política do país.

O período verificado na pesquisa data os anos de 2010, 2011 e 2012; alguns jornais só forneciam reportagens referentes aos dois últimos anos, no entanto, os outros deram a contribuição necessária à complementação das informações para o objeto dessa investigação.

A metodologia utilizada para a exposição das informações obedece à ordem cronológica dos fatos, agrupando-os por ano e dividindo-os em dois grupos: o primeiro com informações sobre as apreensões de contrabandos e o segundo com políticas voltadas à prevenção do uso de agrotóxicos ilegais e o racionamento do uso desses defensivos nas práticas agrícolas.

Assim, inicia-se o resultado expondo as apreensões de contrabando no ano de 2010, que, segundo informações do Jornal *O Presente*, por fontes obtidas pela PF de Guaíra, haviam sido recolhidos entre janeiro a outubro no país, 24 toneladas de agrotóxicos ilegais. Menciona-se que no mesmo período do ano anterior haviam sido apreendidos 20,79 toneladas do produto. A operação da PF denominada “Dose Única” desarticulou uma quadrilha

especializada no contrabando e comercialização ilegal de agrotóxicos. Mandados de prisão foram expedidos para Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Maringá e na região de Luiz Eduardo Magalhães-BA. Os produtos em sua maioria foram apreendidos na fronteira Oeste Paranaense, sendo que a organização criminosa entrava com o produto no país através da fronteira com o Paraguai e transportava-o escondido em meio à cargas lícitas, ou então em embalagens que indicavam se tratar de outro produto. As mercadorias mais apreendidas foram o ácido sulfúrico, o hidróxido de sódio sólido e aquoso. Esses produtos ilegais foram enviados à Brasília e destruídos em lugares específicos, pela sua alta contaminação e poder de explosão.

Algumas notícias de destaque no ano de 2010 abrangeram apreensões nas cidades de Guaíra e Cascavel com cargas de 600kg e 3 toneladas, respectivamente. Esses agrotóxicos estavam escondidos em uma mudança, com destino a diversas regiões do estado do Paraná e à cidade de Luiz Eduardo Magalhães-BA. Conforme relato do delegado da PF, três vezes ao ano são realizadas as Operações sem Fronteira que, administrada por Brasília, busca ações de fiscalização de agrotóxicos em Foz do Iguaçu e Guaíra.

Outra notícia para encerrar 2010 foi a propaganda em rede nacional pelo programa televisivo “Fantástico” da Rede Globo, no dia 28 de fevereiro, que flagrou o contrabando de agrotóxicos nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e o Uruguai. Na reportagem, tem-se detalhes da compra e do uso desses produtos por brasileiros. No Paraguai, em Ciudad del Este, os vendedores fazem propaganda de que seu produto rende quatro vezes a mais que o produto similar vendido no Brasil. Porém, nada garante que os agricultores sigam as instruções das empresas que têm autorização para fabricar e vender no Brasil. Assim, se utilizarem uma concentração maior, com certeza irá fazer mal para a cultura, meio ambiente, ao trabalhador e para quem consumir o produto final.

Na mesma reportagem, em entrevista com um agricultor que vive no interior do estado do Rio Grande do Sul, este apontou que conhece os perigos do produto clandestino, mas que o compra porque este chega a ter o preço dez vezes menor que o brasileiro. Quando fazem a aplicação com esses produtos, não nasce capim durante um ano, os peixes e pássaros ficam diferentes, matando tudo.

A sequência da reportagem apresenta como é fácil adquirir a mercadoria no Brasil via Ciudad del Este. Em um escritório comercial de um fabricante paraguaio, mas que o representante é brasileiro, ele afirma que algumas pessoas podem levar tais produtos a grandes distâncias. Um dos funcionários da Receita Federal entrevistado aponta que a quantidade que o Paraguai importa desses produtos, principalmente de países asiáticos, seria o

suficiente para aplicar de 5 a 6 vezes em todo o território paraguaio. Isto deixa claro que o produto importado tem o objetivo, na realidade, de atender ao mercado brasileiro.

Segundo a legislação brasileira, grande quantidade de defensivos agrícolas só podem ser transportados em veículos sinalizados, sendo que o motorista precisa ter curso específico para tal serviço. Já essas mercadorias passam por testes e precisam ser registradas em três ministérios para serem vendidas legalmente: Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, situação que não ocorre com o produto contrabandeado. Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), são realizadas avaliações para verificar desde uma simples reação alérgica ocular até efeitos mais graves que perduram por anos. Um teste efetivado pela PF com um produto ilegal apontou que este deveria combater insetos, mas, na verdade, descobriu-se que o conteúdo do veneno era para fungos. Isso mostra que a população pode estar consumindo alimentos com resíduos, expostas a um maior nível de agrotóxicos, resultando que até o agricultor vai ter prejuízo econômico por não estar matando a praga que ele deseja.

No ano de 2011 foram significativas as apreensões de contrabando de agrotóxicos no estado do Paraná. Segundo o levantamento realizado, foram diversas as cidades com apreensões: São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu (IMAGEM 1), Iporã, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Cascavel, Guaíra e Palotina. As mercadorias foram encontrados em diversos lugares, desde automóvel, caminhão (misturados a fertilizantes legais com placas dos veículos de São Paulo e Paraná), até linhas de ônibus intermunicipais, residência urbana, propriedade rural e porto clandestino. Quanto à quantidade de material apreendido, este variou bastante, passando por quantidades mínimas de 3kg, 39kg, 54kg e 65 kg, a medidas relevantes de 200, 300, 350, 400 kg e 1 tonelada. Nas reportagens foi possível observar que algumas pessoas que foram presas com as mercadorias eram reincidentes, já tinham passagem pela polícia com o mesmo tipo de crime, assim como havia policial militar praticando o delito. Quanto ao destino destas mercadorias, pouca informação se tem a respeito, sendo que em apenas um dos relatos mencionou-se o estado da Bahia. Entre as mercadorias temos os seguintes nomes: Metsulfuron 60% e Imidacloprid 700 WP. Algumas das apreensões foram realizadas por Operações como a Fronteira Sul, realizada pela 15ª Brigada de Infantaria Motorizada de Cascavel, e as operações da PF como a Marco 334 e Ágata II. Ambas merecem atenção pois objetivam a desarticulação de organizações criminosas na faixa de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Além das apreensões de mercadorias, essas operações também realizam mandados de busca e apreensão, prisão preventiva, sequestros de bens e de contas bancárias. Por exemplo, a Operação Ágata II somou um total de R\$ 3 milhões de apreensões, estando incluso nesse valor a quantia de 510 kg de agrotóxicos apreendidos. Nesta operação foram

instaladas quatro bases no Paraná abrangendo as cidades de Foz do Iguaçu, Guaíra, Santa Helena e Capanema, onde, além dos postos fixos são montadas barreiras nas rodovias, pontes, terminais rodoviários, portos clandestinos e demais pontos usados como rotas de ilícitos. Os órgãos estatais que integram as operações são o Exército, a Aeronáutica, a Marinha, o IBAMA, a PF, Polícia Civil, Rodoviária Federal e Militar, a Guarda Municipal e a Receita Federal. E para aumentar o poder de fiscalização, no ano em questão o governador do estado do Paraná anunciava a criação do Batalhão de Fronteira, instalado no município de Marechal Cândido Rondon.



IMAGEM 1. Apreensão em Foz do Iguaçu de herbicidas ilegais de origem paraguaia
Fonte: Jornal *O Presente* (24/10/2011).

Entre as operações realizadas no ano de 2011 pelos órgãos brasileiros de defesa, a que teve maior repercussão, articulada pelos jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de São Paulo*, em diversos momentos do correspondente ano, foi a Operação Láparos realizada pela PF. Relacionada a apreensão e o contrabando em suas mais variadas formas, buscou combater quadrilhas especializadas em transportar mercadorias ilegais do Paraguai ao Brasil, com a conivência de policiais na região de fronteira. Segundo o jornal *Gazeta do Povo*, de 17 de novembro, “[...] foi a maior ação da história para prender policiais no Brasil”. No período da operação foram apreendidos 6,5 toneladas de agrotóxicos entre as mercadorias de grande valor, o cumprimento de 78 mandados de prisão, estando entre eles 31 policiais paranaenses,

além de 222 pessoas que foram presas em flagrante. Segundo as investigações, os produtos eram transportados do Paraguai para o Brasil via Lago de Itaipu, sendo colocados em caminhões e automóveis que estavam em nomes de laranjas para serem vendidos em outros estados. Os policiais envolvidos com as quadrilhas liberavam os veículos fora e durante o horário do expediente, repassando informações sobre eventuais ações da PF, recebendo propina por mês ou ganhando por carga liberada. Esses policiais atuavam em rodovias, estradas rurais e vias secundárias da região oeste, noroeste e norte do Paraná. Trinta e oito cidades do Paraná foram alvos das investigações, mas envolveu também mandados nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia e Mato Grosso. No Paraná, os mandados foram expedidos para Guaíra, Cascavel, Maringá, Londrina e Foz do Iguaçu. No Paraná, a operação foi desencadeada nos seguintes municípios: Guaíra, Terra Roxa, Francisco Alves, Iporã, Mercedes, Vera Cruz do Oeste, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Tuneiras do Oeste, Icaraíma, Cafezal do Sul, Tapejara, Douradina, Ivaté, Londrina, Lidianópolis, Faxinal, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Missal, Medianeira, Matelândia, Maringá, Doutor Camargo, Terra Boa, Santa Fé, Astorga, Cianorte, Paiçandu, Cascavel, Assis Chateaubriand, Corbélia, Formosa do Oeste, Tupãssi, Toledo, Ubiratã, Marechal Cândido Rondon e Ouro Verde do Oeste.

Outra matéria publicada na *Folha de São Paulo*, de 17 de junho de 2011, abordava que no ano de 2010 a apreensão de agrotóxicos ilegais nos estados do sul do Brasil havia aumentado 137% em relação ao ano anterior. Havia sido R\$ 4,3 milhões em mercadorias no ano de 2010 e R\$ 1,8 milhão em 2009, de acordo com a Receita Federal. Um dos motivos do aumento seria a safra recorde registrada em 2010 e a queda na cotação do dólar. Segundo as informações, esta mercadoria ilegal é originária da China e entra no Brasil via Paraguai, fronteira com Paraná-BR e Mato Grosso do Sul-BR, e/ou Uruguai na fronteira com o estado do Rio Grande do Sul-BR. Entre os produtos, os mais visados são aqueles utilizados em lavouras de trigo.

Diversas reportagens apresentaram a fronteira como território da ilegalidade. No jornal *Gazeta do Povo*, de 09 de outubro de 2011, foi emitida uma matéria mostrando que o contrabando no Lago de Itaipu encontra 3.000 brechas de passagem usadas por pelo menos vinte quadrilhas de traficantes e contrabandistas, segundo mapeamento da Delegacia Especial da Polícia Marítima (DEPOM) e da PF nos últimos cinco anos. A cada 450 metros em média, há um ponto – clareira, picada ou trilha – da represa, utilizado para o envio de produtos ilegais do Paraguai para o Brasil (IMAGEM 2). Esse é o cenário dos 1.350 quilômetros de ambas as margens do Lago de Itaipu na fronteira Oeste do Paraná, entre Foz do Iguaçu e Guaíra. Outro

problema enfrentado pelas forças de segurança são os informantes numerosos e ágeis das redes criminosas. Diariamente são aproximadamente 500 pessoas que encontram-se envolvidas na movimentação de contrabando e tráfico na barranca do rio Paraná, inclusive crianças e adolescentes. São barqueiros, carregadores, olheiros, informantes. Alguns se espalham em áreas de até um quilômetro nas margens do rio Paraná para informar, via rádio ou telefone celular, aos integrantes da quadrilha, sobre os passos dos agentes da PF e da Receita Federal, bem como ter acesso às conversas de policiais e auditores, provavelmente porque invadem suas frequências de rádio. Em contrapartida, a segurança nacional conta com 7 servidores da Receita Federal na área de fronteira que abrange o Lago de Itaipu e no máximo 150 policiais (PF, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Guarda Municipal) destacados para as operações. Estima-se que para patrulhar toda a extensão do Lago de Itaipu – 170 quilômetros em linha reta - seriam necessários 200 agentes.



IMAGEM 2. Mata ciliar e Lago de Itaipu dificultam a fiscalização às margens da fronteira Oeste Paranaense que faz divisa com o Paraguai

Fonte: *Jornal Gazeta do Povo* (09/10/2011).

Finalizando o ano de 2011, a última reportagem relevante à pesquisa intitula-se “Oeste fecha cerco ao contrabando de agrotóxicos”, publicada pelo *O Paraná*, em 29 de outubro. Nela, reforçava-se que a Ponte da Amizade e o lago de Itaipu são os principais canais utilizados pelos contrabandistas, sendo que o volume de apreensões de agrotóxicos tem

aumentado no Oeste Paranaense. Segundo dados da assessoria de imprensa da Receita Federal, em 2010 o total apreendido na região somou 14.232 quilos de agrotóxicos, e nos primeiros nove meses de 2011 já totalizavam 16.732 quilos. No entanto, segundo o jornal, o número de apreensões feitas todos os anos é irrisória diante da atual realidade, pois é cada vez maior o número de insumos contrabandeados do Paraguai e utilizados nas lavouras da fronteira oeste e em todo o território nacional.

O ano de 2012 houve inúmeras reportagens sobre o contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. Municípios de Terra Roxa, Cascavel, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu foram alvos de apreensões. Com pesos diferenciados, como 329kg, 400kg (IMAGEM 3) e 1,2 toneladas de agrotóxicos contrabandeados, os veículos com placas de São Paulo e Mato Grosso tinham rotas como a de Capitão Leônidas Marques (região de fronteira) e o interior do Paraná, onde seriam ofertados aos agricultores. Na ficha dos infratores constatou-se novamente a reincidência das práticas. Entre o inseticidas apreendidos estão o Serpa 700, Invictus 700, Neonicotinoide, Fipronil 80, Imidacloprid 70 e WP, Clorimuron 75, Methomyl 90, Clethodim 24, Metsulfuron 60%, Master 800, Fichen 80, Ceprid 70, Acetamiprid WP Serpa 700 e Gamaextra 75 WP Glymax, sendo em algumas reportagens mencionados a origem dos produtos, a China.



IMAGEM 3. Saveiro com placas de Cuiabá é apreendida em Cascavel com 400 kg de agrotóxicos ilegais

Fonte: *Jornal O Presente* (02/02/2012).

No mês de julho deste mesmo ano (2012), 4 policiais federais foram presos em Guaíra sob suspeita de facilitar o contrabando de mercadorias na fronteira com o Paraguai. Estes cobravam propina para deixar passar as mercadorias ilegais e aplicavam os recursos em apartamentos, construções na região de Guaíra, franquias no Paraguai e contas bancárias em nome de laranjas com movimentação anual de R\$ 3 milhões.

A operação da PF, intitulada “Boa Safra”, teve o objetivo de combater o contrabando de agrotóxicos trazidos do Paraguai, e culminou na apreensão de mais de 1,2 toneladas do produto de origem chinesa, mandados de prisão e de busca e apreensão nas regiões de Boa Esperança, no Noroeste do Paraná, e Foz do Iguaçu. A Operação Ágata 5 também foi realizada em 2012, envolvendo repressão a crimes transnacionais no país, especialmente drogas e contrabando nas regiões limítrofes com Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Envolveu aproximadamente 4 mil quilômetros de extensão, desde o Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul, colocando cerca de 10 mil integrantes das Forças Armadas e órgãos de segurança na fiscalização da fronteira. Fica claro na reportagem por depoimentos de integrantes da PF que fechar a fronteira não é a missão principal, pois encontrar criminosos que entram no país através do Lago de Itaipu em barcos pequenos é como achar uma agulha no palheiro.

Dados levantados pelo jornal *O Paraná* de 16 de setembro de 2012, com informações da PF, apontavam que 20 quadrilhas dominam atualmente a região limdeira de Itaipu. Estes mantêm 150 portos clandestinos à margem esquerda do rio Paraná, entre os municípios de Guaíra, Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste, até chegar a Foz do Iguaçu. Esses grupos se intensificam com rapidez e facilidade, sendo observado através das novas clareiras que aparecem todas as semanas no meio da mata que margeia os rios. Diariamente são mais de mil pessoas que trabalham para essas quadrilhas, recebendo salários mensais de R\$ 2,5 mil até R\$ 50 mil. O esquema é difícil de ser derrubado, pois existem agentes públicos envolvidos e a lei muitas vezes dá brechas dificultando o trabalho. A maior concentração dessas quadrilhas encontram-se em localidades do interior de Guaíra – Bela Vista, Salamanca e Oliveira Castro, mas é em Pato Bragado que ocorre um número elevado de pessoas sustentadas pela ilegalidade.

Os ganhos são muito lucrativos. Um veículo de passeio com 40 caixas de cigarro, por exemplo, pode lucrar cerca de R\$ 5 mil. Já um caminhão com um único carregamento ultrapassa os R\$ 50 mil reais. Isso é o que alegam os próprios contrabandistas no momento que são pegos pela PF. Caso ocorra a apreensão, eles já têm um advogado de plantão disponibilizado pelo chefe, que paga a fiança para que possam sair. Essa é a realidade que

vem sendo chamada de “oxigênio da criminalidade” pela PF. E o cigarro tem sido a porta de entrada para todos os outros tipos de crime e ilegalidade na fronteira.

Essa ilicitude tem gerado reflexos na sociedade da fronteira Oeste Paranaense, pois tem mostrado que ser contrabandista rende status, pois estão acima da lei, podem andar com carros de luxo adquiridos em financiamentos que não são pagos, atrasar impostos, rodar em alta velocidade e mesmo andar com veículos roubados ou clonados. Assim, as próprias crianças estão sonhando em ser criminosas quando adultas. Esse discurso pode ser presenciado dentro das escolas e ruas, reflexo nos próprios lares pelos exemplos dos pais e familiares, que com pouco trabalho e armas podem ganhar muito dinheiro e uma vida fácil sem obstáculos.

Uma das matérias publicadas no jornal *Gazeta do Iguçu*, em 02 de janeiro de 2012, refere-se à atuação do Exército paraguaio contra contrabandistas no Lago de Itaipu, a partir do momento que estes estavam utilizando uma área de preservação ambiental da Itaipu Binacional do lado paraguaio, como base para enviar contrabando ao Brasil. O grupo especial do Exército paraguaio, acompanhado de autoridades judiciais e representantes da direção jurídica da Itaipu, desmantelou a estrutura da ilegalidade, apreendendo 24 embarcações de grande porte, além de armas e pessoas.

Notícia alarmante mostrando o envolvimento da ilegalidade com a legalidade na área de fronteira foi a veiculada pelo jornal *O Paraná*, de 18 de novembro de 2012. Segundo a reportagem, o Primeiro Comando da Capital (PCC) estaria protegendo policiais da região. Com células na fronteira e no Paraguai, eles poderiam “proteger” no Oeste Paranaense possíveis represálias a policiais militares. Boa parte do ciclo econômico e da cadeia produtiva partem da região oeste para todo o país e têm envolvimento direto ou facilitação de agentes públicos para que essas mercadorias cheguem ao seu destino final.

Os jornais *Gazeta do Povo* e *O Paraná* também difundiram uma matéria preocupante, mostrando a influência das atividades ilegais sobre a população jovem. Intitulada “Escolas na fronteira perdem alunos para o contrabando e o narcotráfico”, de 13 de agosto, e “Meninos abandonam escola para serem reis do contrabando”, de 17 de junho de 2012, o crime organizado na fronteira está preparando as novas gerações fomentadas pela inversão de valores. Os alunos estariam deixando a sala de aula para se dedicar a ilicitude, ou conciliando ambos e propagando nas escolas sobre o sonho de ser os novos reis do contrabando na região da fronteira Brasil com o Paraguai. Já começam nesse trabalho a partir dos 12-13 anos, seguindo os passos da família, amigos ou vizinhos. Recebem salários que podem chegar até a R\$ 4 mil. Aos 14-15 anos compram carros, namoram as meninas mais

populares. É a realidade vivida por pequenas cidades lindeiras ao Lago de Itaipu por onde passam todas as semanas o contrabando, tráfico e o descaminho gerenciados por 20 quadrilhas que comandam mais de 150 pontos clandestinos. Devido às constantes ameaças muitos prefeitos se calam. Aos poucos a nova geração do crime ganha força, pois com salários elevados, esses jovens têm um destaque em seu meio social, e do outro lado, o menino que vai à escola é um rejeitado. Assim, ocorre uma triste inversão de valores geralmente apoiada pela família. Os registros revelam que logo esses jovens migram para o tráfico de drogas e armas e têm uma média de vida que dificilmente ultrapassa 18 a 20 anos.

Existem diversos “postos de trabalho” que os alunos evadidos do ambiente escolar assumem no trabalho do contrabando. Eles podem ser olheiros nos portos clandestinos, transportar caixas com mercadorias contrabandeadas nas margens do lago de Itaipu para depósitos ilegais e hotéis, ou servem de “mula” para levar droga de cidades fronteiriças para outros destinos. Seu contato com os traficantes e contrabandistas envolve uma rede de confiança com pessoas já conhecidas, incluindo parentes e amigos, conforme cita o professor sociólogo Eric Cardin, da UNIOESTE-PR, na reportagem. Segundo ele, o dinheiro ganho é utilizado em parte para o sustento da casa e o restante para comprar roupas de marcas ou frequentar bares e boates.

Outra reportagem no *Jornal Gazeta do Povo*, de 13 de agosto de 2012, trouxe informações importantes sobre a evasão escolar nos municípios da fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. Em quatro escolas, a taxa de abandono escolar no ensino médio é mais alto que a média brasileira, que é 9,5%. Em sete deles, o índice supera a média paranaense de 7,9% conforme o Inep de 2011. As crianças e adolescentes que mais deixam a sala de aula são de Guaíra, Terra Roxa, Diamante do Oeste e Ramilândia (IMAGEM 4). O Conselho Tutelar, responsável pelo contato com a família, relata que muitas vezes não há colaboração, falta de estrutura e, em alguns casos, os próprios pais são usuários de droga. Uma pedagoga de Foz do Iguaçu relata que muitos abandonam os estudos porque precisam trabalhar para ajudar no sustento da casa, ou para suprir as necessidades que são criadas pela sociedade, ou seja, aquisição de tênis, roupas de marca, óculos e relógios de valor.

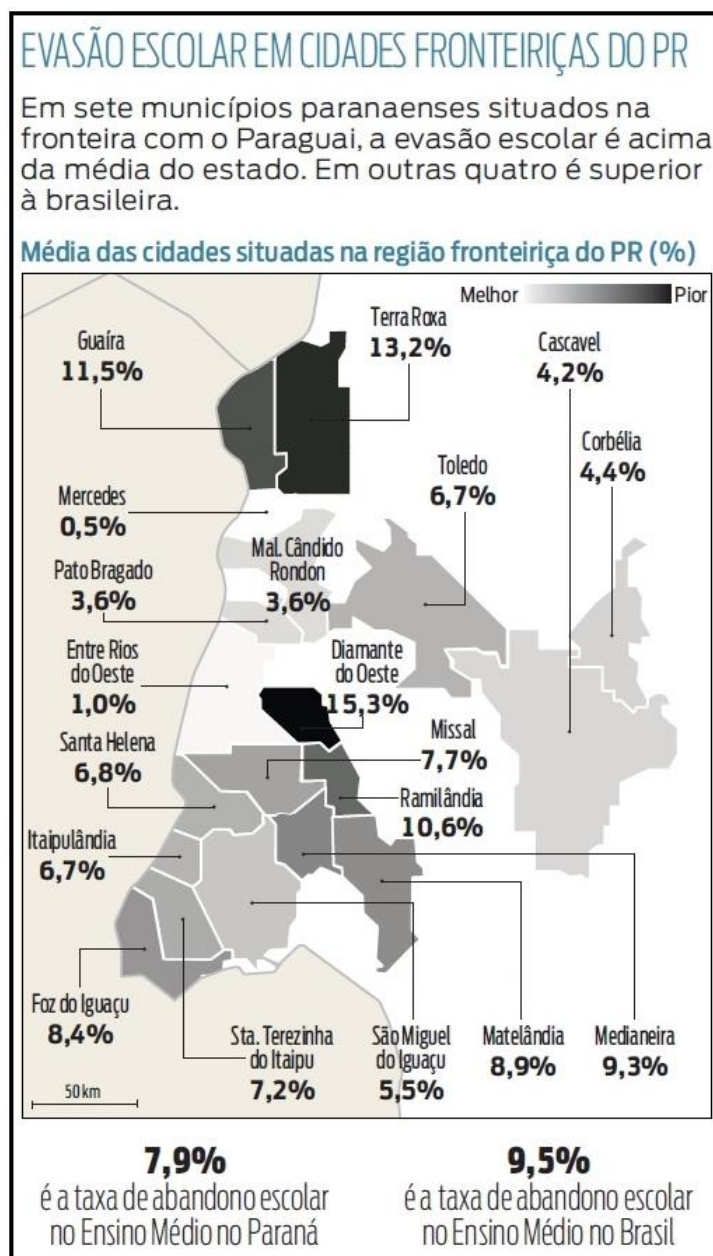


IMAGEM 4. Alunos estão deixando as escolas para tornar-se reis do contrabando

Fonte: Jornal *Gazeta do Povo* (13/08/2012).

Nota-se que alguns municípios estão abaixo da média estadual. Um dos fatores para esse resultado, está condicionado a população total desses municípios ser baixa (5 a 10 mil habitantes), no qual a maioria das famílias se conhecem, o que facilita a atuação dos órgãos fiscalizadores como o Conselho Tutelar e a Escola, viabilizando para que casos como estes não ocorram. Mas também, é fato que muitos adolescentes trabalham à noite no contrabando, mas estudam durante o período diurno, o que acaba por não configurar nos dados apresentados na imagem acima.

Nessa mesma reportagem, o delegado da Receita Federal de Cascavel analisa que dois anos seriam o prazo para que o contrabando acabasse na região, se medidas emergenciais fossem adotadas pelo governo, pois o ciclo econômico do crime se renova em média a cada 48 meses. Nestas medidas estariam incluídas a vontade e investimentos, sendo uma das alternativas o aumento em cinco vezes do número de efetivos da Receita Federal, PF e Rodoviária Federal em todas as unidades da região – Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra. O aumento em investimentos em tecnologia para monitorar toda a fronteira também seria indispensável. Segundo o delegado, as operações esporádicas e pontuais não bastam, é preciso que profissionais fiquem o tempo todo na fronteira e saibam como agir, é preciso que as pessoas estejam preparadas e não se envolvam com a criminalidade.

A mesma reportagem entrevistou um contrabandista não identificado, que relata seu dia a dia na fronteira. Segundo ele, ele sai da fronteira pelo menos uma vez por semana com um carro cheio de mercadorias ilegais. Não possui carteira e atravessa o país sem nunca ter sido pego. Ele tem dia e hora para viajar em um caminho trilhado por acordos com agentes públicos, e onde não existe acordo, percorre estradas de chão. O carro utilizado não é seu, é de seu patrão, sendo que os veículos não são quentes e não costumam voltar, ficando no destino junto com a mercadorias. Muitos desses carros são preparados com dispositivos eletrônicos que dificultam a ação da polícia. Eles são adaptados na região e dão a impressão que nos painéis e laterais não existe nada, mas que, na verdade, estão cheios de drogas e eletrônicos. Ele nunca foi preso, e sabe que se um dia acontecer nem precisa se preocupar, pois terá um advogado de plantão pronto para pagar a fiança. O senhor de 30 anos é pai de dois filhos e tem receio de que eles se percam para a criminalidade, mas sabe que não pode cobrá-los pois eles têm o exemplo do próprio pai. O salário recebido ele não menciona, no entanto este possui formação em uma das áreas onde mais faltam profissionais, sendo que os salários desse cargo chegam a R\$ 10 mil, e diz que não deixaria a vida da criminalidade, pois dificilmente ganharia o que recebe com esse trabalho.

Outra matéria que aborda o assunto, trata da criminalidade na fronteira, que acaba por refletir em todo o país. O jornal *O Paraná*, de 29 de julho de 2012, aborda o envolvimento de agentes públicos, principalmente policiais, na facilitação ou envolvimento direto com os principais crimes praticados na fronteira. A região de Guaíra é considerada a maior porta de entrada de contrabando e descaminho do país, e a falta de estrutura física e humana tem piorado esse quadro. Ações estariam tramitando no Ministério Público Federal para que seja ampliado de maneira significativa o número de policiais federais em Guaíra. O Procurador da República que ajuizou o pedido, Robson Martins, mostra que não resta dúvida

de que o governo federal precisa olhar com atenção a fronteira paranaense com o Paraguai, e assim poderá reduzir de forma considerável a expressiva criminalidade em todo o país. Ele faz a seguinte afirmação: “Garanto que isso trará um reflexo iminente em todo o restante do Brasil, porque sabemos que por aqui entram as drogas, as armas, o contrabando; é onde a criminalidade encontra, com facilidade, as brechas para agir” (Jornal *O PARANÁ*, 2012).

Na mesma reportagem, a equipe do jornal relata que conheceu, junto com a PF, um dos portos clandestinos de carregamento e descarregamento do contrabando (IMAGEM 5). Ele é construído de forma simples, com a derrubada de algumas árvores nativas, de modo que não impeçam as estradas secundárias. Após alguns dias, ele é abandonado e procura-se outro local para fazer a mesma coisa. Quase todos os quadrilheiros andam armados, comprando com facilidade armas e munições no Paraguai. Esses grupos estão cada vez mais ousados e violentos devido aos alvejamentos que realizam frequentemente nas embarcações oficiais, fato que culminou na aquisição de uma lancha blindada para a PF de Guaíra.



IMAGEM 5. Portos clandestinos criados nas margens do Lago de Itaipu na fronteira Oeste Paranaense para a entrada de mercadorias ilegais provenientes do Paraguai

Fonte: Jornal *O Paraná* (29/07/2012).

Uma das notícias mais chocantes mas que mostram a realidade da fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, veiculada pelo jornal *O Paraná*, em 16 de setembro de 2012, aponta que a rota do contrabando movimenta mais de R\$ 4 bilhões por ano, dados estes só com o tabaco.

Na fronteira, são mais de 1,35 milhões de caixas de cigarros que atravessam ilegalmente todos os meses o lago de Itaipu. Em média, um barco ou lancha cruza o rio à noite em menos de 2 minutos, todas vindas do Paraguai ao Brasil, e atracam em um dos mais de 150 portos clandestinos espalhados pela encosta. São pelo menos 300 dessas embarcações que cruzam o rio todas as noites, oriundas de 67 fábricas paraguaias. Essas rotas são usadas para crimes maiores, pois se aproveita para levar armamentos e drogas que abastecem o mercado criminoso nacional.

O transporte utilizado para a distribuição das mercadorias inclui diversos aeroportos clandestinos nas cidades da fronteira; a maioria em propriedades rurais bem estruturadas, com tecnologia avançada e mansões de luxo, que utilizam torres de comando com bastante capacidade para operá-las. Na maioria dos casos, esses aeroportos estão a serviço do PCC (Primeiro Comando da Capital) que tem se enraizado na fronteira, com células em Salto Del Guairá, Pedro Juan Caballero e núcleos em algumas pequenas cidades do oeste. Eles usam a chamada Rota Caipira, cruzando o interior do Paraná e São Paulo até chegar aos grandes centros, se espalhando por todo o Brasil.

Em investigação realizada pela polícia, esta identificou qual a rota utilizada por esses grupos. São pilotos experientes que utilizam um monomotor sempre do mesmo modelo, que voa abaixo da linha do radar e dificulta a fiscalização. A primeira parada ocorre na região norte, em Nova Londrina e Loanda, onde se encontram as bases de apoio bem estruturadas. Daí distribui-se as mercadorias que seguem via rodovia, com caminhões, carros de passeio e no chamado contrabando “formiguinha”, em quantidades que dificilmente rendam flagrante ao motorista.

Notícia do jornal *O Paraná*, de 14 de outubro de 2012, coloca de fato a problemática relacionada ao desenvolvimento da fronteira, pois o contrabando estaria dificultando a consolidação do turismo da região. Especialmente o da pesca, conforme aponta consultora do SEBRAE, que não vem ocorrendo devido à criminalidade estar tomando conta desse espaço. Nas praias ao longo do lago isso não acontece pela presença significativa de pessoas, mas sobre o lago essa dificuldade está sendo visível, travando as potencialidades da região. As pessoas que se hospedam em Guaíra nos hotéis, por exemplo, não vêm para visitar a cidade, mas sim para fazer compras no país vizinho, e o que se vê no final da tarde são centenas de caixas chegando, com o objetivo de leva-las para as mais diversas regiões e destinos específicos.

Outra informação ligada ao desenvolvimento da região mostra que o contrabando tem roubado a mão-de-obra industrial, e as empresas estão tendo dificuldades em contratar

trabalhadores. No *O Paraná*, de 28 de outubro de 2012, muitas empresas se fixaram nas cidades lindeiras, porém boa parte dos profissionais acaba migrando para o contrabando e descaminho, o que garante salários altos e exige poucas horas diárias de trabalho, dificultando a ampliação desses mercados, e fazendo que muitas empresas tenham problemas para se firmar e mesmo se manter.

Nesta mesma data, após seis meses do jornal *O Paraná* ter realizado uma reportagem sobre a criminalidade na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, este jornal publicou que nada mudou, pois um dos pontos mais críticos do contrabando, descaminho e entrada de drogas e armas na fronteira, localizado na região de Oliveira Castro, Salamanca e Bela Vista no município de Guaíra, ainda continua na ilegalidade. Percorreram a mesma rota e observaram que os caminhos secundários, as estradas rurais e as clareiras no meio do mato, estão abertas e com sinais/rastros visíveis (IMAGEM 6). À noite, a movimentação das lanchas no rio persiste e boa parte das casas ao entorno serve de depósitos. Um dos pontos que está sendo usado para a travessia tem sido a própria ponte Ayrton Senna entre Mundo Novo-MS e Guaíra-PR, pois segundo informações de um morador é mínima a fiscalização, ou se está facilitando, tornando o trabalho desses agentes mais rápido e fácil.

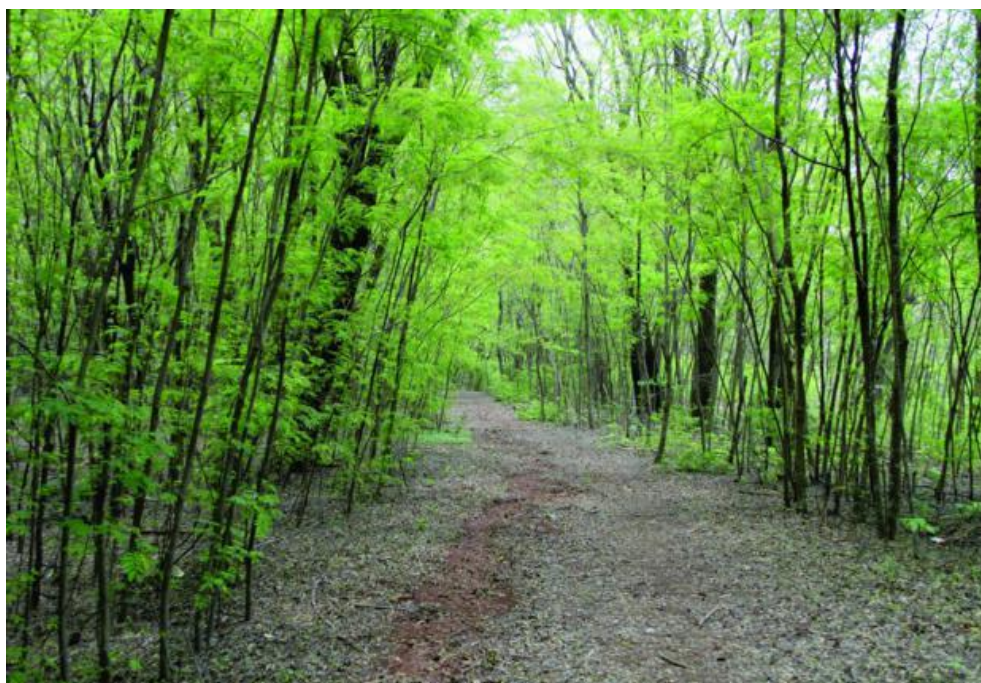


IMAGEM 6. Clareiras abertas na mata ciliar às margens do Lago de Itaipu para a passagem de mercadorias contrabandeadas

Fonte: Jornal *O Paraná* (28/10/2012).

Para concluir, vale ressaltar a matéria publicada em 17 de janeiro de 2013, no *Gazeta do Iguçu*, que se refere aos anos elencados nessa pesquisa. Declarou o grande volume de apreensões de mercadorias na região da Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina) realizadas pela Receita Federal de Foz do Iguçu, que tem abrangência em toda a região Oeste Paranaense. Totalizou a cifra de R\$ 214 milhões em 2012, sendo que R\$ 51 milhões seriam correspondentes a produtos como cigarros, agrotóxicos, pilhas, baterias, CD falsificados; produtos que não são repassados, mas sim destruídos. Já o *Jornal do Oeste*, em 28 de janeiro de 2013, mostrou que a Receita Federal apreendeu no país R\$ 2 bilhões de reais em mercadorias e veículos no ano de 2012, 36,5% acima do ano anterior e um recorde histórico, resultado do controle aduaneiro em aeroportos, portos, fronteiras, centros logísticos e de distribuição de remessas postais em todo o país. Segundo informações, o crescimento do volume de bens apreendidos se deve à maior fiscalização, mas também ao crescimento das tentativas de envio irregular de mercadorias.

Analisando as matérias que tratam sobre medidas preventivas ao excesso de agrotóxicos em áreas agrícolas no Brasil, bem como o uso e repressão aos produtos ilegais, em 2010 a própria PF realizou, nos momentos das apreensões, a veiculação dessas informações na mídia, conscientizando sobre o uso de agrotóxicos irregular como causadores de problemas na agricultura.

Segundo as informações analisadas, a PF relata que sobre os agrotóxicos ilegais não se tem conhecimento científico sobre o seu funcionamento, não se sabe qual o alvo desejado para controle, seja ele de pragas, doenças ou plantas daninhas, podendo causar dano à cultura atual bem como à subsequente, por motivo residual do solo e pela incerteza do princípio ativo e sua concentração.

No ano de 2011, com um maior volume de apreensões, o número de reportagens sobre a prevenção também ocorreu na mesma medida, objetivando uma significativa visibilidade e preocupação dos órgãos públicos ao controle dos níveis de agrotóxicos em alimentos. Um dos artigos do jornal *O Presente*, de 14 de setembro de 2011, refere-se ao Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), que tem como finalidade regular e fiscalizar o uso dessas substâncias na produção de alimentos, pois elas podem ser nocivos à saúde. Através da coleta de amostras de alimentos em todo o estado e análise em laboratório, foi possível verificar os níveis químicos utilizados. Na mesma medida, os comércios são fiscalizados através da documentação que ateste a origem do produto, e os alimentos hortifrutigranjeiros são o foco principal das fiscalizações, pois estes são os que têm apresentado maiores índices de intoxicações por agrotóxicos. No caso de

comprovação da existência de resíduos em níveis elevados ou substâncias proibidas pela ANVISA nas amostras, o produtor é notificado pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, e os produtos são retirados imediatamente do mercado.

Um das reportagens do jornal *O Presente*, de 24 de março de 2011, refere-se ao aumento da fiscalização contra o uso irregular de agrotóxicos. Pioneiro no Brasil, o estado do Paraná criou um Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos do Estado do Paraná (SIAGRO), on-line, por meio do qual os profissionais precisam encaminhar os receituários agrônômicos para a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB). O objetivo é manter um controle do uso racional de agrotóxicos para evitar aplicação desnecessária e riscos à saúde pública. Através do sistema é possível observar irregularidades, tais como o volume do produto que não condiz com a área, receitas de uma cultura que não é da época, e também reunir dados sobre o volume de agrotóxicos utilizados em cada município para um maior controle. Além disso, o próprio programa, no momento de preencher o receituário, oferece a indicação instantânea da permissividade do produto, o que garante uma segurança a mais para o profissional.

Em 2011 também foi aprovado o Projeto de Lei 2.691, do ano de 1997, que proíbe a produção, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação e exportação de agrotóxicos, cujo princípio ativo seja organofosforado ou methamidophos. O *Jornal do Oeste*, de 12 de agosto de 2011, mostrou que esses compostos orgânicos contêm fósforo em sua fórmula, utilizado principalmente nas culturas de amendoim, tabaco, pimenta e trigo, e a discussão sobre o produto começou com a suspeita de ser a causa da morte de trabalhadores rurais por hemorragias e suicídios. O exemplo mais conhecido de agrotóxico com o princípio ativo methamidophos é o Tamaron, que seria usado em larga escala na Região Sul em lavouras de fumo. A pesquisa indica que o produto estaria associado ao elevado índice de suicídio na cidade de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. Estudos experimentais e relatos de casos teriam demonstrado que várias funções cerebrais superiores podem ser afetadas pelos organofosforados. O produto já é proibido no Reino Unido e na China.

No mesmo ano, ocorreu a Conferência Regional sobre Segurança Alimentar em Cascavel-PR, organizado pela Secretaria Estadual de Assuntos da Família e Desenvolvimento Social, com a Unioeste. Publicado no *O Paraná*, de 23 de setembro de 2011, o evento teve como foco o uso de agrotóxicos e segurança alimentar, pois a monocultura aliada ao excesso de químicos, tem sido a causa de problemas alimentares enfrentados pelas famílias da região oeste. No mesmo eixo, o jornal *O Paraná* publicou uma matéria, no final de 2011,

anunciando que em 2012 o Ministério da Agricultura voltaria ao oeste para a realização de uma megaoperação nas propriedades rurais ao combate de agrotóxicos ilegais, pois esta é uma região crítica e operações como essas são necessárias.

Outra reportagem que foca o uso de agrotóxicos foi efetuada pelo jornal *O Paraná*, em 23 de junho de 2011, a partir de informações extraídas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Revelou que o Oeste do Paraná é a região em que o produtor mais consome agrotóxicos por hectare ao ano, totalizando 27 quilos. Mas segundo o chefe do escritório regional da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de Cascavel, há uma explicação técnica que justifica o uso. O aumento médio da soja na região seria a resposta, pois apresentou uma média de 3.586 quilos por hectare, enquanto que a média estadual foi de 3.390 quilos. Outro fator corresponde à área plantada, que na região superou os 500.000 hectares, sendo a justificativa para a quantidade aplicada. Para Jovir Esser, economista do Departamento de Economia Rural da SEAB, “[...] não há como produzir bem e mais sem a aplicação de agrotóxicos e a cultura de orgânicos demanda de mão de obra, o que é cada vez mais difícil encontrar” (Jornal *O PARANÁ*, 2012). No Paraná a média de agrotóxicos despejados por hectare ao ano é de 12 quilos, e no Oeste Paranaense 27 quilos, correspondendo respectivamente, a três e seis vezes acima da média nacional que é de 4 quilos hectare/ano.

Em 2012, a matéria no *Jornal do Oeste*, de 29 de julho, informou que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) aumentou a fiscalização dos agrotóxicos no Brasil. Em 2011 foram 1.202 inspeções em produtos e estabelecimentos que fabricam, formulam e manipulam agroquímicos ou que testam a sua eficácia. Para 2012 a meta era de 1.482 ações. A fiscalização é importante, pois nos últimos anos foram observados aumento no uso de pesticidas e conseqüentemente maior necessidade de qualificá-los. A inspeção é dividida entre a união, os estados e os municípios. Cabem ao Ministério da Agricultura, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e à ANVISA vistoriar as indústrias de produção, importação e exportação de agrotóxicos, cabendo aos estados a fiscalização do comércio e o uso correto da mercadoria pelo produtor.

Uma reportagem publicada anteriormente, em 28 de abril de 2012, pelo *Jornal do Oeste*, vem ao encontro das exigências da anterior, com a publicação de que o excesso de agrotóxicos nas lavouras do país tem preocupado especialistas. Essas substâncias têm se tornado um problema para os trabalhadores rurais e consumidores. Estudo realizado pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), em parceria com outras instituições, lançou durante o Congresso Mundial de Nutrição no Rio de Janeiro um

dossiê que reúne diversos estudos sobre o tema, no qual pesquisas indicam que o uso dos agrotóxicos ocorre no país de forma descontrolada.

O Brasil reforça o papel de maior consumidor mundial de agrotóxicos e nós, que fazemos pesquisas relacionadas ao tema, vemos que o movimento político é para liberalizar o uso. A ideia desse dossiê é alertar a sociedade sobre os impactos do consumo massivo, sistematizando o que já existe de conhecimento científico acumulado (ABRASCO, 2012).

Um dos estudos foi realizado pelo médico e doutor em toxicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Vanderlei Pignatti. Ele conduziu análises ambientais e examinou a urina e o sangue de professores e moradores das áreas rurais e urbanas das cidades de Lucas do Rio Verde e Campo Verde, em Mato Grosso, municípios que estão entre os principais produtores de grãos do estado. Observaram resíduos de vários tipos de agrotóxicos na água consumida pelos alunos e professores, na chuva, no ar e até nos animais. Além disso, essas substâncias foram encontradas no sangue e na urina das pessoas, bem como no leite materno de 62 mulheres que estavam amamentando. A poluição ambiental é elevada, pois não são respeitados os limites legais para a pulverização dos agrotóxicos. Vanderlei Pignatti lembrou que diversas pesquisas também indicam aumento na incidência de doenças como má formação genética, câncer e problemas respiratórios, especialmente em crianças com menos de cinco anos de idade.

No âmbito da segurança na fronteira, no dia 27 de junho de 2012, o *Jornal do Oeste* publicou artigo sobre a instalação no município de Marechal Cândido Rondon do Batalhão de Fronteira, com o objetivo de combater o crime organizado na região, uma das metas para a segurança na região de fronteira. O efeito esperado é que a criminalidade diminua consideravelmente não apenas nos 139 municípios que compõe o raio da fronteira, mas que os resultados possam refletir em todo o Paraná e até mesmo em outros estados. A missão é combater o crime organizado do contrabando, tráfico de drogas, armas, descaminho e todos os ilícitos que ultrapassem as fronteiras dos países vizinhos para o estado do Paraná.

Outra reportagem referente à segurança foi a veiculada pelo jornal *O Paraná*, de 25 de agosto de 2012, ressaltando a Conferência Nacional de Fronteiras que havia sido realizada em Foz do Iguaçu. O secretário estadual de Segurança Pública anunciava que a região da fronteira receberia um núcleo de inteligência exclusivo, contando com uma agência de Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico, que seria responsável pelo georreferenciamento e pelas estatísticas oficiais da criminalidade, auxiliando os trabalhos do

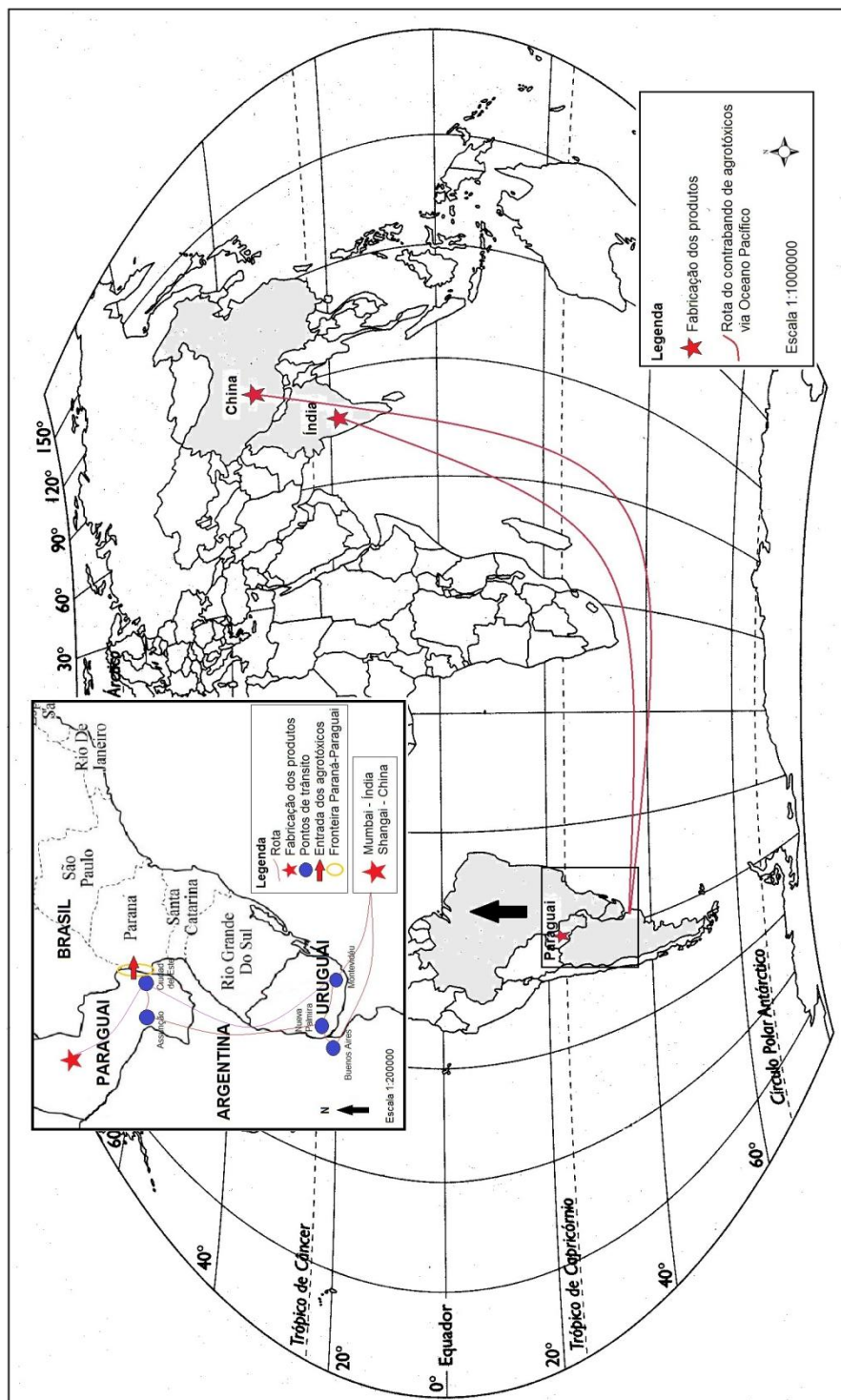
Batalhão da Polícia de Fronteira, responsável pelo patrulhamento em mais de 130 municípios na faixa de fronteira. O objetivo é melhorar o policiamento e impedir os crimes cometidos na fronteira, como contrabando, tráfico de armas e drogas, exportação ilegal, roubo e furto de veículos, imigração ilegal de pessoas, crimes ambientais e desmatamento. Em setembro do mesmo ano, o jornal *O Paraná* anunciava que o estado do Paraná firmou convênio no valor de R\$ 20 milhões com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para fiscalizar a fronteira com ações no enfrentamento da criminalidade, prevendo o fortalecimento e a presença dos órgãos em municípios da fronteira, sendo de forma direta em Umuarama, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Santa Helena, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guaíra, Cascavel e Barracão, e indiretamente nos demais municípios.

Uma das reportagens publicadas no final de 2012 no jornal *Gazeta do Iguaçu*, de 16 de outubro de 2012, procurava questionar o uso de aeronaves na pulverização das plantações. Sua base de sustentação encontrava-se amparada em uma tese defendida no ano de 2009, apresentado que apenas 1% do produto pulverizado por avião é absorvido na lavoura, sendo que o restante se dissipa pelo ar, água e solo. O artigo enfocou que na própria Câmara dos Deputados encontra-se em tramitação um Projeto de Lei que proíbe a pulverização aérea com venenos. Além disso, relatou-se que a agricultura brasileira faz uso de 22 produtos químicos (venenos) que já se encontram proibidos na União Europeia e nos Estados Unidos, sendo que a pulverização aérea no primeiro encontra-se banida. Segundo o redator, os agrotóxicos foram desenvolvidos na Primeira e Segunda Guerra Mundial como arma química, criados para matar pessoas. Com o fim das guerras, resolveram utilizar essas tecnologias em defensivos agrícolas. O primeiro veneno fabricado em 1874 foi o DDT, e Paul Muller recebeu o prêmio Nobel de Química em 1948 por descobrir suas propriedades. Consequentemente após constatar que o mesmo é cancerígeno e cumulativo no organismo, seu composto foi proibido.

Assim, encerra-se o levantamento das principais informações jornalísticas entre os anos de 2010 à 2012 referentes ao uso, comercialização de agrotóxicos ilegais e medidas preventivas, para em seguida, apontarmos algumas conclusões dessas leituras.

3.4 A ROTA DO CONTRABANDO DE AGROTÓXICOS NA FRONTEIRA PARANÁ (BRASIL)-PARAGUAI

A partir das informações coletadas na proposta inicial em referências bibliográficas (PRYTOLUK, 2011; DORFMAN; REKOWSKY, 2011), fontes oficiais (SINDAG, 2013; ANDAV, 2013) e fontes jornalísticas, podem-se mapear, segundo uma condição metodológica, as rotas do contrabando de agrotóxicos desde sua fabricação até seu destino final, de acordo com o MAPA 5.



MAPA 5. Rota do contrabando de agrotóxicos até a fronteira Paraná (Brasil)–Paraguai
Elaborado pela autora.

Conclui-se que os agrotóxicos ilegais que ingressam ao mercado brasileiro através da fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai têm sua origem e fabricação nos países asiáticos Índia e China, assim como no vizinho Paraguai. Chegam à América via Oceano Pacífico e são introduzidos no continente pela capital Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina). Remetidos a Nueva Palmira (Uruguai), seguem para o interior do continente em Assunção e Ciudad del Leste (Paraguai), a partir do qual são inseridas no mercado brasileiro via fronteira em estudo.

No MAPA 6 pode-se analisar a entrada do contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai e os principais destinos no mercado brasileiro. Visualiza-se que os estados que tem feito uso desses pesticidas, encontram-se entre aqueles de destaque na produção de culturas temporárias como a soja, assim como alguns destes estavam incluídos em programas de colonização do governo federal através das novas fronteiras agrícolas, incentivando o uso massivo da tecnociência no campo.



MAPA 6. Destino do contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai

Elaborado pela autora.

Souza (2002) faz um comparativo das territorialidades do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e que aqui podem ser consideradas similares ao nosso objeto de estudo. O tráfico de drogas encontra-se contrastando com outras organizações mafiosas e o jogo do bicho, assim como ocorre na territorialização do contrabando de agrotóxicos, que se encontra atrelado a outros grupos que trabalham com diversos tipos de contrabando e descaminho, como o cigarro, eletrônicos, narcotráfico, tráfico de armas, disseminados pela malha territorial que se inicia no Paraguai, ou que muitas vezes está fora desse país, e que se transfere pelo espaço transfronteiriço com o Brasil, possuindo redes por todo o território. Algumas vezes esses grupos podem ser amigos, compartilhando das mesmas rotas, ou inimigos, em que não há concordância entre ambos. É uma rede complexa que une nós de um mesmo comando, que se intercalam em um espaço concreto, formando uma malha multiterritorial.

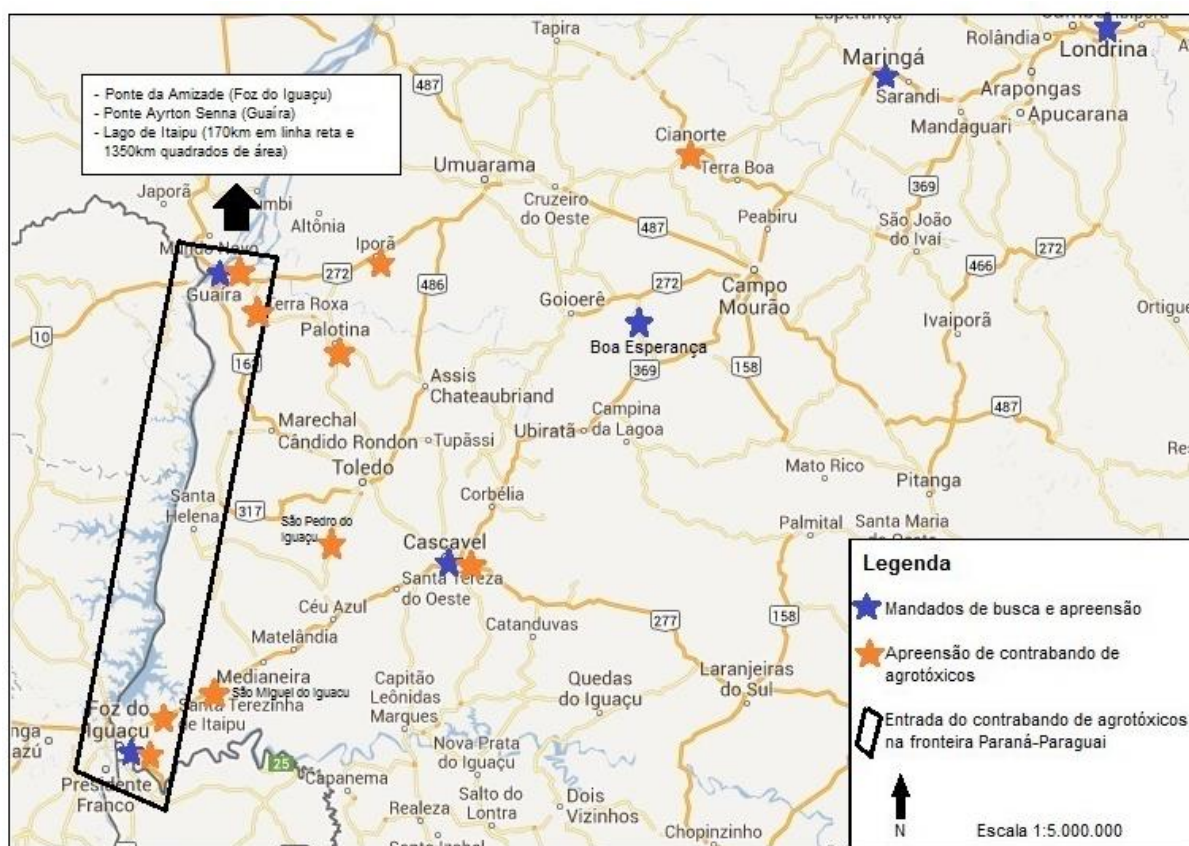
O processo de constituição de redes de organizações criminosas (...) remete à necessidade de se construir uma ponte conceitual entre o território em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial) e a rede (onde não há contiguidade espacial: o que há é, em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos – nós – conectados entre si por segmentos – arcos – que correspondem aos fluxos que interligam, “costuram” os nós – fluxos de bens, pessoas ou informações -, sendo que os arcos podem indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial – p.ex. estradas – que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos) (SOUZA, 2002, p. 93).

Para Machado (2003), ocorre uma associação entre os que exploram o tráfico internacional de droga e os circuitos de contrabando, pois o uso compartilhado dos corredores de importação e exportação das redes diminui os custos com segurança, reduz o risco de apreensão e possibilita a formação de diversos mecanismos para a lavagem de dinheiro.

Font e Rufí (2006) afirmam o lado obscuro da globalização a partir da dimensão perversa. As redes e os espaços de fluxos, a economia informacional e as tecnologias estão sendo utilizados para atividades ilícitas como o contrabando, narcotráfico, terroristas e máfias; o crime organizado que hoje se tornou global. Eles se infiltram na desregulação e fragilidade dos Estados, aproveitando a circulação do capital mundial e se disseminando por todas as redes nas mais diversas escalas.

No MAPA 7, estão demarcados de acordo com os noticiários dos jornais, mandados de busca e apreensão de pessoas envolvidas com as atividades ilegais do objeto de estudo e apreensões de contrabando de agrotóxicos no estado do Paraná realizadas pela polícia local e em Operações de Fronteiras - Plano Estratégico, que preveem uma série de operações integradas entre as Forças Armadas e os órgãos de Segurança Pública Federal, para prevenir e

reprimir ilícitos transnacionais, além da cooperação dos países que fazem fronteira com o Brasil. O objetivo foi o de mapear células no estado do Paraná que se encontram integradas com a territorialidade das redes ilegais.



MAPA 7. Mandados e apreensão de contrabando de agrotóxicos no Paraná (2010-2012)

Elaborado pela autora.

O transporte das mercadorias no interior do Brasil é efetuado com veículos comprados através de financiamentos em nome de laranjas ou empresas fantasmas, sendo pago apenas uma parcela, e o restante fica como prejuízo para as financiadoras. Já os veículos conhecidos como “acelerados”, são os barcos que fazem a travessia do rio Paraná com as mercadorias ilegais. Preparados para essa atividade, os motores usados nestes veículos são retirados de carros e assim ganham agilidade, sendo chamados de “batelões” (barcos rápidos, movidos com motores de veículos a gasolina).

São essas as contradições que o capitalismo tem inserido na economia mundial. A globalização, por não absorver formalmente toda a mão-de-obra disponível faz que o trabalhador, crie alternativas no mercado informal. Transportando e revendendo mercadorias compradas no país vizinho que se encontram a um preço abaixo do mercado formal, utiliza

meios ilícitos para a entrada desses produtos, que por sua vez são barrados na Receita Federal. Porém esse mercado informal também é interessante para a sociedade global, pois é fruto da reprodução do capitalismo contemporâneo e entra na economia formal a partir dessa informalidade.

Santos (1997b) aborda sobre a mundialização do planeta e a unificação da natureza. Com a dispersão do capital, esse se hierarquiza em diferentes escalas, gerando circulação de riquezas e distribuição de mercadorias. Nessa lógica, entra o lugar, como ponto de encontro da dispersão, no qual capital e trabalho se unem na busca de lucro. “Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando” (p. 18-19). Antes a natureza era uma com suas fragmentações, mas agora esta foi unificada pelo homem, em benefício das grandes transnacionais, Estado e classes hegemônicas, tornando-se abstrata através das técnicas, controlando a vida das pessoas e impondo relações. Não pode-se pensar o lugar sem o mundo.

Portanto, reconhecer a realidade concreta e os problemas da nossa época através de sua existência sistêmica são os caminhos que o geógrafo precisa buscar. Estudar o nível regional a partir da divisão territorial do trabalho, observando pela atividade empírica as áreas representativas do novo impulso dado ao aprofundamento do capital no espaço, e interligá-las com o nacional e o global, mostra a visão compreensiva que devemos dar ao objeto de estudo enquanto geógrafos. Assim poderemos conceituar o espaço, em que a análise precede a crítica na elaboração de um discurso eficaz (SANTOS, 1997b).

Pelo simples fato de viver, somos, todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas, também, a aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve a necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam, e as ações de que não podemos escapar (SANTOS, 1997b, p. 92).

Na Tabela 6, pode-se observar as operações anuais dos órgãos de Segurança Pública do Brasil, de acordo com os dados coletados nas reportagens jornalísticas, e os resultados obtidos com essas iniciativas, mostrando que elas são apenas esporádicas e não conseguem “fechar” completamente a fronteira, ou seja, sanar em sua plenitude as atividades ilícitas que diariamente se reproduzem nesses locais.

Tabela 6. Operações da Segurança Pública para reprimir o contrabando de agrotóxicos na Faixa de Fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai

Ano	Operações Federais	Formas de envio	Marca/ Composição dos produtos apreendidos	Quantidade de produtos apreendidos (fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai)	Envolvidos
2010	Dose Única	Cargas lícitas	Ácido sulfúrico Hidróxido de sódio sólido e aquoso	14.232kg	
2011	Fronteira Sul Marco 334 Ágata II Láparos	Cargas lícitas Automóvel Caminhão Ônibus intermunicipal	Metsulfuron 60%, Imidacloprid 700 WP	16.732kg	Reincidentes Policiais
2012	Boa Safra Ágata 5 Pandora	Cargas lícitas	Serpa 700 Invictus 70 Neonicotinoide Fipronil 80 Imidacloprid 70 Clorimuron 75 Methomyl 90 Clethodim 24 Metsulfuron 60% Invictus 700 Imidacloprid WP, Master 800 Fichen 80 Cepid 70 Acetamiprid WP Serpa 700 Gamaextra 75 WP Glymax	Sem informações	Reincidentes Policiais

Elaborado pela autora.

Observando o contrabando atual com os últimos 200 anos, pode-se verificar que o processo continua similar. Flores (2012), ao analisar o contrabando na fronteira meridional do Brasil entre os anos de 1845 a 1889, apontou que muitas vezes este foi realizado por comerciantes regulares em casas de comércio, como meio permanente e consolidado para a importação de produtos estrangeiros, funcionando como uma empresa de forma constante. Em alguns casos existiam dois comércios em cada linha da fronteira, no qual as compras eram realizadas no lado paraguaio e misturavam-se às demais mercadorias no lado brasileiro tornando-as lícitas. Outra forma de passar a mercadoria para os comerciantes que não tinham empresas nos dois países foi a de contratar homens armados que garantiam a travessia e escolta das mercadorias, envolvendo o transporte, descarregamento em lugares escondidos, informantes sobre a orientação da patrulha da fronteira, tornando o custo bem inferior do que se tivessem que regularizar na alfândega. Outro fato relatado foi a corrupção dos empregados

públicos das alfândegas que faziam alianças com os grupos ilegais na hora da passagem e também na fiscalização do comércio regional.

Na Tabela 7 apresenta-se um levantamento das mercadorias apreendidas, observando o seu nome e comparando com o relatório da ANVISA em sua relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos publicada pela Resolução nº 347, de 16 de dezembro de 2002, de forma a analisar se essas mercadorias possuem a mesma composição e são autorizadas dentro das especificações no Brasil. Assunto que será tratado com maior ênfase no quarto capítulo.

Tabela 7. Agrotóxicos apreendidos na faixa de fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai e suas relações com os produtos autorizados no Brasil

Marcas/ Composição	Ingredientes ativos	Classe	Classificação Toxicológica	Agrotóxicos aceitos no Brasil, dentro da regulamentação ANVISA	Grupo químico	Culturas recomendadas
Ácido sulfúrico	_____	_____	_____	Não	_____	_____
Hidróxido de sódio sólido e aquoso	_____	_____	_____	Não	_____	_____
Metsulfuron 60%	Metsulfuron	Herbicida	III	Sim	Sulfonilureia	arroz, aveia preta, cana-de-açúcar, cevada, pastagens, trigo e triticale.
Imidacloprid 700 WP, 70 e WP	Imidacloprido	Inseticida	III	Sim	Neonicotinoide	algodão, arroz, amendoim, aveia, cevada, feijão, milho, trigo, batata e fumo.
Serpa 700	_____	_____	_____	Não	_____	_____
Invictus 70	_____	_____	_____	Não	_____	_____
Neonicotinoide	Neonicotinoide	Inseticida	III	Sim	Neonicotinoide	algodão, café, batata, feijão e trigo.
Fipronil 80	Fipronil	Inseticida	II	Sim	Pirazol	arroz, batata, cana-de-açúcar, milho, soja, feijão e trigo.
Clorimuron 75	Clorimurom	Herbicida	III	Sim	Sulfonilureia	soja
Methomyl 90	Metomil	Inseticida Acaricida	I	Sim	Metilcarbamato	algodão, batata, milho, soja e trigo.
Clethodim 24	Cletodim	Herbicida	II	Sim	Oxima	algodão, batata, café, feijão, fumo, mandioca e soja.
Metsulfuron 60%	Metsulfurom	Herbicida	III	Sim	Sulfonilureia	arroz, aveia, cana-de-açúcar, cevada, e trigo.
Invictus 700	_____	_____	_____	Não	_____	_____
Master 800	Clorimurom	Herbicida	III	Sim	Sulfonilureia	soja
Fichen 80	_____	_____	_____	Não	_____	_____
Ceprid 70	_____	_____	_____	Não	_____	_____
Acetamiprid WP	Acetamiprido	Inseticida	III	Sim	Neonicotinoide	algodão, batata, feijão, café e trigo.
Serpa 700	_____	_____	_____	Não	_____	_____
Gamaextra 75 WP Glymax	Glifosato	Herbicida	IV	Sim	Glicina substituída	café, cana-de-açúcar, milho, soja, trigo, algodão e arroz.

Elaborado pela autora.

Fazendo um comparativo com os dados acima, pode-se verificar quais produtos são mais utilizados e para quais cultivos são aplicados. Para Ross (2005), existe um cronograma que as quadrilhas do contrabando e falsificação de agrotóxicos utilizam para as suas ações, e isso varia de acordo com época de plantio e dos produtos mais visados para aquisição dessas mercadorias (Tabela 8).

Tabela 8. Agrotóxicos mais visados para as culturas temporárias no Brasil; Períodos de comercialização, transporte e aplicação (2005)

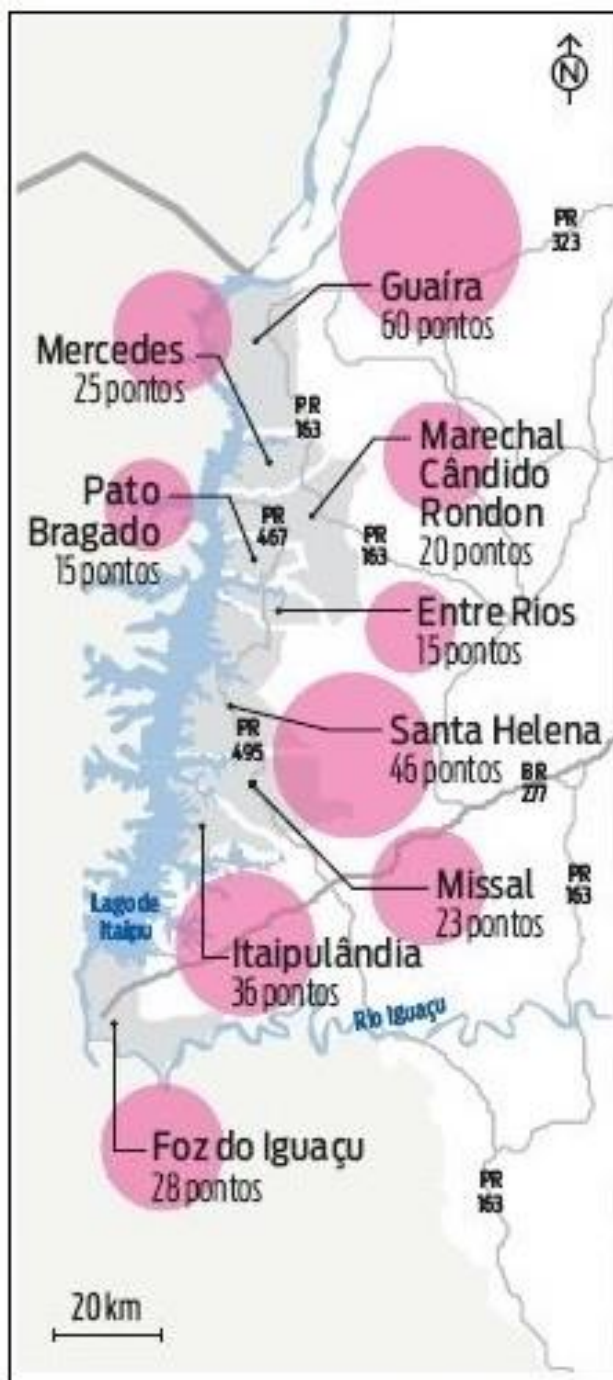
Culturas	Comercialização	Transporte	Aplicação
Soja	Setembro a Outubro	Outubro a 15 de novembro	Novembro a 20 de dezembro
Trigo	Janeiro a fevereiro	Fevereiro a março	Março a abril
Arroz	Outubro a novembro	Outubro a novembro	Novembro a dezembro

Fonte: Ross (2005).

Assim confirma-se através das duas tabelas que, todas as mercadorias apreendidas que se enquadram na legislação brasileira dentro dos princípios ativos das monografias da ANVISA, servem para as culturas de soja, trigo e arroz mencionadas na Tabela 7.

Para Campos e Júnior (2011), a mercadoria globalizada, que se desenvolve na região de fronteira, precisa ter suas rotas delineadas para entendermos o caminho percorrido desde sua produção até a comercialização final. Mesmo assim, com um caminho longo, o produto final possui um preço bem menor do que o nacional, passando da formalidade à informalidade, no qual a noção de ilícito também se torna de difícil apreensão, pois durante seu ciclo ela sofre diversas metamorfoses, e as fronteiras com o mundo ideal da regulamentação do Estado tornam-se tênues e confusas.

No MAPA 8 apresenta-se uma das reportagens do jornal *Gazeta do Povo*, que mostra, como ocorre a passagem das mercadorias ilegais pelo Lago de Itaipu. Segundo mapeamento nos últimos anos da DEPOM e da PF, a cada 500 metros em média, há um ponto – clareira, picada ou trilha - da represa utilizado para o envio de produtos ilegais do Paraguai para o Brasil. Esse é o cenário dos 1.350 quilômetros de área que margeia a Costa Oeste do Paraná, entre Foz do Iguaçu a Guaíra. Assim, o contrabando no Lago de Itaipu encontra em média 3.000 brechas de passagem, usadas por pelo menos vinte quadrilhas de traficantes e contrabandistas.



MAPA 8. Pontos clandestinos dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Fonte: *Gazeta do Povo* (2011).

O mercado ilegal é de fácil visualização em Ciudad del Leste e Foz do Iguaçu. Paraguaiois trabalham por encomenda para muitos brasileiros, abastecendo ilegalmente esses moradores com produtos variados a preços abaixo do mercado nacional. As peculiaridades presentes acabam por configurar novas amarras ao processo da economia ilegal na fronteira. Objetivando dificultar as ações ilegais nos últimos anos, a política da Receita Federal

promoveu algumas mudanças na fronteira, como, por exemplo, a interceptação de comboios dos ônibus de sacoleiros, o cadastramento de laranjas que passavam pela aduana brasileira e o aumento dos agentes de fiscalização. No entanto, surgiram novas ocupações e novas logísticas de trabalho. O desaparecimento dos cigarreiros, que era predominante na década de 1990, deu lugar ao fortalecimento dos barqueiros e dos laranjas da cidade no século XXI. Essas políticas e posturas adotadas, fortaleceram outras atividades, que no Brasil continuam a ser consideradas ilícitas.

As tentativas de extirpar o contrabando da região são burladas pelo desenvolvimento e fortalecimento de outras práticas que assumem a responsabilidade de dar continuidade aos meios que foram interrompidos, pois a base de sustentação desse tipo de negócio não é a ausência de lei ou de controle, mas as diferenças econômicas e políticas intrínsecas aos países limítrofes (SILVA; SANTOS, 2011, p. 129).

Durante muitos anos, as principais atividades dos barqueiros eram o transporte solitário de agrotóxicos, armas e drogas, mas com as atuações da Receita Federal na repressão, essas embarcações acabaram por ser utilizadas para o transporte de outras mercadorias, e também exigiram a reorganização das antigas formas de trabalho. Assim, o barqueiro inseriu-se em um complexo esquema de transportes de mercadorias por via fluvial, envolvendo carregadores, mediadores, encarregados, olheiros e diversos trabalhos especializados, integrando redes simbólicas próprias, com acordos e contratos, utilizando as brechas que o modelo vigente não consegue controlar. Chegando ao Brasil, essas mercadorias são pulverizadas em carros de passeio, transportadoras, correios e pessoas que utilizam ônibus comerciais. É uma reorganização estratégica das relações de poder existentes.

O neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva, a expansão sem precedentes do capital fictício, são respostas ao processo de superacumulação enfrentada pelo capitalismo nas últimas décadas, buscando reajustar os mecanismos de acumulação. Disperso em nível mundial, ele tem regulado, agido, contornado, e até construído novas formas de viver. A desregulamentação e a acumulação flexível arquitetaram um novo modelo de sociedade, atingindo não só os trabalhadores mas também os consumidores aptos ao descartável, ao renovável, ao transitório. Intrinsecamente a todo esse processo, a pobreza, o desemprego e a exclusão saltaram a níveis antes nunca vistos, e são o reflexo das mutações impostas ao mundo do trabalho. Nota-se assim, que a ciência e a técnica aprofundaram a diferença entre classes sociais, sendo que nos últimos anos novos termos são criados para dar conta desta problemática, como conceitos de desemprego estrutural, subclasse, quarto mundo.

Estes também tiveram que prover e moldar as suas formas de sobrevivência à margem do sistema formal de empregos, buscando todos os meios, mesmo que ilícitos segundo a lei brasileira, pois o sistema moldou-os para essas novas formas de trabalho (CARDIN, 2011).

Portanto, é visível que o capitalismo desenfreado promove práticas de trabalho marginais ao processo formal, pois o mercado de produção e consumo do pós-modernismo exige uma significativa circulação de mercadorias e precisa encontrar meios para a sua propagação. Assim, o país vizinho ao Brasil, Paraguai, com a terceira maior zona franca do mundo, Ciudad del Este, ficando atrás apenas de Miami (Estados Unidos) e Hong Kong (China), recebe diariamente produtos que chegam em quantidades volumosas, necessitando de um mercado consumidor. Encontra no Brasil seu principal eixo de consumo, proporcionando uma significativa receita ao Paraguai, mas que, em contrapartida, promove problemas à economia brasileira, pois o preço dos produtos encontra-se abaixo do estabelecido no mercado e as mercadorias nacionais não conseguem competir. Também deixa de prover milhares de reais em impostos ao governo para o abastecimento da máquina burocrática que impulsiona os serviços públicos. No entanto, precisa-se observar que essa economia informal e ilegal gera milhares de postos de trabalho para brasileiros que estão excluídos do mercado formal, proporcionando giro de capital dentro do nosso país. É um caminho de mão dupla, que precisa ser analisado criticamente, observando quem são os culpados e quem são realmente as vítimas (CARDIN, 2011).

Na expansão do capital, o Brasil inseriu-se economicamente a essa lógica no espaço fronteiriço, com a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. No entanto, com a conclusão das obras, milhares de trabalhadores foram dispensados dos canteiros de obras. E essa população ficou à margem do processo, pois o município aumentou sua população em poucos anos, sem estar preparada estruturalmente para tal empreendimento. Assim,

[...] as principais consequências dessas transformações foram: uma massa heterogênea vinda de todas as partes do Brasil e dos países vizinhos que passou a sobreviver, quando não absorvido pela economia local, de trabalhos informais ou de sub-empregos, (...) um favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade (...), formação de comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas da cidade; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furto de automóveis que eram levados para desmanche ou comercializados no Paraguai) e narcotráfico (CATTA, 2003, p. 38).

Nesse mesmo processo, o Paraguai em 1980 cria a zona franca de Ciudad del Este, uma área livre de impostos, que abre suas portas ao mercado mundial para a livre

concorrência. Fato que facilitou o emprego informal dessa massa que se encontrava à margem do sistema formal, precarizando e flexibilizando as relações de trabalho, típico do capitalismo atual. Porém, o governo brasileiro aumentou a rigidez do comércio importador nacional, como meio de controlar a entrada de produtos estrangeiros, diminuindo o valor da cota dos sacoleiros e, assim, o descaminho tornou-se uma das amarras para burlar as dificuldades enfrentadas.

No entanto, existem trabalhadores dispostos a acumular capital de qualquer modo, sem observarem ou problematizarem a forma como isso é realizado. Contudo, esta perspectiva também encontra nos valores difundidos pelo capitalismo a sua própria justificativa, já que os mesmos colocam o dinheiro como o fim ou o objetivo de qualquer existência (CARDIN, 2011, p. 128).

Cardin (2011) observa que o desenvolvimento capitalista gera contradições, e uma delas é a exclusão. O crescimento econômico retira uma parcela da população do mercado de trabalho, vindo a constituir um exército de trabalhadores de reserva. Assim, o trabalhador nunca estará totalmente fora do modelo econômico, “[...] mesmo realizando as atividades mais degradantes ele ainda continuará contribuindo de alguma maneira para a manutenção dos padrões de acumulação de capital” (p. 57). A flexibilização e a individualização defendidas pela personificação da acumulação capitalista estão representadas por essa categoria de trabalhadores com as novas ocupações surgidas com a reorganização do capital.

No trabalho realizado por Cardin (2011), ele entrevista sacoleiros de Foz do Iguaçu que mostram como ocorre o funcionamento da organização, que segundo a Receita Federal, envolve 350 mil pessoas espalhadas pelo território nacional. Segundo a pesquisa, em Foz, não sendo diferente dos outros municípios ao longo da margem do Lago de Itaipu no Brasil, os “trabalhadores” vão até as proximidades do Rio Paraná onde há um cais, um tipo de porto, onde as embarcações que vem do Paraguai com contrabando atracam. Essas mercadorias são colocadas em carros de luxo para não levantar suspeitas. Esses veículos são alienados, pagando apenas de três a quatro mil reais por cada um, que servirá apenas de uso para um ano, um ano e meio, até resultar em sua busca e apreensão. Essas mercadorias são levadas para hotéis nas redondezas, onde outras pessoas vão levá-las ao destino final, dentro e em outros estados. Existem grupos de sacoleiros que até utilizam transporte aéreo, serviços postais e caminhões de empresas transportadoras com notas fiscais frias.

Para coibir essas atividades, o governo federal tem realizado diversas operações em conjunto com os órgãos de defesa nacional, o que muitas vezes não é bem visto pela

população da região. Constantes são as manifestações de sacoleiros e trabalhadores do setor sobre a ponte da Amizade, pois só no município de Foz, aproximadamente 70% da população economicamente ativa está diretamente e indiretamente ligada às ocupações geradas pelas compras no país vizinho. Consequentemente, são eles que geram a cadeia econômica no comércio regional, pois o dinheiro resultando do trabalho ilegal é legal, sendo que é este que circula e movimenta os municípios (CARDIN, 2011).

Além da falta de perspectiva de emprego no mercado formal como um incentivador das ocupações precárias, existem outros fatores que colaboram para essa afirmação. As facilidades de negócio e a lucratividade da atividade em relação a outras ocupações possíveis são determinantes. Quanto à imoralidade do trabalho, a maioria informa que não acham imoral, mas sim moral e justo, pois, segundo eles, não estão roubando e querem apenas sustentar suas famílias. Outros afirmam que o trabalho que estão fazendo não é correto, mas afirmam que não é justo os políticos condenarem suas práticas, pois as pessoas que trabalham na fiscalização, como policiais e auditores fiscais, também são corruptos (CARDIN, 2011).

Assim, observa-se que a tecnização dos grupos hegemônicos tem subvertido não só a natureza, mas também a moral, pois em nome da economia estabelecem objetivos, que na maioria das vezes não possuem um sentido visível para a humanidade; o homem torna-se dependente do capitalismo e aliena suas relações com os outros e com o meio. Fruto desse processo é o surgimento dos signos que tem tomado o lugar dos verdadeiros significados; com a aceleração contemporânea, banaliza as invenções pelas acelerações superpostas, gerando um presente que foge ao nosso alcance (SANTOS, 1997b).

Para Santos (2000), é o fetichismo do dinheiro em seu estado puro que utiliza sua ideologia para arraigar novos horizontes. Para ele, o “[...] sistema financeiro descobre fórmulas imaginosas, e sempre inventa novos instrumentos, multiplica o que chama de derivativos que são formas sempre renovadas de oferta dessa mercadoria aos especuladores (p. 44).” Assim, unindo competitividade e consumo com a tirania do dinheiro, comandam todas as formas de ação da vida planetária. A competitividade tem a guerra como norma, utilizando todos os mecanismos para vencer o outro, esmagando-o e tomando seu lugar. O consumo utilizado pelos atores hegemônicos, produz um consumidor antes mesmo de produzir a mercadoria, fruto do tecido ideológico criado ao redor do consumo e da informação, e por conseguinte, geram uma confusão de espíritos fazendo que a sociedade não consiga mais obter o entendimento pleno do mundo, país, lugar, sociedade, e de cada um, de nós mesmos; “[...] uma multidão de objetos, todos ou quase todos querendo nos comandar” (p. 51).

Berman (2010), filosofando sobre as teorias de Marx e retratando-as no período vigente, afirma que tudo o que a sociedade capitalista já construiu e ainda constrói serve para ser destruído. Tudo que é sólido, mercadorias, cidades, regiões, nações, é construído para ser desfeito no dia de amanhã; uma forma voraz que torna-se reciclável e substituível por um processo considerado melhor, sempre adiante, sobre formas cada vez mais lucrativas. É a sociedade do descarte abordada por Harvey (1992). A obsolescência planejada precisa se reproduzir continuamente para que essas mercadorias geradas a um fluxo constante tenham espaço para a devida absorção.

No entanto, a produção das mercadorias e o consumo desenfreado têm gerado em seu âmago um sentido de terror. Há um abismo criado por essa sociedade, não podendo mais controlar o sociometabolismo do capital. São “[...] desejos, impulsos insaciáveis, da revolução permanente, do desenvolvimento infinito, da perpétua criação e renovação em todas as esferas da vida [...]” (BERMAN, 2010, p. 125). A alienação é visível pelo abismo moral e psíquico que geram através da criatividade implantada no seio do capitalismo. Um movimento desenfreado, proporcionando mecanismos sem controle, que ameaçam destruir cegamente medida que se reproduzem.

É nesse contexto que ocorre a metamorfose dos valores morais e éticos da sociedade. Introduzidos dentro do mercado, os valores agora se transformam em valor de troca. As velhas formas de honra e dignidade não morrem, porém são incorporadas ao mercado e ganham etiqueta de preço, tornando-se mercadorias. Assim, qualquer conduta humana torna-se permissível no instante em que se mostram economicamente viáveis e valiosas, como, por exemplo, as consideradas ilegais dentro de um Estado-nação, ficando perceptível que tudo o que for bem pago tem livre acesso (BERMAN, 2010).

Dessa maneira encerra-se o terceiro capítulo, na busca de melhor compreender o espaço e suas complexidades. O mercado mundial, em suas intrínsecas relações com o Estado e sociedade, promove amarras que antes não eram visíveis, mas que agora ditam a lógica das relações sociais e econômicas do capital. Um capital que devora e consome todas as relações morais e éticas construídas por milhares de anos pela humanidade e tem, como fim, um descontrole total da sociedade. É o que vemos hoje, problemas ambientais, sociais e econômicos de todas as ordens, gerados pela distribuição desigual de riquezas, que promove a cada dia um abismo profundo entre os abastados e a classe excluída, assim como a produção massiva de mercadorias que precisa ser absorvida por esta sociedade do descarte. Resulta na des-ordem, no caos humano e psíquico, gerando um dos resultados que será abordado no quarto capítulo: a dificuldade em controlar os níveis de agrotóxicos nos alimentos, colocando

a população em alto grau de contaminação e por conseguinte, comprometendo a sua saúde e o seu bem-estar.

4 SEGURANÇA ALIMENTAR

4.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

As redes ilegais de agrotóxicos na faixa de fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai apresentam uma complexa organização sobre o território brasileiro, suscitando novos olhares e caminhos que precisam ser apreendidos e compreendidos, pois essas atividades tem uma relação direta sobre a saúde da população e o meio ambiente, colocando em risco eminente o modelo desenvolvimentista que a todo custo objetiva o lucro.

Assim, esse quarto e último capítulo aborda as consequências do modelo massivo de agrotóxicos adotado na agricultura nos últimos 40 anos, em que o capitalismo se insere de forma violenta e destruidora, gerando graves impactos as relações sociais, trabalhistas e humanas, assim como a desestruturação do ciclo de vida da natureza. Portanto abordam-se, neste segmento, algumas pesquisas que tratam sobre o excesso de agrotóxicos em alimentos, o crescente uso dos agroquímicos na agricultura e suas consequências à saúde humana, como uma introdução preliminar a futuras pesquisas. E, para finalizar, algumas leis que regem a produção, comercialização e o uso de agrotóxicos no Brasil e no Paraná, evidenciando pontos que condizem com a preocupação da entrada indiscriminada de agrotóxicos sem controle no país e quais as medidas adotadas caso essas mercadorias venham a ser encontradas.

4.2 REVOLUÇÃO VERDE E O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

No meio rural, o uso da tecnologia ganhou campo a partir dos anos de 1950 na Europa, onde o contexto social vigente no pós-guerra atrelado às relações sociais de poder iria enraizar-se numa nova conotação dessa aliança conhecida como Revolução Verde. A fome era um imperativo na Europa, que em consonância com novas ideologias que se instalavam pelo mundo, como a Revolução Chinesa e Comunista, buscaram despolitizar as premissas do socialismo que se propagava pelos países, utilizando a técnica como um argumento em favor da política (PORTO–GONÇALVES, 2006).

No Brasil, a década de 1970 esteve no auge do período desenvolvimentista, promovendo no país o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, o qual condicionava crédito rural atrelado ao uso obrigatório de agrotóxicos. Uma medida tão intensiva que foi acatada pela maioria dos produtores rurais. A EMBRAPA e os meios acadêmicos seguiram essa política hegemônica, em harmonia com o desenvolvimento técnico-científico e profissional (CARNEIRO et al., 2012).

Nessa linha, Milton Santos (1997b) contribui afirmando que o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade. Com a modernização e o acesso fácil, a flexibilidade a partir do novo faz-se presente no campo sobre esse ponto de vista. No entanto, vista por outro lado, o que ocorre é a regulação que vem de fora, que acaba por dominar todo o processo de produção agrícola. Tornam-se presas de uma racionalidade trazida pelos setores verticais. Tornam-se sujeitos da regulação do mercado hegemônico, sem conseguir realizar uma regulação local pela dependência e subordinação a que estão sujeitos.

E hoje o capital torna-se ainda mais visível no campo, com as novas conjunturas instaladas através do agronegócio, da monocultura e das plantas geneticamente modificadas, os transgênicos, que se propagam a níveis alarmantes, alterando todo o meio natural e social que se dirige a um colapso do sistema planetário.

Decorrente desse modelo químico dependente de agrotóxicos examinamos a cadeia produtiva do agronegócio que reveste-se (sic) de um processo de insustentabilidade ambiental, pois no seu espaço se cria um território com muitas e novas situações de vulnerabilidades ocupacionais, sanitárias, ambientais e sociais que induzem eventos nocivos que se externalizam em trabalho degradante e escravo, acidentes de trabalho, intoxicações humanas, cânceres, malformações, mutilados, sequelados e ainda, contaminação com agrotóxicos e fertilizantes químicos das águas, ar, chuva e solo em todos os espaços ou setores da cadeia produtiva do agronegócio (AUGUSTO et al., 2012, p. 31).

As transnacionais que têm exercido o monopólio sobre a agricultura evoluíram a um patamar sem precedentes. Elas desenvolvem técnicas sem produzir diretamente no campo, buscam formas para subordinar o capital à produção. Encontraram na monocultura e na mecanização seus primeiros passos e finalizam com o desenvolvimento dos transgênicos, selando todo o processo produtivo. Começam pelas sementes e passam aos fertilizantes e venenos, os agroquímicos, que devem ser adequados as espécies. “O que temos é um grave processo de subordinação da renda da terra ao capital internacional, melhor diríamos, ao capital oligopolista internacional” (BOMBARDI, 2011, p. 3).

Em relação à produção de agrotóxicos, o capital monopolista tem afunilado a concentração da produção mundial, sendo que no Brasil, as seis maiores marcas de vendas são a Monsanto, Syngenta/Astra Zeneca/Novartis, Bayer, Dupont, Basf e Dow. Elas controlam também as sementes e, nos últimos oito anos, incorporaram 129 outras empresas de agrotóxicos e sementes. Aumentaram assim a receita líquida significativamente que, em 1990, envolvia 26 bilhões de dólares, saltando, em 2008, para 45 bilhões de dólares. No Brasil esses dados foram ainda maiores, com crescimento de 140% no mesmo período, sendo que em 2008 o valor de vendas chegava a 2,5 bilhões de dólares (BOMBARDI, 2011).

Santos (1997b) traduz essa realidade, quando apresenta que o meio geográfico artificial desenvolvido pelo capital tem-se inserido não apenas nas cidades como no passado, mas também encontra-se perceptível no campo caracterizado através de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas. O resultado dessa inserção produz condições ambientais ultrajadas, com agravo à saúde física e mental das pessoas, conseqüentemente acabamos por “entreter a natureza amiga e criamos a natureza hostil” (p. 43), que tem chegado ao limite, de modo que até o processo destrutivo dos seres humanos pode se tornar irreversível. Com a especulação do uso do solo pelo capital incontrolável, a problemática ambiental tem se espalhado em nível mundial, atingindo a totalidade da espécie. “Senhor do mundo, patrão da natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará (sic) as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático” (p. 44).

Bombardi (2011), ao analisar os agrotóxicos utilizados no Brasil, constata que 92% desses são oriundos de países estrangeiros: Syngenta e Novartis (Suíça), Dupont e Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer e Basf (Alemanha), e Milenia (Holanda/Israel). Essa porcentagem significativa aponta para uma característica vivida pela agricultura brasileira: esta tornou-se dependente e monopolizada pelo capital internacional.

Para Porto-Gonçalves (2006), com o monopólio das sementes por um reduzido número de corporações, a produção tende a se dissociar da reprodução e, assim, a segurança alimentar perseguida ao longo dos séculos por toda a humanidade torna-se dependente desse número reduzido de transnacionais, que, agora, passa a ocupar uma posição privilegiada nas relações sociais e de poder, e a insegurança alimentar faz parte deste contexto. No Brasil não tem sido diferente, pois o modelo agrário/agrícola implantado no espaço rural através da monocultura acentua a dependência do agricultor com o complexo industrial-financeiro, aumentando a insegurança alimentar tanto para agricultores e suas famílias, como para toda a nação. Nesse sentido, existe uma relação fortemente consolidada entre o fenômeno da

insegurança alimentar como resultado da lógica inserida pela mercantilização generalizada, oriunda do período neoliberal da globalização.

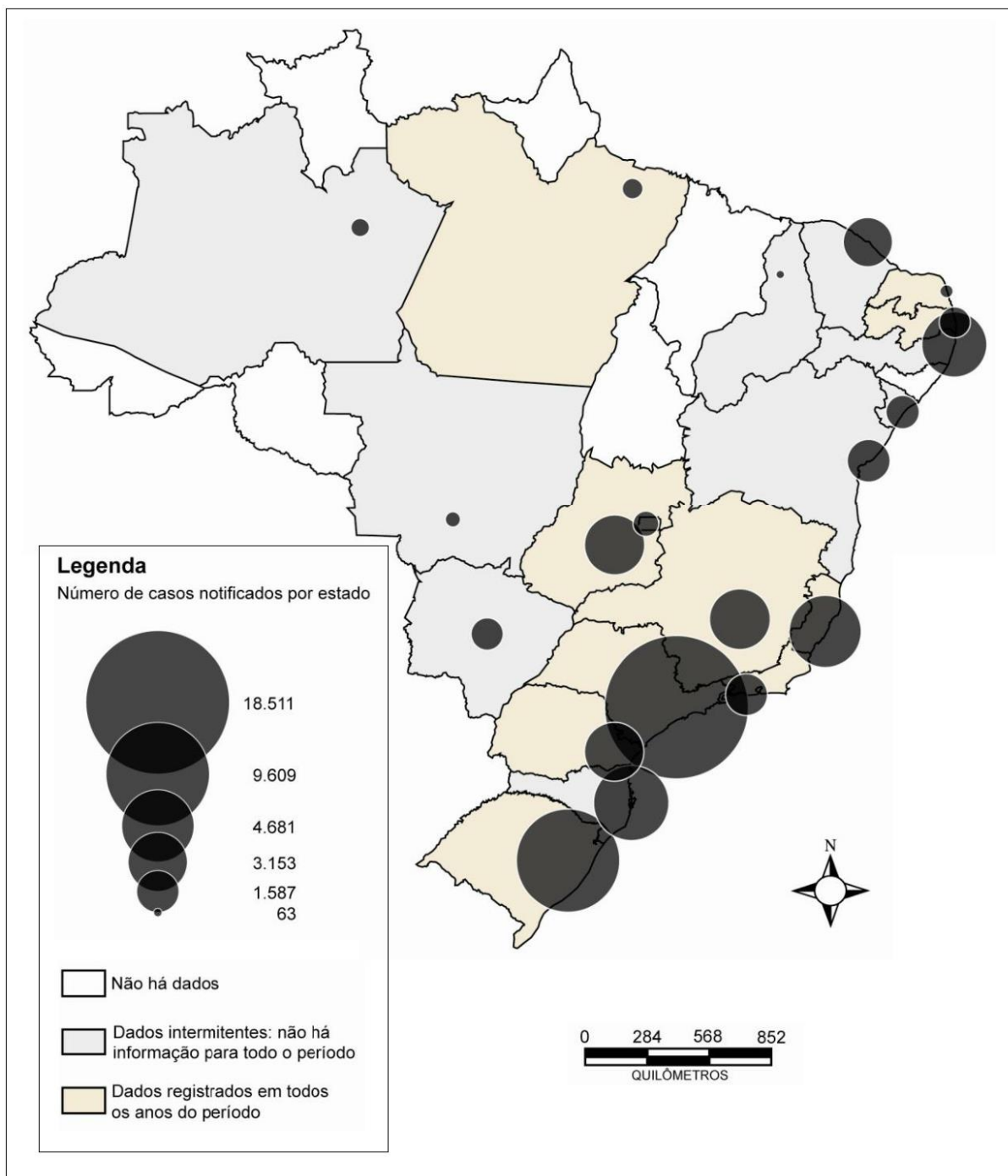
A utilização exponencial de adubos, fertilizantes, herbicidas, pesticidas, fungicidas, vem sendo objeto de intensos estudos e críticas ligados à área, sobretudo de ambientalistas, órgãos da saúde e sindicato de trabalhadores rurais. Nos últimos 50 anos, o uso desses “defensivos agrícolas” foi multiplicado 14 vezes, enquanto que a produção de grãos aumentou apenas três, mostrando que em cada tonelada de fertilizantes utilizados na década de 1950 correspondia a 42 toneladas de grãos; já em 2000, esse número chegava a 13 toneladas conforme Tabela 9 (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 246).

Tabela 9. Evolução da produção mundial de grãos e do uso de fertilizantes (1950-2000 em milhões de toneladas)

Produtos (milhões de toneladas)	1950	2000
Grãos	631	1.835
Fertilizantes	15	141
Relação Grãos/Fertilizantes	42	13

Fonte: Porto-Gonçalves (2006).

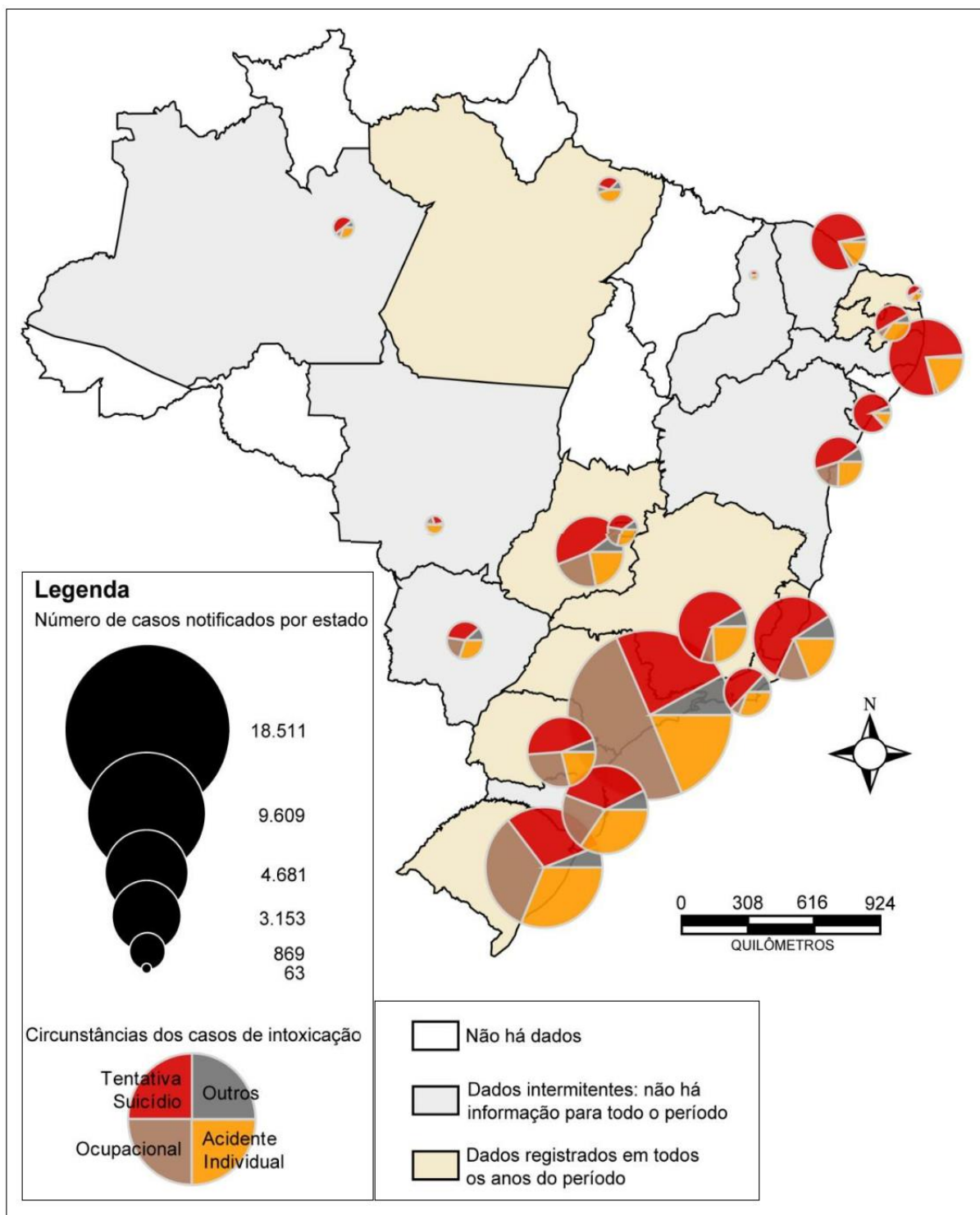
Além de causar a contaminação dos alimentos, o uso do defensivo agrícola na lavoura tem causado inúmeros problemas de saúde à população exposta que realiza a aplicação. Conforme o MAPA 9, pode-se observar em um decênio os casos notificados nos órgãos públicos de saúde. No entanto, escondem a realidade vivida pelos agricultores, pois em muitos casos alguns sintomas simples como dor de cabeça e náuseas não são levados ao conhecimento das autoridades, ficando omissa uma grande parcela que está suscetível a essas contaminações (BOMBARDI, 2011). Entre os princípios ativos envolvidos nas intoxicações, o glifosato, o paraquat e o metamidofós são os agentes tóxicos mais relatados (AUGUSTO et al., 2012).



MAPA 9. Brasil: Intoxicação por agrotóxico de uso agrícola (1999-2009)

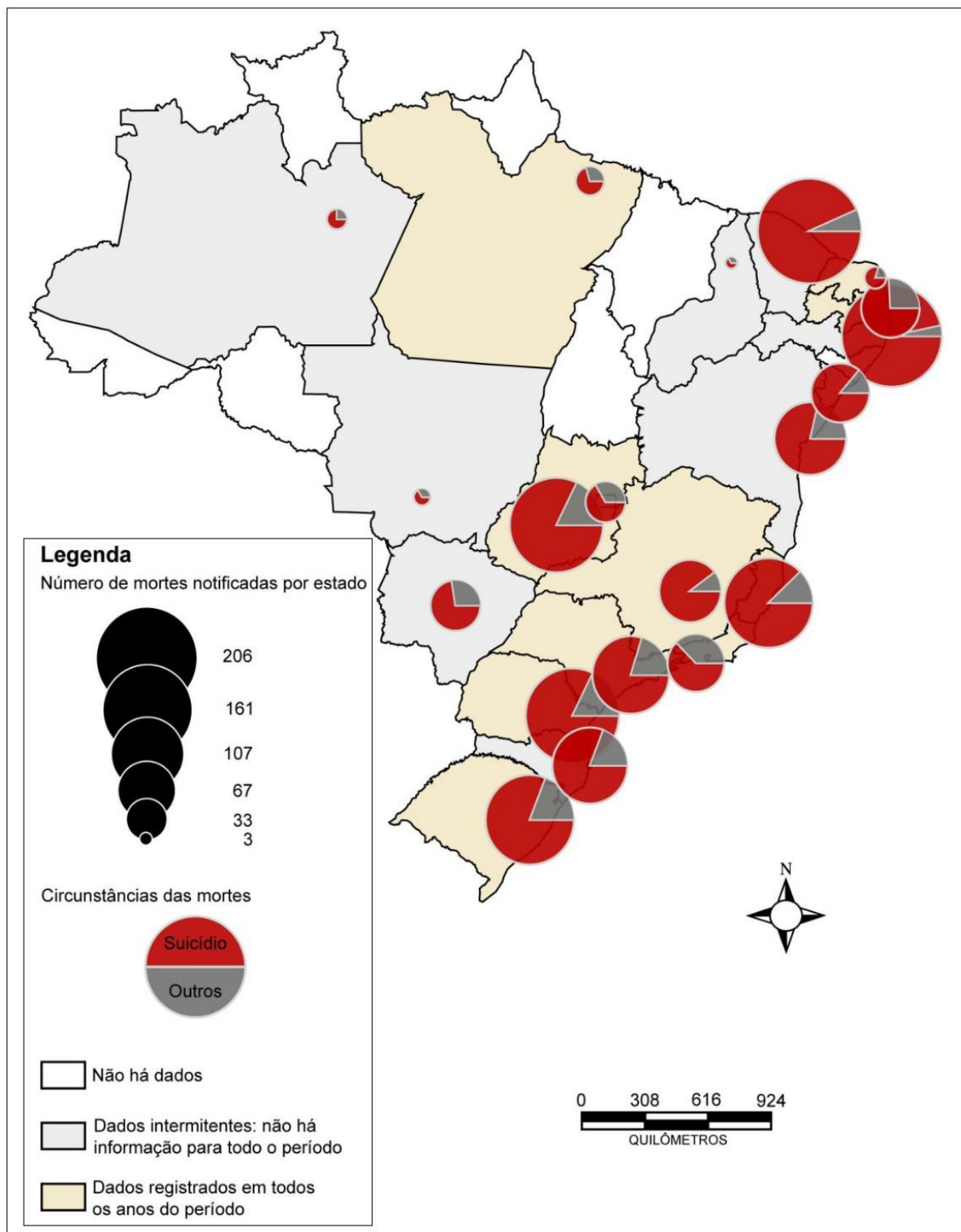
Fonte: Bombardi (2011).

Nos MAPAS 10 e 11 pode-se observar as causas de intoxicação e morte pela utilização de agrotóxicos no Brasil. Muitos utilizam o termo “defensivo agrícola”, mas sabe-se que ele é veneno para matar insetos e plantas, sendo responsável por ocasionar da mesma forma a intoxicação em pessoas e animais. O fator alarmante mostrado nesses mapas refere-se às taxas de tentativas de suicídio: 25.350 notificações, resultando em uma média de seis tentativas por dia, sendo que muitos casos foram concretizados.



MAPA 10. Brasil: intoxicação por agrotóxico de uso agrícola – por circunstância (1999-2009)

Fonte: Bombardi (2011).



MAPA 11. Brasil: mortes por agrotóxico de uso agrícola – por circunstância (1999-2009)

Fonte: Bombardi (2011).

Além das tentativas de suicídio pelo uso de agrotóxicos, uma segunda hipótese encontra-se ligada ao endividamento dos agricultores a partir da compra do pacote para a

produção agrícola ligado a esses monopólios, que não conseguindo saldar suas dívidas, não encontram outros meios e perspectivas de futuro.

Assim, surge no Brasil como meio de controle ao uso massivo de agrotóxicos, o Programa de Análise de Resíduos em Agrotóxicos - PARA da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, projeto que objetiva avaliar a qualidade dos alimentos e implementar ações de controle de resíduos. Iniciado em 2001, fornece subsídios como a tomada de decisão para restrição e banimento de agrotóxicos perigosos para a população, ações de controle dos agrotóxicos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, rede de laboratórios para analisar resíduos de agrotóxicos, informatização e banco de dados para agilizar ações dos estados e capacitação. Voltado à transparência e à informação, os objetivos principais são a promoção à saúde através do consumo de alimentos de qualidade e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis secundárias, ocasionadas pela ingestão cotidiana de quantidades perigosas de agrotóxicos (ANVISA, 2011).

As doenças crônicas não transmissíveis são um dos maiores problemas de saúde pública mundial. Foram responsáveis por 63% das mortes declaradas no mundo em 2008 segundo a Organização Mundial da Saúde e 45,9% do volume global de doenças. No Brasil, foram responsáveis por 893.900 mortes em 2008, correspondendo a 74% das mortes ocorridas. Essas patologias estão ligadas ao consumo de bebidas alcoólicas, hábitos alimentares, tabagismo, atividade física e atividades ambientais como a exposição a agrotóxicos, alérgenos vegetais, emissões de motores à combustão e à radiação ultravioleta. Os efeitos resultantes no organismo são neuropatias, nefropatias, doenças hepáticas, distúrbios de funcionamento glandulares, abortos, malformações fetais e câncer em diferentes órgãos. Fora esses dados, em 2009 foram identificados no Brasil 7.677 casos de intoxicação aguda por agrotóxicos de uso agrícola e por outros adquiridos ilegalmente para serem usados como raticida domiciliar (ANVISA, 2011).

Segundo o relatório do PARA, as leis que regulam o uso de agrotóxicos no Brasil são a Lei de Agrotóxicos e Afins nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e o Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, estabelecendo que estes só podem ser utilizados se forem registrados em órgão federal competente, passando por três órgãos envolvidos no registro: Ministério da Saúde (MS) pela ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O papel da ANVISA é avaliar e classificar toxicologicamente os agrotóxicos, monitorando os resíduos e afins nos alimentos de origem

vegetal, estabelecendo um limite máximo de resíduos (LMR) e o intervalo de segurança de cada ingrediente ativo (IA) de agrotóxico para cada cultura agrícola.

Segundo dados da ANVISA, esta vem reavaliando alguns agrotóxicos em função dos efeitos causados à saúde pela exposição ocupacional e alimentação dos consumidores. Ingredientes ativos como benomil, heptacloro, monocrotofós, lindano, pentaclorofenol, ciexatina, metamidofós e triclofom foram proibidos. Outros estão em fase de descontinuidade de uso até o total cancelamento como o endossulfam (em 31 de julho de 2014). A captana, folpete, carbendazim, clorpirifós, metaldeído, aldicarbe e fosmete sofreram restrições de uso e outros estão em fase de estudo.

O PARA de 2011 monitorou dezoito alimentos. A escolha dessas culturas estão baseadas nos dados obtidos pelo IBGE sobre a alimentação dos brasileiros, a disponibilidade dos produtos no mercado e o uso intensivo dos agrotóxicos nestas culturas. A coleta desses alimentos foi realizada nas próprias bancas onde as pessoas compram os produtos, normalmente em feiras e supermercados, buscando verificar se ambos possuem qualidade exigida por lei de que os limites máximos de resíduos estejam de acordo com o estabelecido.

Conforme os dados, no Brasil foram coletadas 2.448 amostras, 28% (694) destas foram consideradas insatisfatórias. No Paraná não foi diferente, onde aproximadamente 26% das amostras também foram assim classificadas. Nesse quesito, as principais irregularidades encontradas considerando os ingredientes ativos pesquisados foram presença de agrotóxicos em níveis acima do LMR em 42 amostras, correspondendo a 1,7% do total; constatação de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 605 amostras, correspondendo a 24,3% do total; e resíduos acima do LMR e NA simultaneamente em 47 amostras, correspondendo a 1,9% do total.

Os grupos químicos mais detectados foram o carbendazim, os organofosforados, o clorpirifós, o metamidofós e o acefato. Alguns aspectos podem ser observados a partir dos resultados insatisfatórios pela utilização de agrotóxicos não autorizados no cultivo de determinados vegetais: 30% apresentaram resíduos que estão em processo de reavaliação toxicológica ou em etapa de venda descontinuada programada no Brasil, porém ainda representam uma parcela significativa do volume de agrotóxicos que se utiliza no campo, pois mesmo aqueles que continuam em reavaliação têm sido importados em larga escala pelo país; outro fator refere-se ao uso indiscriminado e ilegal de um ou mais agrotóxicos em culturas para as quais eles não estão autorizados, sobretudo aqueles em fase de reavaliação ou de descontinuidade programada por conta de sua alta toxicidade, gerando consequências negativas ao trabalhador rural pela exposição ocupacional desnecessária e o aumento do risco

dietético para os consumidores que ingerem o alimento contaminado, uma vez que esse uso não foi considerado no cálculo da Ingestão Diária Aceitável (IDA) e que este risco se agrava à medida que o agrotóxico é encontrado em um número maior de alimentos comercializados; a presença de pirimifós-etílico e triclorfom, que são agrotóxicos não registrados no país, e por conseguinte, proibidos na aplicação em qualquer cultura, resultado da entrada ilegal no país através do contrabando na fronteira.

Assim, conclui-se que o contrabando de agrotóxicos na faixa de fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai pode estar contribuindo para os resultados obtidos no segundo item das amostras insatisfatórias. Para o PARA, encontram-se enquadrados neste item alguns tipos de irregularidades, como a utilização de um agrotóxico não autorizado para aquela cultura mas que se encontra registrado no Brasil e com uso permitido para outras culturas, ou um agrotóxico que foi banido no Brasil, ou mesmo um que nunca teve registro no país sem uso permitido em nenhuma cultura, caso este que se enquadra na pesquisa.

Em consonância com a ANVISA, o estado do Paraná participou do programa PARA e apresentou os resultados obtidos através da coleta de amostras realizadas no período de abril a dezembro de 2010. Os objetivos da análise buscaram identificar níveis de resíduos e os Limites Máximos de Resíduos (LMR) autorizados pela legislação em vigor, a presença de resíduos de agrotóxicos não autorizados pela legislação rastreando problemas e subsidiando ações, além de contribuir para a melhoria da exposição a agrotóxicos através da dieta, monitorando o seu uso e contribuindo na orientação e fiscalização dos produtores, disponibilizando informações às instituições envolvidas e à sociedade em geral (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ, 2011).

As amostras coletadas no Paraná foram retiradas em supermercados no município de Curitiba, totalizando 20 alimentos diferenciados. Os ingredientes ativos analisados variaram de 58 a 134, de acordo com os padrões e metodologias validadas pelos laboratórios, sendo que o número de monografias de ingredientes ativos de agrotóxicos autorizadas pela ANVISA/MS atualmente é de 498. Portanto, foram pesquisados no máximo 26,9% do total de ingredientes ativos autorizados no país. 120 amostras foram coletadas no estado, sendo seis de cada alimento, porém algumas amostras chegaram deterioradas ou não puderam ser analisadas, totalizando 105 amostras, ou seja, 87,5% do programado.

Os resultados apontaram 27 amostras insatisfatórias, ou seja, vinte e sete alimentos que não se encontram dentro dos parâmetros para que sejam consumidas pelos seres humanos (GRÁFICO 5, Tabela 10 e GRÁFICO 6), totalizando 26% do total analisado. 24 amostras (88,9%) foram condenadas por apresentarem resíduos de agrotóxicos não autorizados para a

cultura, e 3 (11,1%) das 27 amostras foram condenadas por apresentarem resíduos acima do LMR. O pimentão foi o alimento em que todas as amostras analisadas foram insatisfatórias. O pepino atingiu 75% de condenação, seguido pelo abacaxi, alface e morango com 50% em cada um dos alimentos, e a beterraba 40%. Os alimentos batata, feijão, maçã, mamão, manga e repolho não apresentaram amostras insatisfatórias.

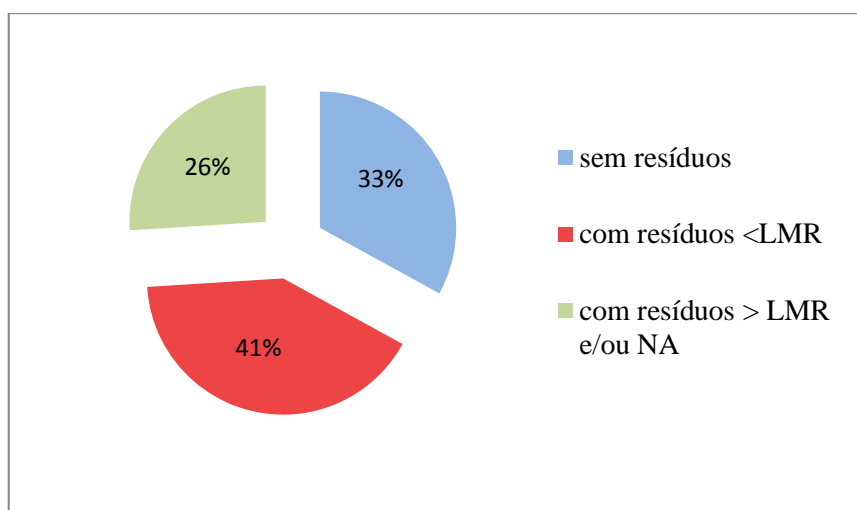


GRÁFICO 5. Resultado das análises de alimentos – Paraná (2010)

Fonte: ANVISA, 2011.

Tabela 10. Quantidade de amostras realizadas e resultados insatisfatórios por cultura (2010)

Produto	Amostra	NA	>LMR	>LMR+NA	Insatisfatórias	Insatisfatórias %
Abacaxi	6	1	2	0	3	50,0
Alface	6	3	0	0	3	50,0
Arroz	6	1	0	0	1	16,7
Batata	6	0	0	0	0	0
Beterraba	5	2	0	0	2	40,0
Cebola	6	1	0	0	1	16,7
Cenoura	6	1	0	0	1	16,7
Couve	6	1	0	0	1	16,7
Feijão	6	0	0	0	0	0
Laranja	6	2	0	0	2	33,3
Maçã	6	0	0	0	0	0
Mamão	6	0	0	0	0	0
Manga	6	0	0	0	0	0
Morango	6	2	1	0	3	50,0
Pepino	4	3	0	0	3	75,0
Pimentão	6	6	0	0	6	100,0
Repolho	6	0	0	0	0	0

Tomate	6	1	0	0	1	16,7
Total	105	24	3	0	27	25,7

Legenda: NA - Não autorizados para a cultura; >LMR - acima do Limite Máximo de Resíduo; >LMR+NA – acima do Limite Máximo de Resíduo e Não autorizados para a cultura.

Fonte: ANVISA (2011).

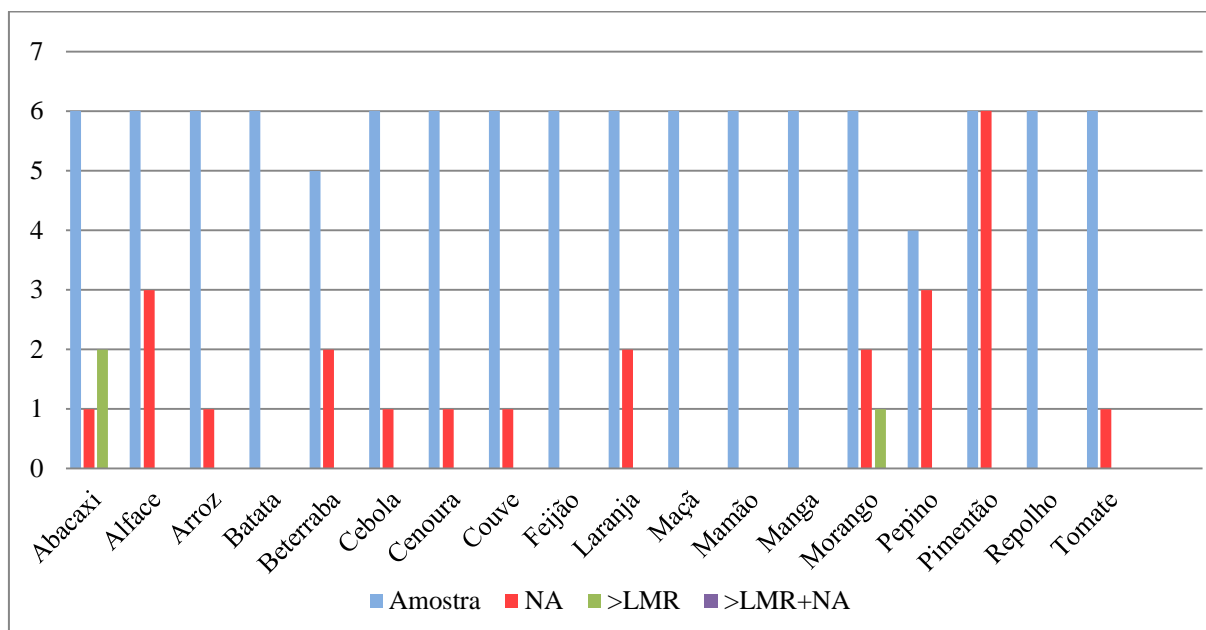


GRÁFICO 6. Resultado da análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos – Paraná (2010)

Legenda: NA - Não autorizados para a cultura; >LMR - acima do Limite Máximo de Resíduo; >LMR+NA – acima do Limite Máximo de Resíduo e Não autorizados para a cultura.

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, 2011.

Do total de amostras analisadas (105) em 2010, em 66 delas foi possível identificar o produtor rural, representando 62,9% do total. Essa rastreabilidade é importante, pois possibilita a comunicação das irregularidades, sendo que os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização podem desenvolver ações conjuntas com o produtor.

Também pode-se observar na Tabela 11 a porcentagem das amostras insatisfatórias no Paraná, desde a implantação do Programa PARA em 2001 até a última análise realizada em 2010.

Tabela 11. Porcentagem de amostras insatisfatórias por alimento e por período – Paraná (2001-2010)

Alimento	2001/02	2002/03	2004	2005/06	2006	2007	2008	2009	2010
Abacaxi	-	-	-	-	-	-	14,3	85,7	50,0
Alface	5,4	20,0	4,5	66,7	20,0	60,0	28,6	28,6	50,0
Arroz	-	-	-	-	-	-	0	14,3	16,7
Banana	3,8	0	9,1	0	-	0	0	14,3	-

Batata	14,9	4,2	0	0	0	10,0	0	0	0
Beterraba	-	-	-	-	-	-	-	42,9	40,0
Cebola	-	-	-	-	-	-	0	14,3	16,7
Cenoura	0	8,3	9,1	0	-	0	42,9	28,6	16,7
Couve	-	-	-	-	-	-	-	42,9	16,7
Feijão	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Laranja	0	0	25,0	0	0	0	14,3	42,9	33,3
Maçã	17,6	8,3	15,0	0	0	12,5	0	0	0
Mamão	16,3	21,4	5,0	0	0	33,3	14,3	57,1	0
Manga	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Morango	73,1	63,6	85	88,9	41,2	57,1	28,6	71,4	50,0
Pepino	-	-	-	-	-	-	-	57,1	75,0
Pimentão	-	-	-	-	-	-	28,6	85,7	100,0
Repolho	-	-	-	-	-	-	0	14,3	0
Tomate	56,6	0	20,0	22,2	0	71,4	0	42,9	16,7
Uva	-	-	-	-	-	-	71,4	42,9	-

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (2011).

As variações decorrentes ao longo dos anos nos alimentos, pode estar relacionada em alguns casos, a um maior controle dos órgãos fiscalizadores sobre esses cultivos. Também pode estar ligada ao período de safras, em que as condições climáticas permitiram uma maior produção e aplicação de insumos, ou ao contrário, em períodos menos propícios diminuindo-se o uso desses agroquímicos.

Das 105 amostras coletadas em 2010, 49 (23,0%) eram de ingredientes ativos não autorizadas. Os mais detectados nas amostras analisadas foram o carbendazim, o clorpirifós, o procloraz, ditiocarbamatos, acefato e metamidofós. O metamidofós e o acefato foram reavaliados pela ANVISA/MS, pois o principal motivo para o banimento foi a comprovação de riscos à saúde humana com potencial mutagênico, no qual provoca carcinogenicidade em camundongos, levando a distúrbios cognitivos e neuropsiquiátricos em exposições contínuas, neurotoxicidade, imunotoxicidade e toxicidade sobre o sistema endócrino, reprodutor e desenvolvimento embrionário.

A Ingestão Diária Aceitável - IDA é estabelecida para cada agrotóxico de forma individual, não existindo um cálculo ou avaliação da ingestão de todos os possíveis agrotóxicos a que a população está exposta em sua dieta diária, resultando em um acúmulo significativo no organismo. Na Tabela 12 pode-se ter uma dimensão real dos diversos resíduos de agrotóxicos presentes nos alimentos que compõem nossa dieta e a que estamos expostos diariamente, cujo resultado, porém, ainda não está calculado. E na Tabela 13, verifica-se os principais problemas ocasionados à saúde humana, decorrentes de ingredientes

ativos de agrotóxicos que se encontram em reavaliação ou já banidos em vários países do mundo, mas que no Brasil seu uso ainda é contínuo.

Tabela 12. Resíduos de agrotóxicos presentes nos alimentos, segundo Ingredientes Ativos Detectados – Paraná (2010)

Ingrediente Ativo	<LMR	>LMR	NA	Total
Acefato	8	0	5	13
Azoxistrobina	5	0	0	5
Betaciflutrina	2	0	1	3
Captana	0	0	1	1
Carbendazim	28	3	6	37
Ciproconazol	0	0	2	2
Clorfenapir	2	0	0	2
Clorotalonil	7	0	1	8
Clorpirifós	12	0	8	20
Detalmetrina	2	0	0	2
Difenoconazol	5	0	0	5
Dimetoato	1	0	0	1
Ditiocarbamatos	15	0	2	17
Endossulfam	0	0	2	2
Fenitrotiona	2	0	0	2
Fenpropatrina	1	0	2	3
Folpete	1	0	1	2
Fosmete	0	0	1	1
Imazalil	2	0	0	2
Lambda-cialotrina	5	0	3	8
Metamidofós	7	0	5	12
Metidationa	2	0	0	2
Metomil	0	0	2	2
Permetrina	2	0	3	5
Primidifós-metílico	2	0	0	2
Procimidona	9	0	1	10
Procloraz	18	0	2	20
Profenofós	2	0	0	2
Propargito	1	0	0	1
Tebuconazol	11	0	0	11
Tibendazol	1	0	0	1
Triazofós	1	0	0	1
Total	161	3	49	213

Legenda: NA - Não autorizados para a cultura; >LMR - acima do Limite Máximo de Resíduo; >LMR+NA – acima do Limite Máximo de Resíduo e Não autorizados para a cultura.

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (2011).

Tabela 13. Problemas de saúde relacionados a agrotóxicos ainda utilizados no Brasil e banidos ou em reavaliação em vários países do mundo

Agrotóxico	Problemas relacionados	Proibido ou restrito
Abamectina	Toxicidade aguda e suspeita de toxicidade reprodutiva do IA e de seus metabólitos.	Comunidade Europeia – proibido.
Acefato	Neurotoxicidade, suspeita de carcinogenicidade e de toxicidade reprodutiva e a necessidade de revisar a Ingestão Diária Aceitável.	Comunidade Europeia – proibido.
Carbofurano	Alta toxicidade aguda, suspeita de desregulação endócrina.	Comunidade Europeia, Estados Unidos – proibido.
Ciexatina	Alta toxicidade aguda, suspeita de carcinogenicidade para seres humanos, toxicidade reprodutiva e neurotoxicidade.	Comunidade Europeia, Japão, Estados Unidos, Canadá – proibido. Uso exclusivo para citrus no Brasil, 2010.
Endossulfam	Alta toxicidade aguda, suspeita de desregulação endócrina e toxicidade reprodutiva.	Comunidade Europeia, Estados Unidos – proibido. Índia (autorizados para fabricar). A ser proibido no Brasil a partir 07/2013.
Forato	Alta toxicidade aguda e neurotoxicidade.	Comunidade Europeia – proibido.
Fosmete	Neurotoxicidade.	Comunidade Europeia – proibido.
Glifosato	Casos de intoxicação, solicitação de revisão da Ingestão Diária Aceitável (IDA) por parte da empresa registrante, necessidade de controle de impurezas presentes no produto técnico e possíveis efeitos toxicológicos adversos.	Revisão da Ingestão Diária Aceitável (IDA).
Lactofem	Carcinogênico para humanos.	Comunidade Europeia – proibido.
Metamidofós	Alta toxicidade aguda e neurotoxicidade.	Comunidade Europeia, China, Índia – proibido. Proibido no Brasil a partir de 07/2012.
Paraquat	Alta toxicidade aguda e toxicidade.	Comunidade Europeia – proibido.
Parationa Metílica	Neurotoxicidade, suspeita de desregulação endócrina, mutagenicidade e carcinogenicidade.	Comunidade Europeia, China – proibido.
Tiram	Estudos demonstram mutagenicidade, toxicidade reprodutiva e suspeita de desregulação endócrina.	Estados Unidos – proibido.
Triclorfom	Neurotoxicidade, potencial carcinogênico e toxicidade reprodutiva.	Comunidade Europeia – proibido. Proibido no Brasil a partir de 2010.

Fonte: Augusto et al. (2012).

Outro documento de relevante interesse nacional e mundial foi desenvolvido pela ABRASCO. Publicado pela primeira vez no ano de 2012 em três grandes eventos, O World Nutrition Congress, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

(Rio+20), ambos no Rio de Janeiro, e o X Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva em Porto Alegre, a publicação condena o excessivo uso de agrotóxicos no campo brasileiro que tem resultado na contaminação do ambiente e das pessoas, gerando grandes impactos na saúde pública, segurança alimentar e nutricional da população (AUGUSTO et al., 2012; CARNEIRO et al., 2012).

O dossiê traz um alerta à população brasileira, ao anunciar que desde 2008 o Brasil é considerado o maior consumidor de agrotóxicos em escala planetária. Pautado em pesquisas e comprovação científica, o documento traz como objetivo a adoção de políticas públicas visando à proteção da saúde humana e dos ecossistemas.

Os três volumes do dossiê mostram informações impactantes, pois evidenciam a realidade vivida pela população exposta aos agrotóxicos. Segundo dados da ANVISA e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná (2012), nos últimos dez anos o mercado brasileiro de agrotóxicos cresceu 190%, enquanto que o mundial 93%. A quantidade de agrotóxicos vendidas no segundo semestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011 correspondeu a 936 mil toneladas do produto, sendo que 833 mil toneladas foram produzidas no Brasil e 246 mil toneladas foram importadas. Em 2011 foram 853 milhões de litros de agrotóxicos pulverizados em 71 milhões de hectares em lavouras do país, o que representou uma média de 12 litros/hectare e exposição média ambiental/ocupacional/alimentar de 4,5 litros de agrotóxicos por habitante. Na Tabela 14 pode-se confirmar a evolução do consumo dos agroquímicos nas áreas rurais do Brasil.

Tabela 14. Consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil (2002-2011)

Brasil	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agrotóxicos (milhões em litros)	599,5	643,5	693,0	706,2	687,5	686,4	673,9	725,0	827,8	852,8
Fertilizantes (milhões em quilos)	4.910	5.380	6.210	6.550	6.170	6.070	6.240	6.470	6.498	6.743
Total (ano)	5.509,5	6.023,5	6.903,0	7.256,2	6.857,5	6.756,4	6.913,9	7.195,0	7.325,8	7.595,8

Fonte: Augusto et al. (2012).

O mercado nacional desses produtos vem aumentando a cada ano, sendo nas lavouras monocultoras que seu uso tem sido massivo. Esse aumento está relacionado a vários fatores, como a expansão da soja transgênica que exige um consumo maior de glifosato, e a maior resistência das “pragas da lavoura” que demanda maior consumo de inseticidas e fungicidas. Outro fator é o estímulo ao consumo, decorrente da diminuição de preços e isenção de

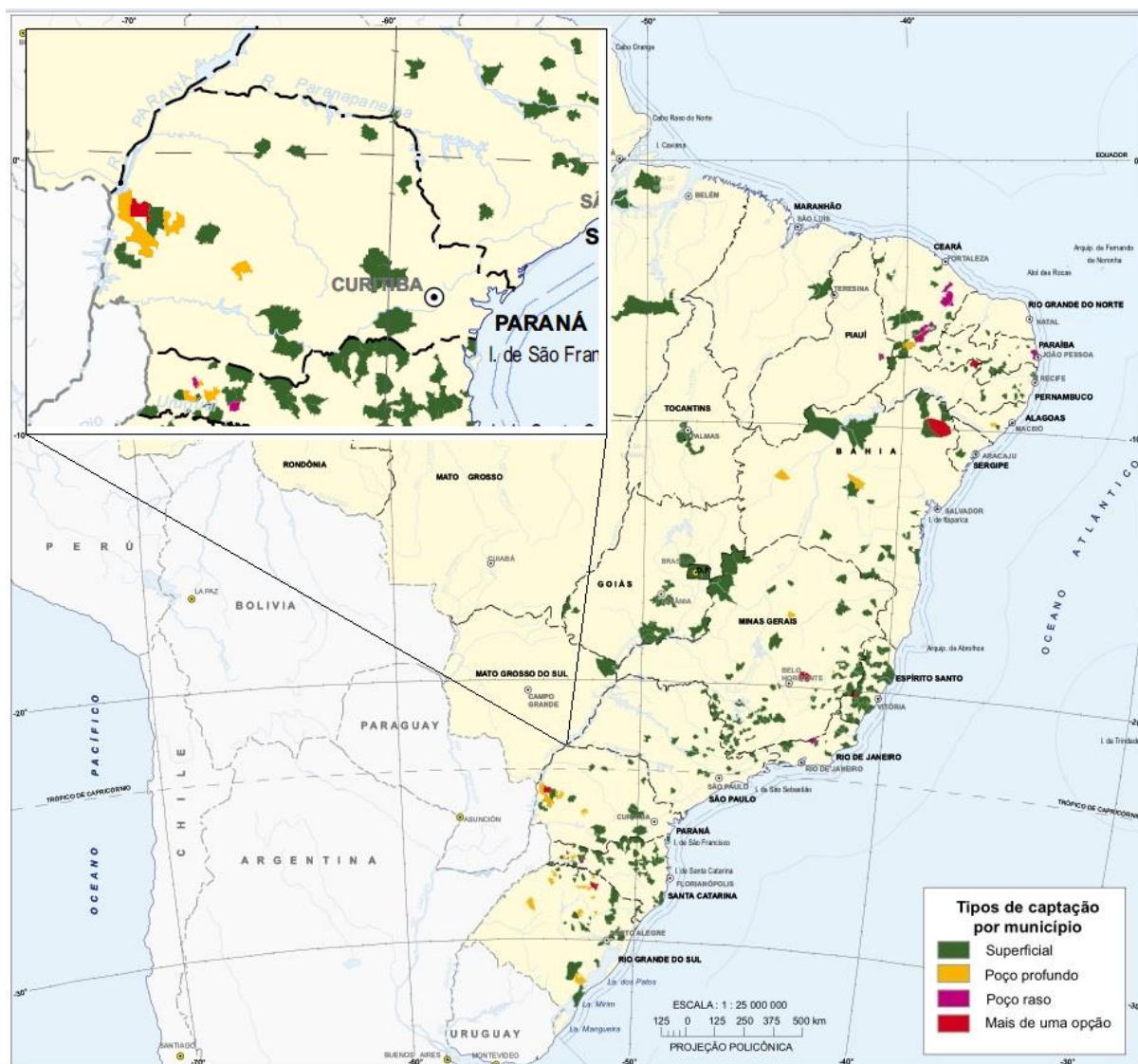
impostos, propiciando que os agricultores utilizem agrotóxicos em maior quantidade por hectare (PIGNATI; MACHADO, 2011).

Segundo a ANVISA, hoje são cerca de 498 ingredientes ativos (IA) e 2.400 formulações de agrotóxicos registrados no Ministério da Saúde, MAPA e Ministério do Meio Ambiente, permitidos no Brasil. Entretanto, dos 50 produtos mais utilizados em nosso país, 22 são proibidos na União Europeia. Assim sendo, desde 2008 quatorze deles estão em processo de revisão na ANVISA, sendo que quatro já foram proibidos, ciexatina e triclorfom, metamidofós retirado do mercado em 2012 e o endossulfam a partir de junho de 2013. O fosmete e o acefato tiveram seus usos restringidos, apesar dos achados toxicológicos serem indicativos de banimento. Outros dois já concluíram a consulta pública de revisão (forato e parationa-metflica) e os demais já tiveram suas notas técnicas de revisão concluídas: lactofem, furano, tiram, paraquat, glifosato, abamectina.

A partir do ano de 2008 as importações de princípios ativos no Brasil cresceram 400% e de produtos formulados 700%. São anualmente 833.000 toneladas de 936 produtos vendidos no país, sendo que 90% dos produtos formulados são de material vindos de outros países, especialmente da China. Esses agrotóxicos quando registrados no Brasil não têm prazo de validade. O custo pago pelo registro no Brasil é de apenas 90 reais à ANVISA, enquanto que nos Estados Unidos são 600 mil dólares por registro. Em 2008 a ANVISA colocou 14 produtos em reavaliação e verificou vários problemas, como controle de qualidade e alterações das formulações sem registro. Isso fez que uma consulta pública fosse realizada, buscando revisar os critérios de classificação toxicológica e avaliação para registro dos agrotóxicos (PIGNATI; MACHADO, 2011).

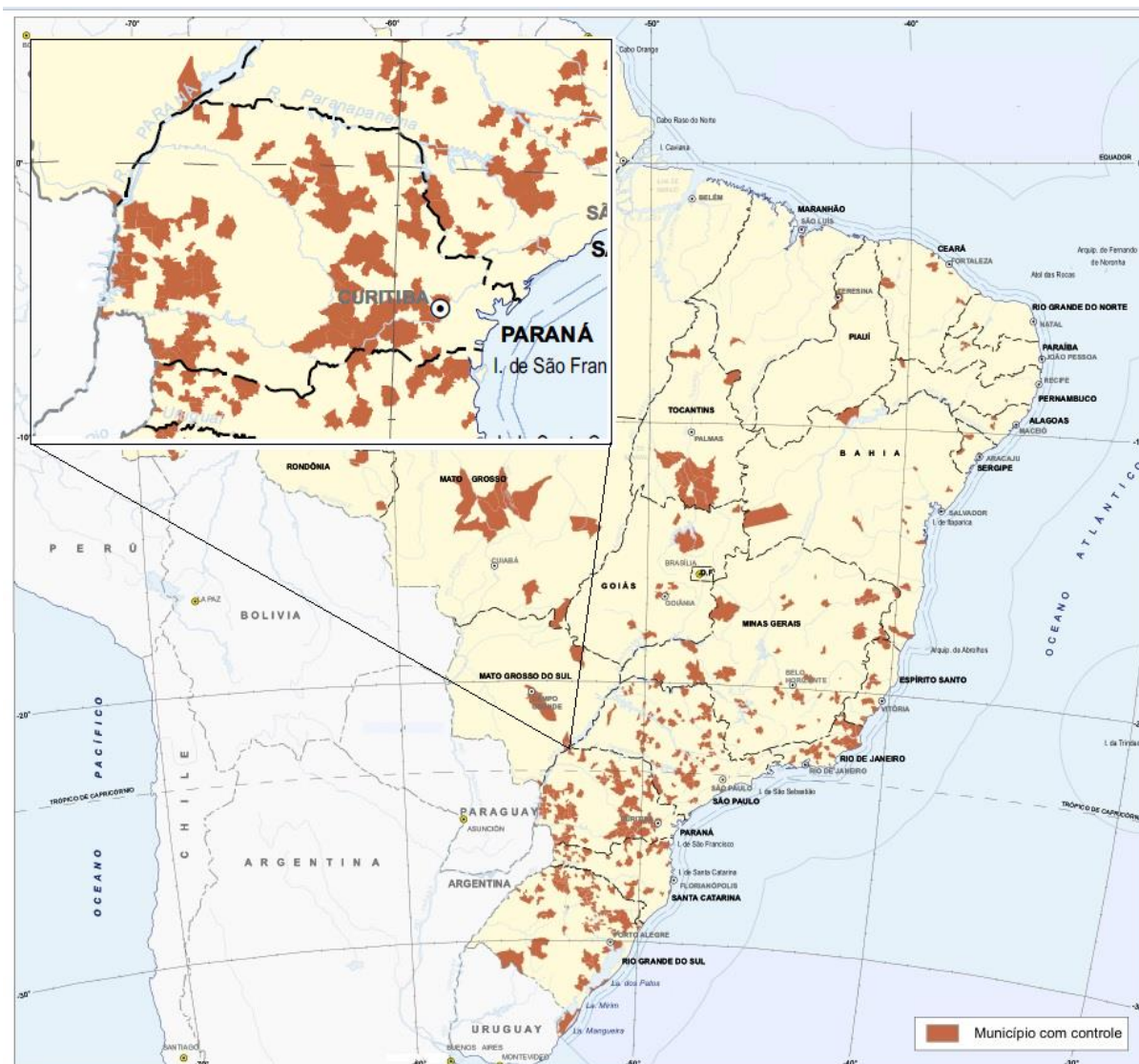
Quanto às pesquisas realizadas pelo PARA da ANVISA, o dossiê alerta que são apenas 235 princípios ativos pesquisados dos 498 já existentes no Brasil, sendo que entre os não pesquisados encontra-se o glifosato que é vendido em larga escala no país (40% das vendas). Além disso, há o problema relacionado aos ingredientes ativos que já foram banidos voluntariamente na Europa e nos Estados Unidos, mas que no Brasil endossulfam, metamidofós e acefato estão sendo mantidos por pressões do setor agrícola.

Outra preocupação é aquela oriunda da contaminação de lençóis de água e do subsolo, pelo uso excessivo e inadequado de agrotóxico no campo. O relatório do IBGE apresenta a análise dessa contaminação, sendo que o Atlas de Saneamento e Saúde do IBGE de 2011 nos fornece alguns MAPAS (12 e 13) que expõem os resultados obtidos.



MAPA 12. Poluição por agrotóxicos na captação de água

Fonte: IBGE (2011).



MAPA 13. Controle sobre o manejo de embalagens vazias de agrotóxicos

Fonte: IBGE (2011).

Observa-se que há um controle na fronteira Oeste Paranaense das embalagens vazias de agrotóxicos. No entanto, está comprovado que suas captações de água potável estão contaminadas por agrotóxicos, seja pelo uso excessivo ou pela utilização inadequada desses pesticidas em áreas de mananciais.

A última Portaria de Potabilidade da Água no Brasil, nº 2.914/2011, permite a presença de até 27 tipos de agrotóxicos na água, 15 produtos químicos inorgânicos (metais pesados), 15 produtos químicos orgânicos (solventes), sete produtos químicos secundários para desinfecção domiciliar e a permissão no uso de algicidas nos mananciais e estações de tratamentos. Essa realidade mostra o quão suscetível a população encontra-se, pela quantidade

indiscriminada de produtos nocivos aos seres humanos, que estão em suspensão nessas fontes de potabilidade para a sociedade e que são permitidas por lei (AUGUSTO et al., 2012).

Outra análise que merece destaque é a presença de agrotóxicos em leite de vaca. Foram realizadas coletas em quatro estados brasileiros, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo encontrados resíduos de organofosforados e/ou carbamatos em 93,8% das amostras avaliadas. Os alimentos derivados do leite podem permanecer com os resíduos mesmo após a pasteurização ou esterilização.

Portanto, as pessoas encontram-se expostas aos agrotóxicos em toda a cadeia produtiva da mercadoria. Quem produz, vende, transporta, manipula/pulveriza estes insumos e suas famílias que moram dentro ou na periferia das plantações, quem armazena esses produtos e o consumidor final, todos estão suscetíveis a contaminação. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) informa que em todo produto pulverizado existe uma deriva técnica, no qual apenas 32% dos agrotóxicos ficam retidos nas plantas, 19% vão para o ar e áreas circunvizinhas, 49% vão para o solo, sendo que uma parte evapora, outra é levada pelas chuvas que se deslocam aos rios e lençóis freáticos juntamente com a porcentagem que foi para o solo, e a outra parte se degrada.

O uso concomitante de agrotóxicos com transgênicos expõe a saúde humana e ambiental a uma maior quantidade de agroquímicos. No Brasil a média é de 4,5 kg para cada brasileiro ao ano (PIGNATI; MACHADO, 2011). Os transgênicos aumentam a quantidade de herbicidas na lavoura, por serem resistentes, e criam um maior grau de dependência dos agricultores aos agrotóxicos.

A assistência técnica prestada aos pequenos agricultores é a mesma que chega as grandes empresas do agronegócio, fazendo que estes sejam integrados ao sistema. Exemplos atuais estão na produção de fumo, aves, suínos e celulose. Assim, a territorialização do modelo de desenvolvimento do agronegócio ocorre de diversas formas, utilizando agora a agricultura familiar camponesa. Não é somente o que se produz ou a forma de produzir que muda, pois as comunidades tradicionais acabam perdendo a sua relação com a natureza que tiveram durante séculos, sendo atraídas a um novo modelo civilizatório cujo meio ambiente é visto apenas como uma mercadoria.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em países em desenvolvimento estimam-se que entre os trabalhadores os agrotóxicos provocam anualmente 70 mil intoxicações agudas e crônicas que evoluem para óbito e pelo menos 7 milhões de doenças agudas e crônicas não-fatais. No período de 2000-2009 o Instituto de Saúde Coletiva da Bahia indicou a ocorrência no Brasil de 2.052 mortes

por intoxicação de agrotóxicos, sendo que 743 (36,2%) não dispunham de registro da ocupação, 679 (51,9%) eram acidentes de trabalho relacionados a agrotóxicos e apenas 38 (5,6%) foram registrados como acidente de trabalho na Declaração de Óbito. Segundo a OMS, estima-se que para cada caso notificado outros 50 não foram. Isso significa que no Brasil em 2009 podem ter ocorrido 6.000 casos notificados, ficando ocultos outros 300.000 casos de intoxicações (AUGUSTO et al., 2012).

São diversos os fatores para que essas notificações não ocorram, podendo-se considerar entre eles

[...] a falta de acesso aos serviços de saúde pela população do campo, as dificuldades enfrentadas pelos médicos em identificar esse tipo de intoxicação, a falta de preenchimento adequado das fichas, até o medo dos profissionais de saúde em assumir tal notificação, haja vista o poder dos grandes fazendeiros do agronegócio nesses territórios (AUGUSTO et al., 2012, p. 51).

Portanto, fica claro a preocupação latente quanto ao uso de agrotóxicos nas lavouras, pois o modelo adotado no Brasil nas últimas décadas tem gerado intensos debates e pesquisas na área, revelando a face do uso indiscriminado desses agroquímicos à saúde da população e contaminação do meio natural, precisando ser discutido e reavaliado continuamente, pois sabe-se que existe um grande ocultamento por parte das grandes corporações que controlam o mercado mundial, que buscam os mais diversos meios para a ampliação do seu capital, mesmo que para isso seja necessário destruir uma parte da humanidade e deixar o planeta em condições inabitáveis.

4.3 LEIS QUE BALIZAM A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO MEIO RURAL

De acordo com a legislação brasileira, Lei 7.802/89, agrotóxicos são todos os produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagens, proteção de florestas, nativas ou implantadas; também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. Também são considerados agrotóxicos as substâncias e

produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

Os agrotóxicos no Brasil são divididos em duas categorias. Os agrícolas, que são destinadas ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagens e florestas plantadas, sendo que os registros são concedidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando estiverem dentro das diretrizes e exigências do Ministério da Saúde e do Meio Ambiente. Já os não-agrícolas, são aqueles destinados ao uso e proteção das florestas nativas, ecossistemas e ambientes hídricos. Seu registro está sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, quando forem atendidas as diretrizes e exigências dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Saúde. Nesta categoria também encontram-se os destinados ao uso em áreas urbanas e industriais, domiciliares, públicas ou coletivas, tratamento de água e ao uso em campanhas de saúde pública. Os registros são concedidos nesta categoria pelo Ministério da Saúde/ANVISA, atendidas as diretrizes e exigências dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

Para o registro do agrotóxico nos órgãos brasileiros, faz-se necessário primeiramente observar o comportamento deste, após a aplicação sobre a planta. A influência dos agentes que provocam seu deslocamento físico e transformação química e biológica é importante, pois podem modificar suas propriedades gerando subprodutos distintos ao inicial, gerando graves danos à saúde humana e ao meio ambiente.

Quando um agrotóxico é utilizado em determinada área, ele possui um comportamento bastante complexo que precisa ser analisado com cuidado, antes da sua liberação pelos órgãos responsáveis. O químico atinge o solo e as águas com grande potencial; o vento e as águas da chuva colaboram para que esses resíduos atinjam áreas maiores, e conseqüentemente promovem a lixiviação e erosão. O caminho percorrido por esse agrotóxico pode atingir outras áreas do meio ambiente, e não apenas as agrícolas; como última conseqüência, tem-se a problemática do ser humano ser o maior receptor dessas substâncias.

Diante dessas e de outras circunstâncias, e como o Brasil vem usando largamente esses agroquímicos em área rural, sendo considerado o maior consumidor mundial, existem diversas normas legais de regulamentação dessas mercadorias, sendo a mais importante a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que rege o processo de registro de um agrotóxico, regulamentada pelo Decreto nº 4.074/02. O registro ocorre previamente em órgão federal, com todos os agrotóxicos que são produzidos, exportados, importados, comercializados e

utilizados no país, de acordo com as diretrizes e exigências dos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura. Fica a cargo do IBAMA realizar a avaliação do potencial de periculosidade ambiental de todos os agrotóxicos registrados no país.

A Lei 7802/89 estabelece vários dispositivos sobre a pesquisa, experimentação, produção, embalagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização dos agrotóxicos. Alguns artigos foram escolhidos, pois se entrelaçam com o objeto da pesquisa voltado à utilização de mercadorias consideradas ilegais no país e agroquímicos que ainda se encontram em circulação mas que já foram banidos em outros países, devido à comprovação científica de seu malefício ao organismo humano.

No Artigo 3º da lei, fica claro que os agrotóxicos só podem ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura. No Brasil, é proibido o registro de agrotóxicos nos seguintes casos:

- a) Para os quais o Brasil não disponha de métodos para desativação de seus componentes, de modo a impedir que os seus resíduos remanescentes provoquem riscos ao meio ambiente e à saúde pública;
- b) para os quais não haja antídoto ou tratamento eficaz no Brasil;
- c) que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, de acordo com os resultados atualizados de experiências da comunidade científica;
- d) que provoquem distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, de acordo com procedimentos e experiências atualizadas na comunidade científica;
- e) que se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratório, com animais, tenham podido demonstrar, segundo critérios técnicos e científicos atualizados;
- f) cujas características causem danos ao meio ambiente.

O Artigo 5º aborda sobre o cancelamento ou impugnação dos registros de agrotóxicos, que comprovadamente causem prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e aos animais. Aqueles que possuem legitimidade para tal são as entidades de classe representativas de profissões ligadas ao setor, partidos políticos com representação no Congresso Nacional e entidades legalmente constituídas para defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do consumidor, do meio ambiente e dos recursos naturais.

O Artigo 6º apresenta as especificações das embalagens de agrotóxicos, que devem conter os seguintes requisitos: precisam ser projetadas e fabricadas de forma a impedir

qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo, facilitar operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem. E dessa forma compreendemos porque os agrotóxicos que transpassam a fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai são considerados ilegais, pois não há qualquer registro e controle para a proteção do usuário e do meio ambiente.

A devolução das embalagens após utilizadas precisa ser efetuada nos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, no prazo de até um ano contado da data de compra ou prazo superior se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente. Assim, cabe às empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos a destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricadas e comercializadas, após a devolução pelos usuários, e também pelos produtos apreendidos nas ações fiscalizadoras e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização. No entanto, sabe-se que estas embalagens acabam sendo enterradas, jogadas em córregos e mesmo em meio a floresta, pois o agricultor que as utiliza, não faz a devolução, pois estará se incriminando por tal ato.

O Artigo 7º apresenta as obrigações dos rótulos ou bulas dos agrotóxicos. No caso dos agrotóxicos contrabandeados, não há o rigor da lei e essas exigências ficam impunes. Assim, são estabelecidos os seguintes itens:

- I - indicações para a identificação do produto, compreendendo:
 - a) o nome do produto;
 - b) o nome e a percentagem de cada princípio ativo e a percentagem total dos ingredientes inertes que contém;
 - c) a quantidade de agrotóxicos, componentes ou afins, que a embalagem contém, expressa em unidades de peso ou volume, conforme o caso;
 - d) o nome e o endereço do fabricante e do importador;
 - e) os números de registro do produto e do estabelecimento fabricante ou importador;
 - f) o número do lote ou da partida;
 - g) um resumo dos principais usos do produto;
 - h) a classificação toxicológica do produto;
- II - instruções para utilização, que compreendam:
 - a) a data de fabricação e de vencimento;
 - b) o intervalo de segurança, assim entendido o tempo que deverá transcorrer entre a aplicação e a colheita, uso ou consumo, a semeadura ou plantação, e a semeadura ou plantação do cultivo seguinte, conforme o caso;
 - c) informações sobre o modo de utilização, incluídas, entre outras: a indicação de onde ou sobre o que deve ser aplicado; o nome comum da praga ou enfermidade que se pode com ele combater ou os efeitos que se pode obter; a época em que a aplicação deve ser feita; o número de aplicações e o espaçamento entre elas, se for o caso; as doses e os limites de sua utilização;

d) informações sobre os equipamentos a serem usados e a descrição dos processos de tríplice lavagem ou tecnologia equivalente, procedimentos para a devolução, destinação, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização das embalagens vazias e efeitos sobre o meio ambiente decorrentes da destinação inadequada dos recipientes;

III - informações relativas aos perigos potenciais, compreendidos:

a) os possíveis efeitos prejudiciais sobre a saúde do homem, dos animais e sobre o meio ambiente;

b) precauções para evitar danos a pessoas que os aplicam ou manipulam e a terceiros, aos animais domésticos, fauna, flora e meio ambiente;

c) símbolos de perigo e frases de advertência padronizados, de acordo com a classificação toxicológica do produto;

d) instruções para o caso de acidente, incluindo sintomas de alarme, primeiros socorros, antídotos e recomendações para os médicos;

IV - recomendação para que o usuário leia o rótulo antes de utilizar o produto.

O Artigo 13º deixa claro que a venda de agrotóxicos só pode ser realizada em receituário próprio, prescrito por profissional legalmente habilitado, sendo que neste objeto de pesquisa, a venda é realizada na fronteira por pessoa comum. O Artigo 14º apresenta a quem cabe a responsabilidade administrativa, civil e penal, pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quanto à produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins. Portanto, poderão ser indiciados segundo a lei de agrotóxicos:

- o profissional, quando comprovada receita errada, displicente ou indevida;
- o usuário ou o prestador de serviços, quando proceder em desacordo com o receituário ou com as recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais;
- o comerciante, quando efetuar venda sem o respectivo receituário ou em desacordo com a receita ou recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais;
- o registrante que, por dolo ou por culpa, omitir informações ou fornecer informações incorretas; o produtor, quando produzir mercadorias em desacordo com as especificações constantes do registro do produto, do rótulo, da bula, do folheto e da propaganda, ou não der destinação às embalagens vazias em conformidade com a legislação pertinente;
- o empregador, quando não fornecer e não fizer manutenção dos equipamentos adequados à proteção da saúde dos trabalhadores ou dos equipamentos na produção, distribuição e aplicação dos produtos.

Quanto às punições condizentes aos inadimplentes, o 15º Artigo dispõe que estarão sujeitos à pena de reclusão, de dois a quatro anos, além de multa, aqueles que produzem, comercializam, transportam, aplicam, prestam serviço, dão destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às

exigências estabelecidas na legislação pertinente. No Artigo 16 o penalizado é o empregador, profissional responsável ou o prestador de serviço, que deixa de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente, estando sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além de multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) vezes o Maior Valor de Referência (MVR). Em caso de culpa, será punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, além de multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) MVR.

Além das responsabilidades civil e penal cabíveis, são imputadas outras medidas aplicadas isoladas ou cumulativamente dispostas no Artigo 17. São elas:

- advertência;
- multa de até 1000 (mil) MVR, aplicável em dobro em caso de reincidência;
- condenação de produto, inutilização de produto;
- suspensão de autorização, registro ou licença, cancelamento de autorização, registro ou licença, interdição temporária ou definitiva de estabelecimento;
- destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos com resíduos acima do permitido;
- destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado, a critério do órgão competente.

O Decreto nº 4.074 de 4 de janeiro de 2002, regulamentando a Lei 7.802/89, adicionou alguns artigos importantes complementando a lei. Os Artigos 62 e 63 abordam o armazenamento e transporte de agrotóxicos, que precisam obedecer à legislação vigente e às instruções fornecidas pelo fabricante, e ainda às normas municipais, principalmente em relação a edificação e à localização das indústrias e galpões detentores dos produtos.

No Capítulo IV, há uma complementaridade sobre a receita agrônômica. Esta precisa ser expedida em duas vias, ficando a primeira com o usuário e a segunda com o estabelecimento comercial, para futuras fiscalizações. Nela, precisam estar presentes dados como o nome do usuário, propriedade e localização, o diagnóstico, recomendação técnica com o nome dos produtos, culturas e áreas onde serão aplicados, doses da aplicação e quantidades totais a serem adquiridas, época de aplicação, intervalo de segurança e precauções de uso. Também é imprescindível a data, nome, CPF e assinatura do profissional que a emitiu, além do seu registro no órgão de exercício profissional. O que se observa é que o agrotóxico contrabandeado não possui nenhuma receita, estando em total desacordo ao exigido.

Quanto às sanções administrativas, o decreto completa as ações da lei, especificando outros atos e agentes. Também respondem administrativa, civil e penalmente:

- o produtor, o comerciante, o usuário, o profissional responsável e o prestador de serviços que opuser embarço à fiscalização dos órgãos competentes ou que não der destinação às embalagens vazias de acordo com a legislação;
- o comerciante, o empregador, o profissional responsável ou prestador de serviços que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde ou ao meio ambiente;
- as entidades públicas ou privadas de ensino, assistência técnica e pesquisa, que promoverem atividades de experimentação ou pesquisa de agrotóxicos, seus componentes e afins em desacordo com as normas de proteção da saúde pública e do meio ambiente.

Assim sendo, desde o início da compra até sua aplicação final, os agrotóxicos ilegais não cumprem o que a lei exige, sendo que produtores e transportadores desses materiais estão violando as leis que regem o país e colocando em risco iminente a saúde dos seres humanos e do meio ambiente.

O estado do Paraná também possui uma Lei própria, a nº 7.827, de 29 de dezembro de 1983, que se encontra dentro das diretrizes da lei federal, dispondo sobre a distribuição e comercialização no território do estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas. O cadastramento destes produtos precisa ser realizado previamente na Secretaria de Agricultura e Secretaria do Interior, sendo só admitidos em território estadual agrotóxicos e biocidas já registrados no órgão federal competente. As indústrias que produzem e manipulam os referidos químicos, precisam apresentar quando cadastrados, métodos de análise de resíduos por cultura registrados no órgão federal competente, relatório da Instituição Oficial de pesquisa que desenvolveu os ensaios de campo para as indicações de uso e doses recomendadas por cultura do produto, boletim de análise de resíduos do produto para as culturas em que é indicado, e relatório técnico aprovado pelo órgão federal competente.

O Artigo 4º determina que todo agrotóxico ou biocida que, quando analisado, revelar falsificação ou deficiência quanto aos aspectos químicos e/ou físicos, estarão sujeitos às regulamentações estabelecidas em lei, possibilitando que qualquer entidade associativa, legalmente constituída, poderá impugnar fundamentalmente, o cadastramento de produtos agrotóxicos e biocidas, arguindo efeitos comprovadamente perniciosos à saúde humana e animal, e ao meio ambiente. Essa impugnação precisa ser formalizada através de petição dirigida à Secretaria da Agricultura (SEAG), devidamente instruída com laudo técnico firmado, no mínimo, por dois profissionais brasileiros habilitados na área de biociências.

As entidades que comercializam agrotóxicos ou biocidas precisam ter cadastro na Secretaria de Agricultura e precisam apresentar, conforme o Artigo 9º, diversos documentos que comprovem a existência da empresa, registro de operações referente ao comércio desses

produtos, relação detalhada do estoque de agrotóxicos ou biocidas existentes nos estabelecimentos na data do cadastramento. A cada três meses, esses estabelecimentos precisam remeter à Secretaria de Agricultura a relação das marcas comerciais de produtos, quantidade comercializada e estoque existente.

No Artigo 10º, a lei dispõe que os agrotóxicos só podem ser comercializados diretamente aos usuários, com apresentação da receita agronômica fornecida por um Engenheiro Agrônomo registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). E para encerrar a Lei, o Artigo 23 deixa claro que todo material tratado com agrotóxico ou biocida, inicialmente destinado a plantio, e que venha a ser utilizado para alimentação humana ou animal, deverá ser previamente amostrado e analisado, para fins de controle quanto aos aspectos residuais e toxicológicos.

Concluindo a temática, é importante destacar que outros artigos nas leis brasileiras enquadram infratores envolvidos com o contrabando e a falsificação de agrotóxicos. A Lei dos Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, em seu Artigo 56, prevê que aquele que

Art. 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - abandona os produtos ou substâncias referidos no caput ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

O Artigo 334 do Código Penal apresenta a prática de Contrabando ou Descaminho: importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria, pena de reclusão de 1 a 4 anos ao usuário (agricultor), o transportador e todos que, de qualquer maneira, contribuíram para a prática do crime. E estes também respondem por Crime de Sonegação Fiscal, de acordo com a Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, que trata em seu Artigo 1º sobre todos os que vendem ou transportam mercadorias sem a emissão de notas fiscais, podendo ser autuados pela Receita Federal por sonegação fiscal, tendo como pena a detenção de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes sobre o valor do tributo.

Assim, ao analisar as leis que compõem a regulamentação dos agrotóxicos no país, e a inibição de práticas consideradas ilegais, verifica-se que mesmo diante de tantas barreiras, o fluxo de mercadorias se sobrepõe aos interesses e propósitos do Estado, apresentando-se como a verdadeira face do mercado mundial; um mundo sem barreiras para a livre circulação do capital, no qual uma minoria busca manter sua hegemonia sobre a massiva população, sendo que essa relação dialética modifica os paradigmas que por muitos séculos vigoraram, e que agora se impõe sob a nova ordem mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carregada de especificidades, as atividades ilícitas comprovam sua intensa relação com o capitalismo mundial, reproduzindo os meios incontrolláveis do processo sociometabólico do dinheiro e do lucro. As redes, os territórios e as fronteiras ultrapassam as antigas compreensões, e novos significados são atribuídos a essas categorias de análise. Agora, inseridas na dinâmica da globalização, fazem emergir no espaço novos paradoxos, onde apenas uma linha de reflexão não é mais suficiente para dar conta da complexidade em que estas se configuram.

O sistema técnico dominante tem uma característica intrínseca que é a de invadir espaços, buscando espalhar-se através da produção (divisão internacional do trabalho) e nos territórios. Para que isso ocorra é necessário, por outro lado, uma unidade política de comando, que utiliza em tempo real múltiplos lugares e todos os lugares a partir de um só deles, de maneira conectada e eficaz. Assim, a tirania do dinheiro e da informação tornam-se os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado; duas violências centrais do sistema ideológico “[...] que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base de novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – [...]” (SANTOS, 2000, p. 38).

Nesse sentido, pode-se alocar diversos segmentos que foram aprofundados para entender o objeto da pesquisa, ou seja, o contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. Inicialmente abordou-se as categorias de análise da ciência geográfica, Território, Territorialidades e Fronteiras, que em seu bojo constituem um processo dinâmico em constante metamorfose, observado inicialmente como espaços fechados, mas que atualmente encontram-se marcados pela porosidade e sobreposições. Os Estados-nações, que no passado detinham seus territórios buscando a uniformização e o fechamento das fronteiras, agora precisam dividir seus espaços com as grandes corporações, que buscam ditar as relações econômicas mundiais. Gonçalves (2004) se dirige ao capitalismo como desigual e recombinante, que vai se desenvolvendo não só através das grandes corporações transnacionais, mas usa o Estado como articulador desse processo, e também “[...] outros protagonistas menos honrados nessas relações, como os narcotraficantes, os traficantes de armas [...]” (p. 204), realizando relações tensas e contraditórias com o território, as técnicas e as ações que vão sendo inseridas.

A fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai não fica de fora e encontra-se integrada ao mercado mundial, especialmente com o movimento transfronteiriço de mercadorias e pessoas. Processo que ocorre há vários séculos, resultando ao longo do tempo na intensificação das relações. Iniciando pelos Guarani, posteriormente com espanhóis e portugueses, e atualmente com brasileiros, paraguaios e argentinos, inundados por uma multiculturalidade de diferentes povos que migraram à região, o espaço-tempo formou distintas identidades na fronteira, e que apresentam, hoje, o resultado vigente das relações transfronteiriças. Diversas territorialidades que estão em constante movimento e promovem a porosidade da fronteira.

Um dos resultados dessas relações são as redes ilegais que se proliferam na região da fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai. O “controle” das regiões fronteiriças, que se encontram fragilizadas pela disseminação de atividades ilícitas, torna-se assunto recorrente na pauta dos principais eventos internacionais. No entanto, ficou evidente que essas atividades fazem parte do processo da globalização e mundialização do capital, que tem se inserido em todos os meios e formas econômicas para a sua reprodução. A racionalidade capitalista sem limites gera uma perda da razão, em que as carências e a escassez atingem a cada dia uma parcela maior da sociedade, mostrando o caminho trilhado por essa forma de “governar” o mundo. Boa parcela da humanidade acaba por não obedecer mais às leis, normas, regras, mandamentos, costumes, seja por incapacidade ou mesmo desinteresse. As irracionalidades acabam por ecoar, mas que, na verdade, constituem outras formas de racionalidade, como a proliferação dos ilegais, irregulares e informais. O território torna-se por si só esquizofrênico, pois ao mesmo tempo em que acolhem os poderes hegemônicos da globalização impondo uma nova ordem, ocorre simultaneamente uma contraordem com a produção acelerada de pobres, excluídos e marginalizados. Essas pessoas não têm aceitado com tanta veemência a racionalidade hegemônica, manifestando-se como uma contraface a esse pragmatismo (SANTOS, 2000).

Assim, a população excluída dos processos formais de trabalho tem encontrado amparo nos informais, e em área de fronteira acabam por tornar-se ilícitas, conforme a legislação de cada país, que, neste caso, de acordo com o objeto de estudo, é assim considerada no Brasil. Os movimentos que ocorrem no espaço estão pautados nas lutas sociais pela sua apropriação, e aquelas que se encontram excluídas da ordem hegemônica dominante produzem e reinventam espaços e territórios. Permeiam essas construções as concepções, valores, interesses, mentalidades e visões de mundo, criando uma política e ideologia sobre os territórios, materializados por projetos elaborados por sujeitos históricos. Nesse contexto, o ser humano deve sempre ser observado enquanto totalidade concreta, concebido no cotidiano,

sofrendo metamorfoses interiores e exteriores, produzindo economia, cultura e política. Porém, além de encontrarem-se abaixo da dominação ideológica das instituições dominantes, os seres humanos também deixam suas marcas contraventoras sobre os territórios. Eles “[...] inauguram outras realidades que não as exigidas pelos códigos e domínios oficiais, criam/inventam táticas de subversão à ordem estabelecida, em geral às sombras do sistema e a partir mesmo dele próprio” (SANTOS, 2005, p. 44).

Dessa forma, percebe-se a globalização como fábula e como perversidade, pois os atores hegemônicos criam um discurso global como se todos fossem participantes dessa harmoniosa aldeia com trocas econômicas, sociais e culturais igualitárias. Porém o que ocorre é uma obscuridade real, pois o processo sociometabólico do capital tem desenvolvido no espaço e território o desvirtuamento da sociedade para uma ação subjetiva (GASPAR, 2004).

A partir desses apontamentos, pode-se inferir que “[...] vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido[...].” (SANTOS, 2005, p. 17), pois a globalização vista como fábula busca uma uniformidade, na qual o culto ao consumo é altamente estimulado ao serviço dos atores hegemônicos, mas o que ocorre é o inverso. A cada dia este sonho se torna mais distante de parte considerável da população do planeta. A perversidade sistêmica que se encontra na raiz dos comportamentos competitivos dos atores hegemônicos cria mazelas e uma evolução negativa na humanidade.

Essa negatividade também reflete-se na saúde da população. A transposição de agrotóxicos ilegais via fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai atinge imediatamente a população que faz uso dessas mercadorias nas áreas agrícolas e, conseqüentemente, aquelas que fazem uso desses alimentos. A falta de fiscalização dos produtos empregados coloca em risco maior todos os consumidores que irão utilizar essas mercadorias, sem contar os danos causados ao meio ambiente.

O estudo abordou o mapeamento da rota do contrabando de agrotóxicos na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai, com o uso de fontes jornalísticas, artigos científicos e órgãos institucionais, levantando informações sobre a articulação dessas redes a nível mundial e local, e sua transposição sobre territórios e fronteiras. Com mercados produtores na China, Índia e Paraguai, essas mercadorias ingressam no Brasil de diversas formas, usando canais com países vizinhos como a Argentina, Uruguai e Paraguai, e sua posterior entrada na fronteira Paraná (Brasil)-Paraguai via Lago de Itaipu, Ponte da Amizade (Ciudad del Este/Paraguai – Foz do Iguaçu/Paraná) e Ponte Ayrton Senna (Salto del Guairá/Paraguai – Guaíra/Paraná). Chegando ao estado do Paraná, as mesmas são integradas a outros tipos de

contrabando, tráfico internacional, ou ainda, cargas lícitas, e articuladas por todo o país, abastecendo os principais estados agrícolas.

Dessa maneira, as fronteiras são percebidas como novos espaços do capital, no qual o mercado cria jogos de diferenças de regras entre as nações. “Um território aberto em meio à fronteira fechada”. Assim, a dualidade da fronteira tem sido a marca mais visível no período contemporâneo, sendo percebida, ao mesmo tempo, como linha de separação para a preservação da soberania, mas também como área de transposição de fronteiras, onde práticas sociais e trocas são estabelecidas por interesses comuns. Ela é assim, separação e aproximação, barreira e espaço polarizador (RIBEIRO; COSTA, 2011).

Portanto, conclui-se que não é o fechamento da fronteira que irá resolver os problemas nela decorrentes. O cerne da questão encontra-se na estrutura do capitalismo mundial. O caminho a ser trilhado pelos Estados-nações é observar e considerar a fronteira como uma passagem, um ponto de convivência com troca de experiências, cultura e atividades comerciais, em que alianças precisam ser (re)moldadas com os países vizinhos, para que os entraves presentes tenham um desfecho não só a contento dos governantes, mas também da sociedade que tem sido a principal prejudicada pelos interesses hegemônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. A mobilidade das fronteiras. In: BRANDÃO, Maria (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ANGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA)**. Relatório de Atividades de 2010. Brasília, 2011.

_____. **Resolução** ANVISA nº347, de 16 de dezembro de 2002. Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos e preservantes de madeira. Consulta Pública nº 50, de 09 de junho de 2003.

AUGUSTO, L. G .S. et al. **Dossiê ABRASCO**: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 2ª Parte.

AZEVEDO, Paulo Roberto; COLOGNESE, Silvio Antonio; ULSAFAR, Darcy. Usando mix de métodos para avaliar uma trajetória de exclusão no oeste do Paraná. **Tempo da Ciência**: Revista de Ciências Sociais e Humanas, Cascavel, vol. 18, n. 35, p. 115-136, 2011.

BELUSSO, Diane; SERRA, Elpídio. Caracterização Sócio-Espacial da Agricultura no Oeste Paranaense: um estudo de caso em Palotina-PR. **Agrária**, São Paulo, n. 4, p. 20-39, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, São Paulo, vol. 45, p. 1-21, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1998.

_____. **Decreto-lei** nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jan. 2002.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CAMPOS, Davi Lopes; JÚNIOR, Carlos Martins. Fronteira e Contrabando: A Globalização está em casa? In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; SIQUEIRA, Kiase S. Moraes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Fronteiras**: conflitos, integração e políticas públicas. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

CARDIN, Eric Gustavo. **Laranjas e sacoleiros na tríplice fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 1ª Parte.

CATAIA, Márcio. A relevância das Fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol. XI, n. 245(21), 2007.

_____. Uso de Território e Fronteiras Políticas no período da Globalização. In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA; Marco Aurélio Machado de (Org.). **Fronteiras em Foco**. Campo Grande: UFMS, 2011.

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

CORADINI, O. L.; RIEDL M. **Produção familiar, tecnologia e produção de soja**. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

COURLET, Claude. **Globalização e fronteira**. Ensaios FEE: Porto Alegre, 1996.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Narcotráfico na metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém**. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CREMONESE, Camila; SCHALLENBERGER, Erneldo. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná. **Tempo da Ciência**, Cascavel, vol. 12. n. 23, p. 49-63, 2005.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Técnica, território e poder na obra de Milton Santos. In: BRANDÃO, Maria (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DORFMAN, Adriana; REKOWSKY, Carmen Janete. Geografia do contrabando de agrotóxicos na fronteira gaúcha. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica, vol. 2, n. 47E, p. 1-17, 2011.

DUARTE, Fábio. **Global e Local no mundo contemporâneo: integração e conflito em escala global**. São Paulo: Moderna, 1998.

FILHO, Almir Pontes. O direito indígena dos Guarani na área da Tríplice Fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, Curitiba, vol. 1, n. 15, p. 228-257, 2011.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Contrabando na fronteira meridional do Brasil – por fora e por dentro da Alfândega (1845-1889). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, vol. 4, n. 7, p. 122-142, 2012.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

GASPAR, Jorge. Técnica, território e poder. In: BRANDÃO, Maria (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GEMELLI, Vanderleia; SOUZA, Edson Belo Clemente de. A organização territorial da droga na fronteira do Brasil e Paraguai. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GOMES, Cintia Helena Rodriguez; AMARAL, Ana Paula Martins. Gênero e Violência: Questões sem fronteira. In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; SIQUEIRA, Kiase S. Moraes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Fronteiras: conflitos, integração e políticas públicas**. Campo Grande: UFMS, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estudo dos efeitos econômicos e sociais da Hidroelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná: Relatório Final**. Curitiba, IPARDES, 1977.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense**. Curitiba : IPARDES, 2004.

KLAUCK, Samuel. **Gleba dos Bispos**: colonização no Oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social. Porto Alegre: EST, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEITE, Manoel Rodrigues; MELO, Wilson Ferreira de. Concepções da fronteira: o olhar sobre programas federais de integração fronteiriça no Brasil do século XXI. In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; SIQUEIRA, Kiase S. Moraes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Fronteiras**: conflitos, integração e políticas públicas. Campo Grande: UFMS, 2011.

LOPES, Sérgio. **O território do Iguazu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques (Org.). et al. **Fronteiras e Espaço Global**. AGB-Porto Alegre: Porto Alegre, 1998.

_____. Região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos; GALVÃO, Antonio (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **Sistemas, Fronteiras e Território**. Disponível em <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02pub001.htm>> Acesso em: 26 junho 2013.

MARINUCCI, Roberto. **Brasileiros e Brasileiras no Exterior**: Apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores/2008. Disponível em <[http://www.csem.org.br/2008/roberto marinucci brasileiros e brasileiras no exterior segundo dados do mre junho2008.pdf](http://www.csem.org.br/2008/roberto%20marinucci%20brasileiros%20e%20brasileiras%20no%20exterior%20segundo%20dados%20do%20mre%20junho2008.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2013.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 1995.

MORAES, Lourival Monteiro de; NETO, Antônio Firmino de Oliveira. Conflitos e possibilidades: a realidade escolar num contexto fronteiriço. In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; SIQUEIRA, Kiase S. Moraes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Fronteiras**: conflitos, integração e políticas públicas. Campo Grande: UFMS, 2011.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, Goiânia, vol. 1, n. 2, p. 27-41, 2007.

OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade.** 2008. 110f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PARANÁ. **Decreto-lei** nº3.876, de 20 de setembro de 1984. Aprova o Regulamento da Lei nº 7.827, de 29 de Dezembro de 1983.

_____. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. **Relatório do programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos no Estado do Paraná.** Curitiba, 2011.

PEREIRA, Sidnei Aparecido Pelicon. Colonização do Oeste do Paraná entre as décadas de 1950 e 1960. In: XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR, 2008, Jacarezinho. **Anais...** Jacarezinho: UENP/FAFIJA, 2008.

PERIS, Alfredo Fonseca. **Trilhas, rodovias e eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

PIGNATI, Wanderlei Antonio; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do Estado de Mato Grosso. In: GOMEZ, Carlos Minayo; MACHADO, Jorge Mesquita Huet; PENA, Paulo Gilvane Lopes (Org.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade: Cadernos do Noroeste - Série Comunicação**, vol. 14, n. 1, p. 277-294, 2000.

PIRES, Daniel Luiz Ignacio. Economia Ilegal e Geografia. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRS, 2010.

POLON, Luana Caroline Künast. As relações de consumo na fronteira Brasil – Paraguai: o paraíso das compras. In: V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Processos planetários e fronteiras móveis: reflexões a partir da obra de Milton Santos. In: BRANDÃO, Maria (Org.). **Milton Santos e o Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PRYTOLUK, Miguel Belardinelli. Territorialização do contrabando de agrotóxico na fronteira gaúcha. In: XXIII Salão de Iniciação Científica, 2011, Porto Alegre. **Comunicação...** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Letícia Parente. **Zonas de Fronteira Internacionais na Atualidade: uma discussão**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

RIBEIRO, Maria Lúcia Ortiz; COSTA, Gustavo Villela Lima da. A criança “migrante” na fronteira Brasil-Bolívia: desafios e dificuldades. In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; SIQUEIRA, Kiase S. Moraes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Fronteiras: conflitos, integração e políticas públicas**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

RIPPEL, Ricardo. **Relatório anual de pesquisa: migração e desenvolvimento no Oeste do Paraná, uma análise de 1950 a 2000**. Toledo: UNIOESTE, 2004.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - IPARDES**, Curitiba, n. 86, p. 49-99, 1995.

ROS, José Roberto da. Falsificação e contrabando de agrotóxicos: a sociedade perde a saúde, o país perde o respeito. In: V Congresso Brasileiro de Algodão, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: EMBRAPA, 2005.

SACK, Robert David. **Human territoriality: a theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997b.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

_____. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, Álvaro José; SOUZA, Edson Belo Clemente de; JÚNIOR, Lourenço Magnoni (Org.). **Paisagem, Território e Região: em busca da identidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Fronteiras Culturais e Desenvolvimento Regional: novas visibilidades**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SCHENATO, Vilson Cesar. **Grupos sociais rurais além das fronteiras: construções identitárias entre colonos e assentados no Oeste Paranaense**. Curitiba: CRV, 2011.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Nas ondas do rádio: a viabilização da modernização no Oeste do Paraná (1960-1980)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

SENA, Divino Marcos de; SIQUEIRA, Kiase Sebastiana Moraes. Homens que labutam: um breve panorama sobre os trabalhadores livres na fronteira oeste do império do Brasil (1830-1880). In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; SIQUEIRA, Kiase S. Moraes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Fronteiras: conflitos, integração e políticas públicas**. Campo Grande: UFMS, 2011.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. A Fronteira Política: alguns apontamentos sobre este tema clássico da Geografia Política. **Revista Acta Geográfica**, Roraima, vol. 2, n. 4, p. 07-15, 2008.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Regina Coeli Machado; SANTOS, Maria Elena Pires (Org.). **Cenários em Perspectiva: Diversidade na tríplice fronteira**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola. **Re: Contrabando de Agrotóxicos [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida por <angelicakarina_83@hotmail.com> em 27 jun. 2013.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. Políticas Territoriais de Desenvolvimento Regional: o planejamento em foco nas margens do lago de Itaipu – Costa Oeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 115, p. 125-147, 2008.

_____. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, vol. 3, n. 1, p. 103-116, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica**. Disponível em <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos04.htm>>. Acesso em: 25 junho 2013.

TURRA NETO, Nécio. Do Território aos Territórios. In: SOUZA, Álvaro José; SOUZA, Edson Belo Clemente de; JÚNIOR, Lourenço Magnoni (Org.). **Paisagem, Território e Região: em busca da identidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Fragmentos de inconformidade: sociedade, territórios, espaços**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

WOOD, Charles; CARVALHO, José Alberto Magno de. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

ZAAR, Miriam Hermi. A migração rural no oeste paranaense: a trajetória dos brasiguaios. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. V, nº 88, n. 94(88), 2001.

REFERÊNCIAS JORNALÍSTICAS

2,2 TONELADAS de drogas são apreendidas na Operação Ágata II. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 set. 2011. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1172115&tit=22-toneladas-de-drogas-sao-apreendidas-na-Operacao-gata-II>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

78 PESSOAS são presas na Operação Láparos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 nov. 2011. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1194442&tit=78-pessoas-sao-presas-na-Operacao-Laparos>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

400KG de agrotóxico contrabandeados são apreendidos. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 13 dez. 2011. Disponível em <http://www.opresente.com.br/policial/400-kg-de-agrotoxico-contrabandeados-sao-apreendidos-19886/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

400 QUILOS de agrotóxico são apreendidos em porto clandestino em Guaíra. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 07 fev. 2011. Disponível em <http://www.opresente.com.br/policial/400-quilos-de-agrotoxico-sao-apreendidos-em-porto-clandestino-em-guaira-9764/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

AÇÃO da PF contra contrabando prende 78; 31 são policiais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1009664-acao-da-pf-contrabando-prende-78-31-sao-policiais.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

AGROTÓXICO na mesa do consumidor. **O Paraná**, Cascavel, 23 jun. 2011. Disponível em <http://www.oparana.com.br/cidades/agrotoxico-na-mesa-do-consumidor-520/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

APREENSÃO de agrotóxico tem alta de 137%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/931200-apreensao-de-agrotoxico-tem-alta-de-137.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

APREENSÕES da Ágata II somam R\$3 milhões. **Gazeta do Iguçu**, Foz do Iguçu, 29 set. 2011. Disponível em <http://www.gazeta.inf.br/caderno1/apreensoes-da-agata-ii-somam-r-3-milhoes/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

AUMENTA fiscalização de uso irregular de agrotóxicos. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 24 mar. 2011. Disponível em <http://www.opresente.com.br/geral/aumenta-fiscalizacao-de-uso-irregular-de-agrotoxicos-10939/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

BATALHÃO de fronteira irá combater o crime organizado na região. **Jornal do Oeste**, Toledo, 27 jun. 2012. Disponível em <http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/batalhao-de-fronteira-ira-combater-o-crime-organizado-na-regiao-26379/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

BRASIL faz megaoperação militar na tríplice fronteira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 ago. 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1133104-brasil-faz-megaoperacao-militar-na-triplice-fronteira.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

CAMINHÃO com 1 tonelada de agrotóxico é apreendido na região. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 28 fev. 2011. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/caminhao-com-1-tonelada-de-agrotoxico-e-apreendido-na-regiao-10294/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

CONTRABANDO encontra 3 mil brechas no Lago de Itaipu. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 out. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1178294&tit=Contrabando-encontra-3-mil-brechas-no-Lago-de-Itaipu>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

CONTRABANDO rouba mão-de-obra e põe indústria em alerta. **O Paraná**, Cascavel, 28 out. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/contrabando-roubamao-de-obra-e-poe-industria-em-alerta-22074/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

CRIMINALIDADE nacional tem origem na fronteira. **O Paraná**, Cascavel, 29 jul. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/criminalidade-nacional-tem-origem-na-fronteira-17496/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

CRIMINALIDADE trava o desenvolvimento do turismo na fronteira. **O Paraná**, Cascavel, 14 out. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/criminalidade-trava-o-desenvolvimento-do-turismo-na-fronteira-21428/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

DEFESA inicia operação para combater crimes na região de fronteira. **Gazeta do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, 10 out. 2012. Disponível em <<http://www.gazeta.inf.br/caderno1/defesa-inicia-operacao-para-combater-crimes-na-regiao-de-fronteira/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

ESCOLAS na fronteira perdem alunos para o contrabando e o narcotráfico. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 ago. 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1285852&tit=Escolas-na-fronteira-perdem-alunos-para-o-contrabando-e-o-narcotrafico>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

ESTADO fecha cerco e firma convênio para fiscalizar a fronteira. **O Paraná**, Cascavel, 22 set. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/estado-fecha-cerco-e-firma-convenio-para-fiscalizar-a-fronteira-20324/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

EVENTO foca agrotóxico e segurança alimentar. **O Paraná**, Cascavel, 23 set. 2011. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/evento-foca-agrotoxico-e-seguranca-alimentar-2519/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

EXCESSO de agrotóxicos nas lavouras do país preocupa especialistas. **Jornal do Oeste**, Toledo, 28 abr. 2012. Disponível em <<http://www.jornaldooeste.com.br/nacional/excesso-de-agrotoxicos-nas-lavouras-do-pais-preocupa-especialistas-21118/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

EXÉRCITO paraguaio entra na guerra contra contrabandistas no lago de Itaipu. **Gazeta do Iguçu**, Foz do Iguçu, 02 jan. 2012. Disponível em <<http://www.gazeta.inf.br/caderno1/exercito-paraguaio-entra-na-guerra-contra-contrabandistas-no-lago-de-itaipu/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

FIAT 147 é encontrado socado com 600 quilos de agrotóxico. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 16 set. 2010. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/ fiat-147-e-encontrado-socado-com-600-quilos-de-agrotoxico-5826/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

FORÇA Alfa faz apreensão de agrotóxico. **Jornal do Oeste**, Toledo, 19 mar. 2011. Disponível em <<http://www.jornaldooeste.com.br/seguranca/forca-alfa-faz-apreensao-de-agrotoxico-383/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

FORÇA Alfa faz apreensão de agrotóxico em Terra Roxa. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 18 mar. 2011. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/forca-alfa-faz-apreensao-de-agrotoxico-em-terra-roxa-10779/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

FORÇA-TAREFA prevista para 2012 na região. **O Paraná**, Cascavel, 29 out. 2011. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/forca-tarefa-prevista-para-2012-na-regiao-4092/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

GOVERNO estuda criar parque para coibir crimes na fronteira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/977734-governo-estuda-criar-parque-para-coibir-crimes-na-fronteira.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

GOVERNO vai fiscalizar níveis de agrotóxicos em alimentos. **O Paraná**, Cascavel, 14 set. 2011. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/governo-vai-fiscalizar-niveis-de-agrotoxicos-em-alimentos-2260/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

GOVERNO vai fiscalizar níveis de agrotóxicos em alimentos. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 14 set. 2011. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/geral/governo-vai-fiscalizar-niveis-de-agrotoxicos-em-alimentos-16716/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

GRANDE operação retira de circulação agrotóxicos e contrabandos. **Jornal do Oeste**, Toledo, 08 ago. 2011. Disponível em <<http://www.jornaldooeste.com.br/seguranca/grande-operacao-retira-de-circulacao-agrotoxicos-e-contrabandos-7808/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

JUSTIÇA nega liberdade a 15 presos da Operação Lápáros. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 dez. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1207706&tit=Justica-nega-liberdade-a-15-presos-da-Operacao-Laparos>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

MAIS de 400kg de agrotóxicos são apreendidos na região. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 02 fev. 2012. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/mais-de-400-kg-de-agrotoxicos-sao-apreendidos-na-regiao-20974/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

MAPA intensifica fiscalização de agrotóxicos. **Jornal do Oeste**, Toledo, 29 jul. 2012. Disponível em <<http://www.jornaldoeste.com.br/cidade/oeste-rural/mapa-intensifica-fiscalizacao-de-agrotoxicos-29001/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

MENINOS abandonam a escola para serem reis do contrabando. **O Paraná**, Cascavel, 17 jun. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/meninos-abandonam-escola-para-serem-reis-do-contrabando-15310/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MOTORISTA é preso transportando agrotóxicos contrabandeados. **O Paraná**, Cascavel, 20 nov. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/policia/motorista-e-preso-transportando-agrotoxicos-contrabandeados-23188/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

OESTE fecha cerco ao contrabando de agrotóxicos. **O Paraná**, Cascavel, 29 out. 2011. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/oeste-fecha-cerco-ao-contrabando-de-agrotoxicos-4091/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

OPERAÇÃO Ágata II fiscalizou mais de 6 mil veículos. **Gazeta do Iguçu**, Foz do Iguçu, 20 set. 2011. Disponível em <<http://www.gazeta.inf.br/caderno1/operacao-agata-ii-fiscalizou-mais-de-6-mil-veiculos/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

OPERAÇÃO anticontrabando leva 29 policiais para a cadeia no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 nov. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1193316&tit=Operacao-anticontrabando-leva-29-policiais-para-a-cadeia-no-PR>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

OPERAÇÃO da PF prende 69 pessoas; no Paraná 29 são policiais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1193037&tit=Operacao-da-PF-prende-69-pessoas-no-Parana-29-sao-policiais>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

OPERAÇÃO da Polícia Federal apreende mais de uma tonelada de agrotóxico. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 mar. 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1230982&tit=Operacao-da-Policia-Federal-apreende-mais-de-uma-tonelada-de-agrotoxico>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

OPERAÇÃO do Exército reforça fiscalização em fronteiras do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 ago. 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1283445&tit=Operacao-do-Exercito-reforca-fiscalizacao-em-fronteiras-do-PR>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

OPERAÇÃO Fronteira Sul vistoriou mais de 132 mil veículos. **Gazeta do Iguçu**, Foz do Iguçu, 12 nov. 2011. Disponível em <<http://www.gazeta.inf.br/caderno1/operacao-fronteira-sul-vistoriou-mais-de-132-mil-veiculos/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

PARANÁ ganha seu núcleo de fronteira. **O Paraná**, Cascavel, 25 nov. 2011. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/parana-ganha-seu-nucleo-de-fronteira-5387/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PARANÁ instala núcleo de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira. **Gazeta do Iguacu**, Foz do Iguacu, 24 nov. 2011. Disponível em <<http://www.gazeta.inf.br/caderno1/parana-instala-nucleo-de-desenvolvimento-e-integracao-da-faixa-de-fronteira/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

PCC usa rota do contrabando para traficar drogas e armas. **O Paraná**, Cascavel, 02 set. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/pcc-usa-rota-do-contrabando-para-trafficar-drogas-e-armas-19240/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PF apreende 400 quilos de agrotóxicos contrabandeados. **O Paraná**, Cascavel, 02 fev. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/policia/pf-apreende-400-quilos-de-agrotoxicos-contrabandeados-8426/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PF apreende picape carregada com agrotóxicos. **Gazeta do Iguacu**, Foz do Iguacu, 07 fev. 2012. Disponível em <<http://www.gazeta.inf.br/caderno1/pf-apreende-picape-carregada-com-agrotoxicos/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

PF divulga balanço das atividades em 2011. **O Paraná**, Cascavel, 12 jan. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/policia/pf-divulga-balanco-das-atividades-em-2011-7508/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PF dobra atenção no combate a agrotóxico irregular. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 01 dez. 2010. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/pf-dobra-atencao-no-combate-a-agrotoxico-irregular-7417/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

PF fará operação padrão nas fronteiras do país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1010723-pf-fara-operacao-padrao-nas-fronteiras-do-pais.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

PF faz operação em 4 estados e no DF para combater contrabando. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 set. 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/977895-pf-faz-operacao-em-4-estados-e-no-df-para-combater-contrabando.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

PF flagra policial militar com carga de agrotóxicos. **Jornal do Oeste**, Toledo, 26 mar. 2011. Disponível em <<http://www.jornaldooeste.com.br/seguranca/pf-flagra-policial-militar-com-carga-de-agrotoxicos-909/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PM de Cascavel prende agricultor com armas, agrotóxicos, pneus e munições. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 02 jul. 2011. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/pm-de-cascavel-prende-agricultor-com-armas-agrotoxicos-pneus-e-municoes-14251/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

POLÍCIA Federal de Guaíra apreende cerca de 300 quilos de agrotóxicos contrabandeados. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 08 abr. 2011. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/policia-federal-de-guaira-apreende-cerca-de-300-quilos-de-agrotoxicos-contrabandeados-11379/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

POLÍCIA Federal realiza apreensão de agrotóxico ilegal em Foz. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 24 out. 2011. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/policia-federal-realiza-apreensao-de-agrotoxico-ilegal-em-foz-18233/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

POLÍCIA Federal realiza operação de combate ao contrabando de agrotóxicos. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 01 dez. 2010. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/geral/policia-federal-realiza-operacao-de-combate-ao-contrabando-de-agrotoxicos-7402/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

POLICIAIS Federais são presos em operação contra contrabando na fronteira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jul. 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1116216-policiais-federais-sao-presos-em-operacao-contrabando-na-fronteira.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

“POLVERIZA” animais e pessoas. **Gazeta do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, 16 out. 2012. Disponível em <<http://www.gazeta.inf.br/2012/10/16/%e2%80%9cpolveriza%e2%80%9d-animais-e-pessoas/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

RAPAZ é preso com mais de 300 quilos de agrotóxico paraguaio. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 19 nov. 2012. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/rapaz-e-preso-com-mais-de-300-quilos-de-agrotoxico-paraguaio-29970/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

RECEITA Federal apreende agrotóxico. **Jornal do Oeste**, Toledo, 21 out. 2011. Disponível em <<http://www.jornaldooeste.com.br/seguranca/receita-federal-apreende-agrotoxico-11550/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

RECEITA Federal apreende agrotóxico paraguaio. **Jornal do Oeste**, Toledo, 31 ago. 2011. Disponível em <<http://www.jornaldooeste.com.br/seguranca/receita-federal-apreende-agrotoxico-do-paraguai-9053/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

RECEITA Federal em Foz destinou R\$218 milhões em bens no ano passado. **Gazeta do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, 17 jan. 2013. Disponível em <<http://www.gazeta.inf.br/caderno1/receita-federal-em-foz-destinou-r-218-milhoes-em-bens-no-ano-passado/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

RECEITA Federal faz apreensões de R\$214 milhões. **O Paraná**, Cascavel, 18 jan. 2013. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/receita-federal-faz-apreensoes-de-r-214-milhoes-25619/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

RECEITA Federal registra recorde de apreensões. **O Paraná**, Cascavel, 10 jan. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/policia/receita-federal-registra-recorde-de-apreensoes-7397/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

RENTABILIDADE do PCC protege policiais na região. **O Paraná**, Cascavel, 18 nov. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/rentabilidade-do-pcc-protege-policiais-na-regiao-23122/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

REPRESSÃO ao contrabando bate recorde na fronteira. **O Paraná**, Cascavel, 08 out. 2011. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/policia/repressao-ao-contrabando-bate-recorde-na-fronteira-3076/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

ROTA do contrabando movimentada mais de R\$4 bilhões por ano. **O Paraná**, Cascavel, 16 set. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/rota-do-contrabando-movimentada-mais-de-r-4-bilhoes-por-ano-19990/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SEGURANÇA na fronteira receberá reforço com núcleo de inteligência. **O Paraná**, Cascavel, 25 ago. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/policia/seguranca-na-fronteira-recebera-reforco-com-nucleo-de-inteligencia-18874/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SEIS meses depois nada mudou. **O Paraná**, Cascavel, 28 out. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/seis-meses-depois-nada-mudou-22080/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SOBE para 31 o número de policiais presos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 nov. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1194701>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

SPERAFICO relata e aprova projeto sobre agrotóxicos. **Jornal do Oeste**, Toledo, 12 ago. 2011. Disponível em <<http://www.jornaldooeste.com.br/cidade/oeste-rural/sperafico-relata-e-aprova-projeto-sobre-agrotoxicos-8039/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

TECNOLOGIA japonesa busca reduzir o contrabando. **O Paraná**, Cascavel, 09 fev. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/tecnologia-japonesa-busca-reduzir-o-contrabando-8756/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

TRÊS toneladas de agrotóxico são apreendidas pela PF. **O Presente**, Marechal Cândido Rondon, 04 ago. 2010. Disponível em <<http://www.opresente.com.br/policial/tres-toneladas-de-agrotoxico-sao-apreendidas-pela-pf-5105/>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

USO irregular de agrotóxico contamina nascente em Vera Cruz. **O Paraná**, Cascavel, 15 jun. 2011. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/uso-irregular-de-agrotoxico-contamina-nascente-em-vera-cruz-439/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

VINTE quadrilhas dominam a região lindeira de Itaipu. **O Paraná**, Cascavel, 10 jun. 2012. Disponível em <<http://www.oparana.com.br/cidades/vinte-quadrilhas-dominam-a-regiao-lindeira-de-itaipu-14970/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.